

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
(AGROECOLOGIA)

**MULHERES DA BORBOREMA CONSTRUINDO A  
AGROECOLOGIA E A IGUALDADE DE GÊNERO**

**JULIA SCAGLIONI SERRANO**

**BANANEIRAS – PB  
2014**

Ficha Catalográfica elaborada na Seção de Processos Técnicos  
Biblioteca Setorial de Bananeiras UFPB/CCHSA  
Bibliotecária-Documentalista: Jacqueline de Castro Rimá – CRB 15/507

S487m Serrano, Julia Scaglioni.

Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero / Julia Scaglioni Serrano. – Bananeiras: [s.n.], 2014.  
138 f. : il.

Orientador: Marcos Barros de Medeiros.  
Coorientador: Emma Cademattori Siliprandi  
Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias – Agroecologia) – UFPB/CCHSA/PPGCAG

1. Agroecologia. I. Mulheres do campo. 3. Feminismo. 4. Educação popular. I. Medeiros, Marcos Barros. II. Siliprandi, Emma Cademattori. III. Universidade de Federal da Paraíba. IV. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. V. Título.

UFPB/CCHSA/BS

CDU 631.95(043.2)

JÚLIA SCAGLIONI SERRANO

**MULHERES DA BORBOREMA CONSTRUINDO A  
AGROECOLOGIA E A IGUALDADE DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia) do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Agrárias (Agroecologia).

Área de concentração: Agroecologia e  
Desenvolvimento Rural Sustentável

Comitê de Orientação:

Dr. Marcos Barros de Medeiros (orientador)

Dr<sup>a</sup>. Emma Cadermatori Siliprandi

Dr<sup>a</sup>. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

Dr. Antonio Alberto Pereira

**BANANEIRAS – PB  
2014**

# Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero

Júlia Scaglioni Serrano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia) do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Agrárias (Agroecologia).

Aprovada em

## Comissão Examinadora

---

Prof. Marcos Barros de Medeiros (Doutor em Entomologia) – UFPB  
Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Emma Cadernatori Siliprandi (Doutora em Desenvolvimento Sustentável) – UNICAMP

---

Prof.<sup>a</sup> Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (Doutora em Educação) – EMATER-PB

---

Prof. Antonio Alberto Pereira (Doutor em Educação) – UFPB

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente sou grata à Natureza, pela energia de cada dia novo, a cada lua nova em mim. Pela vida que flui em ciclos, pelos (re)encontros, possibilidades e trocas que tornaram possível este processo de aprendizado.

À minha mãe Milisa e meu pai Miguel, meus maiores mestres, que sempre estiveram junto a mim, apesar da distância. E a família construída ao caminhar, tod@s amigues que moram no meu coração e direta ou indiretamente são parte de cada conquista. Desses sou especialmente grata aos que tornaram minha passagem pela Paraíba mágica, vivendo as alegrias e tristezas cotidianas: Lanna, Lucas, Daku, Jeba e Helena.

Às mulheres da Borborema que compartilharam suas histórias, reflexões, lutas, risos e lágrimas, dando vida ao movimento e a estas reflexões. D. Terezinha, Marília, Maria do Céu, Marlene, Anilda, Giselda, Mariselda, Leia, Penha, D. Isabel, Lúcia e todas as camponesas que lutam por seus direitos e pela preservação da Mãe Terra, que foram meu ponto de partida e a sustentação para a chegada.

Sem as trocas de afetos e ideias com as companheiras Michele, Bruna, Lanna, Luana, Laís, Maria Fernanda e Albertina meus tantos pensamentos não teriam tomado forma. Agradeço a luz e força dessas e tantas outras mulheres guerreiras que estiveram neste caminho.

Ao Polo da Borborema e ao GT de Mulheres da ASA Paraíba por me receberem de braços abertos para a construção conjunta desta pesquisa. À Marilene por me ajudar a encontrar estes espaços. À AS-PTA, e aos STTR's de Solânea, Remígio, Esperança, lagoa Seca e Queimadas por estarem sempre dispostos a dialogar e auxiliar em reflexões e questões logísticas. À Adriana pela orientação “extra oficial” e tão fundamental.

À Universidade Federal da Paraíba pelas vivências proporcionadas no decorrer do curso de mestrado. Às mestras e mestres, orientadoras e orientadores, ao Movimento de Educação do Campo e Agroecologia e aos colegas pelos debates e aprendizados coletivos.

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1: Agroecologia e feminismo(s): contribuições para a mulher camponesa no Brasil.....	22
1.1. Agroecologia.....	24
1.2. Natureza, mulher(es), feminismo(s).....	31
1.3. Terras, resistência, Paraíba.....	38
1.4. Mulheres camponesas.....	45
Capítulo 2: Mulher forte, sim senhor!.....	52
2.1. O desabrochar das mulheres no Polo da Borborema.....	63
2.2. Articulações femininas: se fortalecendo na luta conta a violência.....	77
2.3. As Mulheres da Borborema.....	80
Capítulo 3: A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia: florescendo um espaço de possibilidades para a prática da educação popular.....	87
3.1. Aspectos da violência educacional no campo e caminhos para sua superação....	93
3.2. A preparação para a Marcha e suas características pedagógicas.....	98
3.3. A marcha em consonância com uma pedagogia libertadora.....	100
3.4. Concluir sobre um processo inconcluso e sobre uma prática pedagógica necessariamente infinita?.....	107
4. Considerações finais.....	110
5. Bibliografia.....	114
6. Anexos	
Anexo A.....	126
Anexo B.....	128
Anexo C.....	129
Anexo D.....	130

## RESUMO

SERRANO, Julia Scaglioni. M.Sc.Universidade Federal da Paraíba, abril de 2014; MULHERES DA BORBOREMA CONSTRUINDO A AGROECOLOGIA E A IGUALDADE DE GÊNERO; Marcos Barros de Medeiros.

Esta pesquisa mostra a trajetória organizativa das mulheres no Polo da Borborema a partir da Agroecologia. Na sociedade patriarcal em que vivemos, existem relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, ficando a mulher em uma posição subordinada. No campo, essa opressão se expressa de muitas formas, como a desvalorização do trabalho da mulher na agricultura e o isolamento social desta. A Agroecologia, além de trazer uma nova base de produção que busca uma relação de respeito com a natureza e com as pessoas, propõe a organização comunitária e a valorização dos saberes camponeses para um novo modelo de desenvolvimento do campo e, assim, se faz necessário também construir relações de gênero igualitárias. O objetivo desta pesquisa foi investigar o processo histórico do movimento de mulheres camponesas no Polo da Borborema e sua relação com a Agroecologia, evidenciando de que forma tem contribuído para o enfrentamento das desigualdades de gênero no campo. A pesquisa aconteceu entre agosto de 2012 e julho de 2013 por meio da participação nos espaços organizativos das mulheres da Borborema e da realização de entrevistas com cinco agricultoras. As reflexões sobre a mulher do campo se iniciaram no Polo com base em atividades de discussão sobre a produção agroecológica, valorizando o trabalho das mulheres do campo e incentivando sua participação política. Apesar de enfrentarem diversos conflitos ao se introduzirem na militância, mudanças positivas têm ocorrido na vida dessas mulheres. Atualmente, possuem reconhecimento e valorização de sua identidade como agricultora, maior segurança em se colocar em espaços públicos, a liberdade conquistada, mudando inclusive a visão de *ser mulher*, o que antes era visto como um aspecto negativo. Notamos que as mulheres amadureceram seu debate e consolidaram sua ação, abordando desde a melhora na produção de alimentos até o combate à violência contra a mulher. Fortalecidas, percebem a necessidade de se articular com outros movimentos e expor suas reivindicações ao

público. Assim, surge a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, que em 2013 teve sua IV edição, em Solânea - PB. O processo preparatório da Marcha se constitui em um espaço de Educação Popular, no qual as camponesas planejam, aprendem e ensinam umas às outras, encorajando cada vez mais mulheres a romper o isolamento e enfrentar as diversas formas de violência que as oprimem. A história das mulheres da Borborema mostra como um modelo de desenvolvimento rural baseado na Agroecologia pode vir a fortalecer a luta das mulheres em busca da igualdade no campo.

Palavras-chave: Mulher, Gênero, Agroecologia, Feminismo, Educação Popular.



## ABSTRACT

Julia Scaglioni Serrano M.Sc. Universidade Federal da Paraíba, April 2014;  
BORBOREMA WOMEN BUILDING UP AGROECOLOGY E GENDER  
EQUALITY; Marcos Barros de Medeiros.

This research shows the organisational history based on Agroecology of women in the Borborema Pole. In our patriarchal society, unequal and hierarchical relationships exist between men and women, leaving women in a subordinate position. In the rural area this reality is not different and is expressed in many ways, such as devaluation of women's work in agriculture and social isolation. Agroecology, besides propounding a new farming production base from a new respectful relationship with nature, intends community organisation based on the peasants' socio-cultural values and knowledge, seeking the construction of a new model of rural development with fair and caring relationships. The objective was to investigate the historical process of the movement of peasants women in the Borborema Pole and its relationships with Agroecology, showing how they have contributed to cope with gender inequalities in the rural areas. The research took place between August 2012 and July 2013 through the participation in organizational spaces of the Borborema's women and the holding of five interview with female farmers. Reflections on rural women began at the Pole during the debate about ecological farming activities, valuing women's work in the countryside and encouraging political participation. Despite facing many conflicts when they began their militancy, positive changes have occurred in the lives of these women such as recognition and promotion of their identity as female farmer, a greater confidence as participating in public spaces, conquered freedom, including shifting their view about being a woman, which was once seen as a negative aspect. We may note that women have matured their discussion and consolidated their action, addressing many issues from the improvement of the farming process to the fight against violence against women. As they are strengthened, they understood the necessity to liaise with other social movements and make their claims public. As a consequence the March for

Women's Lives and Agroecology arose and held in 2013 its fourth edition in Solânea . The preparatory process of the March takes the shape of a popular education process, where the female peasants plan, learn and teach each other, encouraging more women to break the isolation and face the many forms of violence that oppress them. The History of Borborema women shows how a rural development model based on Agroecology may strengthen women's struggle in pursuit of gender equality in the rural area.

Keywords: Women, Gender, Agroecology, Feminism, Popular Education

## INTRODUÇÃO

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões.

Quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios (FREIRE, 1987).

Estes escritos são fruto de reflexões e vivências, do trabalho de pesquisa realizado durante o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia) - PPGCAG - da Universidade Federal da Paraíba. Meu interesse em pesquisar sobre as conexões entre a luta das mulheres por igualdade e a Agroecologia vem da aproximação com movimentos sociais e da ação como educadora que busca empregar os princípios da Educação Popular e da Agroecologia.

Em 2010, quando fui trabalhar na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp se iniciou a minha atuação especificamente com as mulheres do campo, em dois assentamentos na região metropolitana de Campinas – SP. Com essas agricultoras comecei a notar certas diferenças marcadas entre homens e mulheres (dentro das famílias, nos movimentos, na assistência técnica, na vida pública, nos processos burocráticos...) e, foi através dos estudos e práticas da ITCP, em especial no Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária e Gênero, que descobri que essas diferenças não eram um caso isolado. Aprendi que existe uma relação de opressão às mulheres de toda a sociedade, construída histórica e culturalmente.

Aos poucos, no contato com movimentos feministas e de mulheres, fui resgatando em minha vida as marcas dessa opressão e me deparei com inúmeras delas, muitas eu não podia imaginar que existiam. Sentia, senti e ainda sinto no corpo e na alma o que é ser uma mulher num mundo machista. A questão passou a ser de interesse profissional, pessoal e político. Nos espaços da Agroecologia as desigualdades ainda se fazem presentes e muito marcadas, mesmo que em grande parte se preocupem ao menos com a equidade numérica entre homens e mulheres, ainda é necessário aprofundar o diálogo sobre a participação e a realidade das mulheres do campo. Todos os espaços onde já atuei e atuo sustentam, em alguma medida, a posição subordinada das mulheres e não são muitos os que debatem a questão de maneira qualificada, em especial quando se trata de questões ligadas a produção e a tecnologia. Nas ciências agrárias o machismo se expressa fortemente através da desvalorização da capacidade e do trabalho das mulheres, com comentários e piadas machistas, ignorando muitas das nossas opiniões ou tratando-nos como se estivéssemos nos espaços apenas para exercer funções ligadas aos cuidados, além de situações de abuso de poder e assédio moral/sexual. Infelizmente, mesmo quem está no movimento agroecológico, muitas vezes reafirma e reproduz esses padrões machistas, no PPGCAG não é diferente. Isso faz com que as mulheres sejam atingidas objetiva e subjetivamente, gera insegurança, não permitindo o pleno e livre desenvolvimento de suas capacidades. Assim, a própria formação e atuação profissional tende a reforçar tais relações de poder, tratando-as como se fossem parte da natureza humana. É necessária maior reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres para buscar caminhos de superá-las.

Mas se a Agroecologia fala de um mundo com novas relações produtivas e sociais, deve também garantir vez e voz às mulheres, ou não estará cumprindo com seus próprios pressupostos. Será que a Agroecologia tem contribuído para a libertação e emancipação das mulheres? Realmente tem trazido melhores condições de vida para mulheres e homens do campo? Porque e como juntar Agroecologia e feminismo? Como se aproximam os movimentos de mulheres e o agroecológico? Estas foram algumas das questões que começaram a surgir em minha mente e que trouxeram força e motivo para reingressar na vida acadêmica.

Vim estudar na Paraíba em 2012, o que foi ao mesmo tempo encantador e desafiador pra quem nunca havia estado antes no Nordeste brasileiro. O maior desafio foi entender um pouco da dinâmica camponesa no estado e encontrar onde as mulheres

camponesas da Paraíba estavam se articulando, conversando sobre Agroecologia e a condição da mulher. Nessa busca, fui convidada a participar de uma reunião do Grupo de Trabalho de Mulheres da ASA Paraíba. A ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro:

surge a partir da construção de um outro imaginário do Semiárido Brasileiro. Com essa perspectiva, foram desencadeadas iniciativas tendo como base a *Agroecologia*, a segurança alimentar e nutricional, a educação contextualizada, combate à desertificação, o acesso à terra e à água e a promoção da *igualdade de gênero*. Atualmente, a ASA é formada por mais de 750 organizações da sociedade civil organizada e atuante na região semiárida brasileira. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social (panfleto da ASA, s/a, Grifo meu).

A ASA atua em todos os estados do Nordeste e também no norte de Minas Gerais a partir de ASA's estaduais compostas por ONGs, movimentos populares, sindicatos, igrejas, pastorais e associações comunitárias, que escolhem uma coordenação estadual, de onde é tirada a coordenação nacional que compõe a Coordenação Executiva da ASA Brasil (SANTOS, 2012). Conforme nos conta Santos (2012), a partir do trabalho com bancos de sementes, a ASA Paraíba percebeu que em períodos de estiagem eram as mulheres e crianças as responsáveis pelo trabalho pesado de buscar água, cada vez mais longe à medida que a seca se prolongava. Atualmente, mulheres representantes de entidades e movimentos que compõem a ASA/PB se organizam no GT de Mulheres da ASA/PB para debater sobre a condição da mulher no Semiárido paraibano e as diversas formas de violência a que estão submetidas, dando visibilidade ao trabalho dessas mulheres, além de buscar formação e fortalecimento da atuação do próprio GT.

O trabalho do GT de Mulheres da ASA/PB esteve um pouco adormecido, mas em meados de 2012 decidiu-se voltar a tecer essa articulação. No dia 30 de agosto do mesmo ano, foi realizada uma reunião com o objetivo de reaproximação e fortalecimento, onde cada entidade trouxe seu histórico, quais os trabalhos realizados com as mulheres e o grau de organização e debate sobre a condição da mulher camponesa em cada um deles. Estiveram presentes representantes do Centro de Formação Popular e Formação Social (CEPFS), Polo da Borborema, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Coletivo Cariri-Seridó-Curimatá, Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), a Associação de

Lideranças de Agricultores e Agricultoras do Cariri Paraibano (Casaco), Comissão Pastoral da Terra (CPT)-Campina Grande e da própria ASA/PB. Uma das pautas do dia foi sobre as pesquisas realizadas em parceria com a ASA/PB, onde tive espaço para colocar minha trajetória, meus anseios e objetivos. Analisando o contexto das entidades, as condições objetivas para realização da pesquisa e as necessidades do GT, o Polo da Borborema foi elencado para a construção da pesquisa por apresentar um trabalho específico para as mulheres, além de estar geograficamente mais próximo da universidade. O GT destacou a necessidade de se construir uma pesquisa realmente participante, a partir de crítica ao modelo muitas vezes imposto pela academia, onde tanto pesquisadoras como pesquisadas pudessem se beneficiar.

### **A. O Polo da Borborema**

No início dos anos 1990, para reavivar o movimento sindical, três Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca se colocaram o desafio de buscar novas formas de ação, estratégias inovadoras de intervenção, que pudessem criar uma organização social que atuasse na essência da problemática, unindo suas pautas de luta à realidade e às motivações concretas (SILVEIRA et al., 2007). Como nos contam a/os autora/es, em 1993 os STR's estabelecem parceria com AS-PTA, com objetivo conjunto de conhecer a realidade da agricultura familiar e mobilizar suas bases sociais através de processos coletivos de experimentação de inovações técnicas e político-organizativas, buscando-se à promoção do desenvolvimento local em bases agroecológicas. Cada vez mais agricultoras e agricultores se envolveram em processos de experimentação promovidos nas suas propriedades e comunidades, assim, retroalimentavam a construção coletiva de conhecimentos, que passa a ter outro significado quando as mesmas passam a se reconhecer e serem reconhecidas como agricultoras e agricultores experimentadores, na inserção social e política nos espaços organizativos e na vida sindical.

Com a dinamização dos espaços de interação e de organização comunitárias, a estrutura vertical e presidencialista dos sindicatos, bem como as tradicionais formas associativas de subordinação clientelista ao poder local, foi progressivamente dando lugar a processos político-organizativos autodeterminados pelas famílias nas comunidades. Prova disso é que, nas sucessivas eleições ocorridas nos últimos anos nos três sindicatos, assistiu-se a uma clara renovação da composição das direções em favor desses sujeitos sociais emergentes.

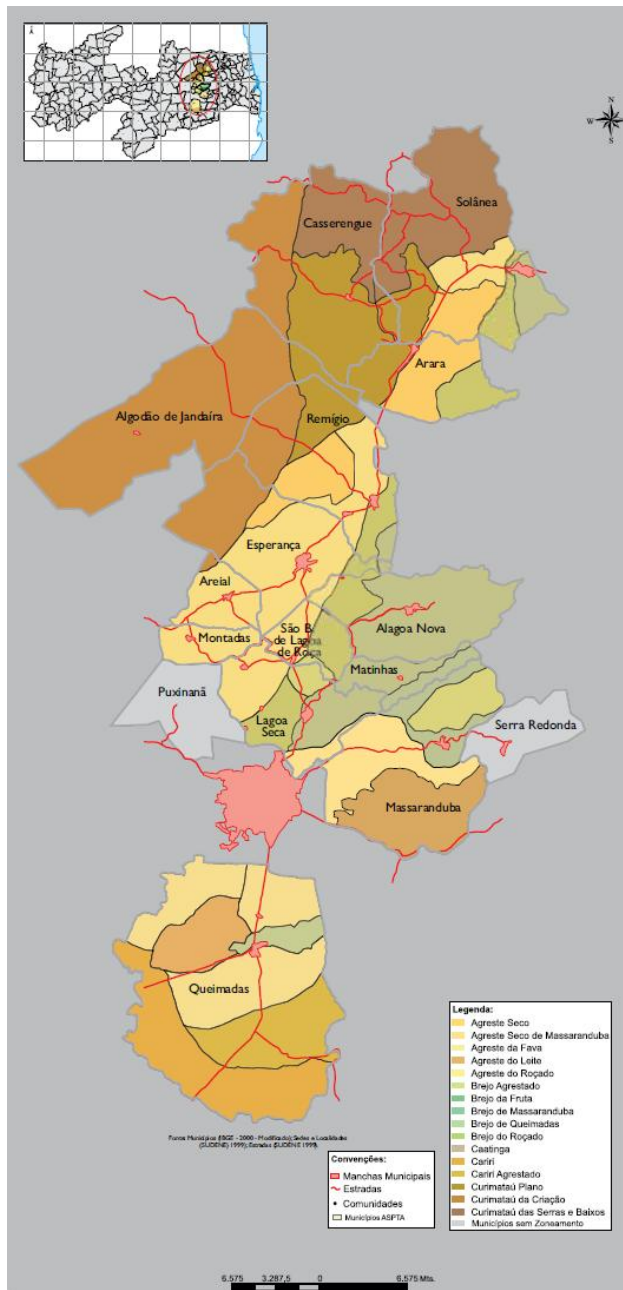
Nessa evolução, *cabe destacar a participação das mulheres, tanto nos processos locais de experimentação*, ao incorporarem temas de trabalho de interesse específico – como plantas

medicinais ou ainda a água para o consumo da casa –, *quanto na construção de um novo sujeito político*. A valorização da presença feminina nas redes de inovação e de sua contribuição à economia familiar, bem como sua inserção nos espaços públicos (...), vem favorecendo um maior equilíbrio do poder decisório entre gêneros, seja no âmbito do núcleo familiar ou na esfera pública, contribuindo para uma maior equidade e sustentação sociopolítica do processo de construção e promoção de um modelo de desenvolvimento para a região (SILVEIRA et al., 2007, Grifo meu).

Após a seca de 1998-1999, como afirma SILVEIRA et al. (2007), as experiências bem-sucedidas na gestão dos recursos hídricos e no manejo de estoques coletivos de sementes garantiram maior estabilidade e capacidade de resistência aos sistemas produtivos familiares e essas inovações ganharam visibilidade. Em 2001, durante o I Seminário da Agricultura Familiar do Compartimento da Borborema, foi decidido que o Polo, com a assessoria AS-PTA, iria formular e implementar uma estratégia de desenvolvimento regional baseada em dois eixos: inovação agroecológica, e, o segundo, formular e defender propostas de políticas voltadas à ampliação da Agroecologia, através dos aprendizados obtidos com as experiências em curso na região. Quando o Programa dos Territórios Rurais de Identidade<sup>1</sup> foi lançado, uma das condições fundamentais para a criação do Território da Borborema (Figura 1) foi a existência prévia de uma articulação regional, o *Território Agroecológico do Polo da Borborema*, caracterizado por forte presença da sociedade civil com grande capacidade de ação coletiva (SILVEIRA et al., 2007).

---

<sup>1</sup>Política de desenvolvimento territorial da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).



**Figura 1. Mapa do território produzido a partir de zoneamento participativo (SILVEIRA et al., 2010).**

O Território da Borborema possui grande presença da agricultura familiar, bem como características geográficas e ambientais bastante diversas,

com o planalto da Borborema delimitando as peculiaridades fisiográficas, ecológicas e socioeconômicas da região. Ao centro do território, encontramos a sua porção mais elevada onde se estabelecem pequenas propriedades familiares dedicadas à policultura associada à pecuária. Na escarpa leste do planalto, as águas da bacia do Rio Mamanguape percorrem um relevo fortemente acidentado. Essa é a região localmente denominada de *Brejo*, constituído por *ilhas de umidade* e de solos férteis resultantes da ação dos ventos úmidos que vêm do litoral, onde se estabelecem propriedades familiares dedicadas à fruticultura. A



porção noroeste do território é marcada pela depressão do Rio Curimataú, uma área de *sombra de chuva*, conhecida por ser a zona mais seca e pelas formações de Caatinga. As criações de animais combinadas com roçados de milho e feijão são as atividades que predominam nos sistemas de base familiar, ali instalados. Por fim, a sudoeste, as águas da bacia do Rio Paraíba do Norte definem uma quarta região ambiental. De altitudes mais baixas, o Cariri-agrestino também é uma região seca onde se observa o predomínio das grandes fazendas de gado de corte e leiteiro e uma expressiva população de foreiros e trabalhadores sem-terra, produtores de milho e fava. (SILVEIRA et al., 2010).

Para poder assumir a gestão de seus próprios projetos de financiamento, o Polo da Borborema entendeu que precisava se institucionalizar, constituindo-se como pessoa jurídica desde 2004, hoje conta com sede própria, serviços de secretaria e administração financeira, e equipe técnica (SILVEIRA et al., 2007). Historicamente bastante combativo, seu trabalho envolve dimensões materiais e simbólicas sobre a relevância da agricultura camponesa para o desenvolvimento territorial e tem conseguido resultados satisfatórios a partir de instrumentos de políticas territoriais contando, dessa maneira, com amplo reconhecimento da sociedade civil local e dos atores políticos estaduais (CAI, 2011).

O Polo é fruto do esforço para consolidar a identidade coletiva forjada na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento que tem como base um movimento social protagonizado pelo campesinato, assim, sua atuação tem demonstrado avanços significativos na defesa da agricultura familiar camponesa, que não se faz sem enfrentamentos permanentes com atores sociais que defendem o modelo agrícola baseado na lógica empresarial (SILVEIRA et al., 2010). De acordo com o trabalho anteriormente citado, o Polo se constitui por uma rede de 15 STR's, cerca de 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, que apoia redes locais de inovação agroecológica que articulam mais de cinco mil famílias agricultoras, podendo se afirmar que retoma a longa tradição regional de resistência social e de respostas ativas às conjunturas políticas e econômicas adversas à agricultura camponesa.

Assim, ao vincular a experimentação agroecológica aos processos de formulação de proposições de políticas públicas, o Polo da Borborema ancora sua ação de disputa pelo território numa rede social extensa que articula um número crescente de agricultores, homens e mulheres, adultos e jovens. O processo em curso na região define nitidamente um novo ciclo de recampesinização: aumento quantitativo do número de famílias camponesas que conquistaram a terra e um aumento significativo de famílias assentadas. Mas a

recampesinização também se expressa em termos qualitativos, ou seja, na reconstrução da natureza camponesa da agricultura familiar da região por meio da disseminação de um processo social que busca a construção de crescentes níveis de autonomia técnica, econômica, política e cultural (SILVEIRA et al.,2010).

Esse processo pode ser evidenciado no Território, que apesar de apresentar unidades familiares com pequenas áreas, estas são bem trabalhadas e valorizadas apresentando grande diversidade (CAI, 2011). No mesmo documento, ao comentar a atuação do Polo da Borborema, se afirma a prioridade ao desenvolvimento humano sobre o desenvolvimento estritamente econômico, baseado na justiça social e sustentabilidade ambiental numa luta permanente contra as desigualdades, assim sendo, fomentando os valores de solidariedade tanto ao nível da comunidade local, quanto entre as diversas gerações.

Aos poucos o Polo foi desenvolvendo um modelo próprio de gestão, organizando comissões temáticas que assumem responsabilidades de conceber, executar e monitorar os trabalhos de experimentação, segundo recortes específicos. Atualmente, temos as seguintes comissões: Jovens, Saúde e Alimentação, Recursos Hídricos, Sementes, Criação Animal e Rearborização. A comissão de Saúde e Alimentação é composta majoritariamente por mulheres e foi nesse espaço que despontaram as primeiras reflexões sobre a mulher, iniciando um processo de organização para dar visibilidade e valor ao trabalho da mulher na agricultura, ao seu papel na construção soberania alimentar<sup>2</sup>, fortalecendo a troca de conhecimento entre as mulheres e ainda o combate à violência. Essas reflexões surgem baseadas nas atividades práticas como oficinas, intercâmbios e, com o tempo essas mulheres vão às outras comissões para pautar tais questões.

Como ação direta da organização das mulheres, podemos citar a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, que repudia a violência contra a mulher e reivindica por justiça, autonomia, igualdade, liberdade, defendendo a agroecologia como modelo de desenvolvimento adequado para tais aspirações (SANTOS, 2012). A Marcha se iniciou em 2010 e, em 2013 foi às ruas pela quarta vez (o capítulo 3 tratará da análise desse processo). A autora ainda afirma que o Polo construiu uma forte associação da Agroecologia com a superação das desigualdades de gênero presentes nas

---

<sup>2</sup>Definida como “o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva”(VIA CAMPESINA, 1996).

reflexões e ações coletivas. É possível notar uma mudança significativa em relação ao processo histórico dos STR's: as camponesas não somente estão presidindo sindicatos, como também estão na presidência do próprio Polo, realidade essa que tem um valor simbólico e material na luta das mulheres e, em especial, na luta das camponesas.

## **B. Procedimentos metodológicos**

Esta pesquisa é sustentada nos princípios científicos da Agroecologia e do Feminismo, que serão abordados de maneira mais aprofundada no Capítulo 1, mas aqui destaco a necessidade colocada por ambos de se considerar aspectos objetivos e subjetivos da realidade, bem como de partir do pressuposto de não neutralidade da ciência, se posicionando criticamente aos aspectos teórico-metodológicos da ciência moderna. Por isso, optei por trabalhar com a pesquisa participante, construída de maneira a atender as expectativas de todas envolvidas no processo, buscando quebrar a dicotomia entre “sujeitos” e “objetos” de pesquisa.

Aqui, pretendo trazer o conhecimento construído através do diálogo com o Polo da Borborema, sobretudo sob o ponto de vista das mulheres desse movimento. Historicamente, o saber popular é desvalorizado em relação ao científico, assim como as mulheres têm menos espaço para se colocar, trazer seus saberes que também são considerados menos relevantes. O sistema de opressões não deixa com que se manifestem as diversas maneiras de ser e ver o universo, implicando na construção de um conhecimento oficial extremamente restrito e parcial.

Como nos traz Paulo Freire (1981), afirmar que a participação direta dos grupos populares na constituição da pesquisa interfere na “pureza” dos resultados limita esses grupos a objetos do trabalho de pesquisa, sendo os pesquisadores os únicos sujeitos. No entanto, sob uma perspectiva libertadora, a pesquisa é um ato de conhecimento, tendo como sujeitos da construção desse saber, tanto pesquisadoras/es profissionais quanto os grupos populares, e a realidade concreta se constitui no objeto a ser desvelado. Em uma análise sobre esse pensamento, Carlos Rodrigues Brandão coloca que:

A realidade social, objeto a ser conhecido por nós que a compartilamos e que diferencialmente a vivemos, cada um a seu tempo, cada um a seu modo. E é essa *diferença*

de modos pessoais e culturais de ser, de viver, de sentir e de pensar, onde antes a ciência “neutra” constituía uma desigualdade, o que torna possível o diálogo científico. Um diálogo não mais à procura da verdade e, menos ainda, de uma verdade absoluta. Um diálogo frágil e confiável, múltiplo e, portanto, capaz de chegar a alguma unidade (BRANDÃO, 2007).

A pesquisa participante é tomada como uma referência histórica que radicaliza teórica e metodologicamente questionando a participação do pesquisador, bem como trazendo a participação de comunidades populares no planejamento e condução de pesquisas que visam à ação transformadora (SCHMIDT, 2006). Brandão (1985) afirma que a pesquisa participante se inventa na relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares. Acrescenta ainda, que tal participação faz com que o pesquisador veja e entenda essas classes, seus mundos e sujeitos fazendo com que a razão da pesquisa se faça a partir de suas pessoas nominadas e de um trabalho social e político de classe. Assim ao compreender parte da realidade abordada é possível aprender conjuntamente para sua transformação. Através da pesquisa participante se atende especialmente às demandas de populações operárias, camponesas, agricultoras e indígenas, considerando seus quereres e potencialidades de conhecer e agir (WANDERLEY, 2010), assim se adéqua a pesquisa agroecológica.

O objetivo central da presente pesquisa foi investigar o processo de organização do movimento de mulheres no Polo da Borborema, a sua relação com a agroecologia e de que forma suas ações têm contribuído para o enfrentamento das desigualdades de gênero e para consolidação da Agroecologia. Os desdobramentos específicos desse objetivo foram sendo readaptados conforme o decorrer da pesquisa e as necessidades que surgiram no diálogo com as mulheres do Polo da Borborema, como a necessidade de fazer um resgate do histórico das multas das camponesas anteriores na região, a escolha das entrevistadas, a necessidade um aprofundamento na análise da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia como espaço de Educação Popular.

O trabalho de campo para coleta de dados teve a duração de um ano, se iniciando a partir da referida reunião do GT de Mulheres da ASA/PB, em agosto de 2012, estendendo-se até julho de 2013. Para melhor entendimento, vamos subdividir as atividades de campo em três partes, que ocorreram paralelamente no tempo e estão intimamente interconectadas. A primeira parte a se iniciar, e que só se encerra no final da pesquisa, é a participação nos espaços de formação e articulação política das

Mulheres do Polo da Borborema que podem ser visualizadas no Quadro 1. Ao todo foram dez atividades, além da participação na Marcha do Coletivo de Mulheres do Campo e da Cidade, que aconteceu em dezembro de 2012, em João Pessoa.

**Quadro1. Espaços de articulação e formação.**

O quê	Quando	Onde
GT de mulheres ASA	30 de agosto de 2012	Soledade
GT de mulheres ASA	21 de setembro de 2012	Soledade
VI EPA –Oficina Mulheres e Agroecologia	25 de outubro de 2012	Lagoa Seca
GT de mulheres ASA/ Coletivo de Mulheres do Campo e da Cidade	13 de novembro de 2012	Soledade
Coletivo de Mulheres do Campo e da Cidade	02 de fevereiro de 2013	Campina Grande
Intercâmbio Fundo Rotativo Solidário	23 de abril de 2013	Sítio Bom Sucesso - Solânea
Articulação das comissões de Saúde e Alimentação e Recursos Hídricos	15 de maio de 2013	AS-PTA
GT de mulheres ASA	16 de maio de 2013	Soledade
Curso de Gestão de Água para a Produção de Alimentos – GAPA	27 de junho de 2013	STTR Queimadas
GT de mulheres ASA	27 de junho de 2013	STTR Queimadas

Como podemos notar, são espaços de natureza bastante diversa, assim, a forma de minha participação se difere entre eles. Nos espaços de articulação estadual, ou seja, as reuniões do GT de Mulheres da ASA e do Coletivo de Mulheres do Campo e da Cidade, estive presente como membro do coletivo e estudante da UFPB, participando da articulação de ações, debates e avaliações ocorridas durante o período. Na oficina sobre Mulheres e Agroecologia realizada durante o IV EPA, bem como nos demais espaços voltados à formação e articulação interna do Polo da Borborema, minha posição foi de observadora participante, ou seja, prioritariamente estive presente no sentido de entender o funcionamento de cada espaço, sempre aprendendo e também contribuindo quando julgava pertinente. Foi através da participação nesses espaços, em especial os ocorridos até o final de 2012, que me aproximei das mulheres do Polo, criando laços de identificação e confiança, definindo os rumos que a pesquisa seguiria.

A principal ação direta das mulheres do Polo da Borborema é a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, que em 2013 foi realizada no município de

Solânea, e o acompanhamento do seu processo preparatório configura a segunda parte da coleta de dados. As atividades tiveram início ainda em 2012, com uma formação para as mulheres lideranças do Polo da Borborema, da qual participei apenas como ouvinte. Durante os meses de fevereiro e março de 2013, foram realizadas diversas reuniões de planejamento, preparações comunitárias, articulação política e avaliação da IV Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Como as atividades ocorriam simultaneamente nos diversos municípios, acompanhei prioritariamente as formações realizadas no município de Solânea, uma vez que este recebeu a Marcha, tendo um processo mais intenso de formação local e levando um maior número de mulheres nas ruas. Participei ativamente desses espaços, atuando na construção da Marcha, contribuindo nas formações, escolhas, inclusive assumindo tarefas no dia de sua realização. Acompanhei treze reuniões (Quadro 2), relatadas e utilizadas para análise. A participação em todo este processo possibilitou grande aproximação com as mulheres do Polo do Borborema, lideranças sindicais, lideranças do Polo, agricultoras experimentadoras e mulheres que se aproximavam pela primeira vez de espaços coletivos.

**Quadro2. Participação no processo preparatório da IV pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.**

O quê	Quando	Onde
<b>Formação Mulheres Polo</b>	18 de outubro de 2012	Lagoa Seca
<b>Reunião preparatória</b>	07 de fevereiro de 2013	STR Solânea
<b>Reunião preparatória</b>	18 de fevereiro de 2013	S. Videl - Solânea
<b>Reunião preparatória</b>	19 de fevereiro de 2013	STR Remígio
<b>Reunião preparatória</b>	20 de fevereiro de 2013	S. Goiana - Solânea
<b>Reunião preparatória</b>	21 de fevereiro de 2013	S. Barrocas – Solânea
<b>Articulação MMTR e STR's</b>	22 de fevereiro de 2013	STR Solânea
<b>Reunião preparatória</b>	25 de fevereiro de 2013	S. São Luis – Solânea
<b>Estrutura</b>	26 de fevereiro de 2013	STR Remígio
<b>Reunião preparatória</b>	27 de fevereiro de 2013	STR Alagoa Nova
<b>Reunião preparatória</b>	28 de fevereiro de 2013	STR Esperança
<b>Reunião preparatória</b>	28 de fevereiro de 2013	S. Araçá - Arara
<b>Divisão de tarefas</b>	6 de março de 2013	STR Solânea
<b>Avaliação</b>	15 de março de 2013	AS-PTA

A terceira parte da coleta de dados foram as entrevistas. Nas investigações qualitativas, uma das formas de se utilizar as entrevistas é em conjunto com a observação participante, objetivando recolher dados na linguagem do próprio sujeito, de maneira que a pesquisadora possa desenvolver, intuitivamente, uma ideia sobre como esses sujeitos interpretam o mundo (BOGDAN e BIKLEN, 2004). É através da história das mulheres entrevistadas que se buscou entender de que maneira a auto-organização das Mulheres da Borborema tem influenciado na vida das mesmas.

Foi a partir da aproximação conseguida nas etapas anteriores e dialogando com as mulheres lideranças do movimento que se deu a escolha de como e com quem seriam realizadas as entrevistas. Foram entrevistadas cinco mulheres: quatro militantes do Polo da Borborema e uma do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). No Polo, a escolha se deu com base nos seguintes critérios: serem agricultoras experimentadoras, que participam das atividades de organização das mulheres, tentando abranger uma diversidade de idade, municípios e estado civil. O ideal seria conversar com uma camponesa de cada município do Polo, mas para fins de uma pesquisa de mestrado seria um número muito grande de entrevistas e dados a serem analisados. Dessa maneira, a opção foi entrevistar mulheres dos municípios que desencadearam a estruturação do Polo: Solânea, Remígio e Lagoa Seca.

A primeira entrevista ocorreu ainda durante a preparação para a Marcha, com o objetivo de se conhecer melhor a história de luta das mulheres no município de Solânea, que já acontece desde a década de 1970, motivo pelo qual o município foi escolhido para sediar a Marcha em 2013. Com o mesmo objetivo, foi entrevistada outra mulher camponesa, militante do MMTR-NE, que não pertence ao Polo, mas também fez parte do início das lutas das mulheres no município, residindo hoje em Lagoa de Dentro – PB. O Quadro 3 apresenta as características gerais das entrevistadas.

Quadro 3. Entrevistadas.

Nome/idade	Município	Estado civil/filhos	Participação em Movimentos Sociais
<b>D. Terezinha/ 60 anos</b>	Solânea – Sítio Videl	Casada/ mãe e avó	Comissão de Saúde e Alimentação/MMT
<b>Marília/ 24 anos</b>	Solânea – S. Goiana	Solteira/sem filhos	Comissão de Jovens/Comissão de Sementes
<b>Anilda/ 46 anos</b>	Remígio – Ass. Oziel Pereira	Viúva/5 filhos, uma neta	Comissão de Saúde e Alimentação/MST
<b>Marlene/ 43 anos</b>	Lagoa Seca	Casada/dois filhos	Secretaria do STTR/Comissão de Saúde e Alimentação
<b>Lúcia/ 53 anos</b>	Lagoa de Dentro	Amasiada	MMTR-NE/MMT

As entrevistas com as agricultoras experimentadoras do Polo da Borborema foram realizadas em suas respectivas unidades produtivas, permitindo assim que também se fizesse uma visita para conhecer um pouco das práticas agroecológicas adotadas. Já Lúcia foi entrevistada em Solânea, quando a agricultora veio visitar familiares.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O capítulo 1 tem por objetivo fazer a contextualização teórica que embasou a realização da dissertação. Parte-se do pressuposto de que a mulher camponesa está submetida a uma dupla subordinação: a primeira é referente à agricultura camponesa em relação à agricultura capitalista e a segunda está na própria condição de ser mulher em uma sociedade patriarcal, onde o homem é quem historicamente detém poder. A lógica de dominação sobre a natureza e seus recursos, que apoia o agronegócio, é a mesma que estrutura a dominação dos homens sobre as mulheres. É feita, então, uma breve contextualização histórica do campo brasileiro. Ressaltamos os movimentos sociais do campo e a Agroecologia como forma de enfrentar o domínio da capital neste setor. A Agroecologia, por fomentar um modelo de desenvolvimento rural sustentado em seus aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais, políticos e éticos, deve incluir em suas ações e reflexões a igualdade entre homens e mulheres no campo. Então, é feito um resgate da condição da mulher do campo no Brasil, bem como suas lutas e conquistas e relações com a construção da agroecologia.

O segundo capítulo se inicia com a apresentação do contexto da luta das mulheres do campo na Paraíba, resgatando as atrizes e movimentos que se relacionam



com a história das mulheres do Polo da Borborema. A partir de então, são colocados os resultados e análises da pesquisa: como se iniciou a organização das mulheres no Polo da Borborema, quais suas relações com a construção da Agroecologia no território, como se dão as discussões de gênero, como se relacionam com outros movimentos de mulheres e ações, quem são essas mulheres, quais suas reivindicações, conquistas e desafios enfrentados. Também é abordada a visão que as entrevistadas têm da Agroecologia, da terra e do ser mulher.

No capítulo 3, se apresentará uma análise da construção da IV Marcha à luz da Educação Popular. Inicia-se com a história da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia e aborda a situação de descaso com a educação no campo brasileiro. A seguir, é feita a análise do processo preparatório para a IV Marcha, protagonizado pelas agricultoras, estabelecendo uma dinâmica educadora e formadora de novos conceitos sobre as relações de gênero no campo. A Marcha busca a igualdade necessária à Agroecologia, mostrando de que maneira esta se estabelece como um espaço de Educação Popular.

## CAPÍTULO 1

### AGROECOLOGIA E FEMINISMO(S): CONTRIBUIÇÕES PARA A MULHER

#### CAMPONESA NO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo fazer a contextualização teórica que embasou a realização deste trabalho de dissertação. A pesquisa parte da ideia de que a mulher camponesa está submetida a uma dupla subordinação: a primeira é referente ao campo em relação ao meio urbano e a segunda está na própria condição de ser mulher em uma sociedade patriarcal, onde o homem é quem historicamente detém o poder. (FERREIRA, 2009). Acredita-se ainda que a lógica de dominação sobre a natureza e seus recursos, na qual o desenvolvimento da agricultura moderna se dá, é a mesma que estrutura as desigualdades entre os gêneros e a dominação dos homens sobre as mulheres. Nesse sentido, aqui se faz o esforço de aproximar feminismo e Agroecologia enquanto contribuições teórico-metodológicas que vêm questionar os pressupostos de universalismo, neutralidade e objetividade que são atribuídos ao conhecimento científico tradicional. Situar a leitura no contexto histórico cultural no qual se insere a realidade estudada é fundamental para o bom entendimento da pesquisa, por isso, em seguida, passamos brevemente pela questão agrária no Brasil e pela resistência camponesa, em especial na Paraíba. O capítulo será finalizado com a apresentação das lutas das mulheres camponesas no Brasil.

Uma ciência que se apresenta de forma fragmentada e excludente já não serve mais. É necessária uma abordagem que considere os aspectos objetivos e subjetivos, a complexidade do mundo e dos sujeitos, uma nova forma de pensar e agir, que assuma seu posicionamento político e sua parcialidade, uma vez que sempre é

feita por alguém e para alguém em um determinado contexto e tempo histórico. Para tal é necessária uma mudança da concepção, de mecanicista para a holística que é abordada por estudiosas e estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, como Leonardo Boff, Maria Mies, Vandana Shiva, Thomas Kuhn, Edgar Morin, entre outros.

Corroborando essa ideia, Capra (1982) mostra que a visão holística deve incluir:

A emergente visão sistêmica de vida, mente, consciência e evolução; a correspondente abordagem holística da saúde e da cura; a integração dos enfoques ocidental e oriental da psicologia e da psicoterapia; uma nova estrutura conceitual para a economia e a tecnologia; e *uma perspectiva ecológica e feminista*, que é espiritual em sua natureza essencial e acarretará profundas mudanças em nossas estruturas sociais e políticas (CAPRA, 1982, grifo meu).

O autor explicita que estamos passando por uma crise cultural que tem como consequência uma série de desequilíbrios, cenário característico de períodos que precedem transformações culturais. Para ele, essas transformações podem ser notadas sob três aspectos. O primeiro e mais profundo se refere ao lento declínio do patriarcado. Esse sistema era tão universalmente aceito que suas doutrinas se confundiam às leis da natureza, pois na realidade eram apresentadas como tal. Hoje se pode evidenciar sua inconsistência, sendo o movimento feminista forte corrente cultural que luta por uma reestruturação social.

A segunda ocorre devido ao declínio da era dos combustíveis fósseis, o que vai acarretar uma mudança na matriz energética, envolvendo transformações radicais nos sistemas econômicos e políticos. A terceira transição é a própria mudança de paradigma, ou seja, uma nova visão da realidade, trazendo mudanças em nossos pensamentos, percepções e valores, alterando inclusive a crença de que o método científico é a única forma válida de conhecimento.

Dialogando com Capra, os estudos feministas, ao tentarem entender o sistema de opressão às mulheres, vêm auxiliar na superação do patriarcado. Da mesma maneira, a Agroecologia, ao negar a matriz produtiva dependente de elementos externos ao agroecossistema, também se coloca na busca por outras matrizes energéticas não dependentes de combustíveis fósseis. Para Mies e Shiva (1993), as *ideias sobre uma ciência diferente* deveriam basear-se em distintos princípios *éticos e metodológicos*. Ao se tratar de um “novo paradigma”, feminismo e Agroecologia se colocam como

pensamentos críticos aliados ao questionarem o paradigma atual, inclusive na forma de fazer ciência, em especial ao ter um posicionamento político claro, além de considerar as subjetividade e particularidades das pessoas envolvidas no processo de pesquisa. Seguimos agora para um olhar mais detalhado para ambos e suas contribuições teórico-metodológicas.

### **1.1. Agroecologia**

“Ambos, terra e trabalhador, estão feridos e sangram perigosamente.” (BOFF, 2004).

Explicitar brevemente quais são as bases epistemológicas que sustentam o paradigma em crise se faz necessário para evitar caminhos equivocados ao buscar saídas a ele (GOMES, 2005). Segundo o autor, o surgimento do discurso epistemológico moderno caracteriza a Filosofia da Ciência Tradicional, onde se identificam traços do empirismo britânico, racionalismo e positivismo moderno, e apresenta cada corrente. O empirismo britânico vem a partir de Francis Bacon, onde o conhecimento tem como objetivo o controle sobre a realidade e a apropriação da natureza, e a racionalidade científica é vista como autossuficiente e fechada à troca com outras áreas. René Descartes pertence ao racionalismo que, além de objetivar o domínio da natureza, traz a fragmentação da realidade e não admite como verdade nada sem evidências, levando ao ceticismo. O positivismo de Auguste Comte, surgido na cultura da burguesia industrial, assume a fé no progresso da ciência como única forma válida de conhecimento.

Para Guzmán (2001) essa ética tecnocrata subsidia as inovações científicas e tecnológicas nas sociedades capitalistas pós-industriais, proporcionando uma interpretação da natureza e da sociedade onde a humanidade pode transcender e dominar a natureza através da ciência e da tecnologia dela derivada, ocasionando a privatização e mercantilização dos bens ecológicos comunais (ar, terra água e biodiversidade).

A crise de paradigma se expressa na agricultura pela crise do modelo produtivo baseado na Revolução Verde, e a Agroecologia é vista por muitos estudiosos como resposta a essa crise (GOMES, 2005; CAPORAL, 2005). A Revolução Verde é o processo que originou o sistema de produção da agricultura convencional, em que, com

apoio técnico e financeiro de instituições internacionais e do Estado, os princípios industriais e capitalistas passam a predominar sobre o desenvolvimento do campo (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000). Tal modelo produtivo, o *agronegócio*, se preocupa apenas com o aumento da produtividade e a geração de lucro, desconsiderando os aspectos ambientais, políticos, sociais e culturais já estruturados no campo.

Compreendemos o agronegócio como uma complexa articulação de capitais, direta e indiretamente, vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolidam no contexto neoliberal, sob hegemonia de grupos internacionais, e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *lócus* privilegiado de acumulação capitalista, intensificando múltiplas desigualdades socioespaciais (Campos, 2011).

As práticas produtivas refletem a lógica moderna capitalista de dominação da natureza pelo ser humano, como se este não fosse parte integrante e indissociável da mesma. Foi através da implementação da Revolução Verde que se deu a primeira forma de modernização global do manejo dos recursos naturais, causando uma substituição massiva dos terrenos comunais pela propriedade privada e extremamente concentrada, desestabilizando a organização social familiar e consolidando os latifúndios agroindustriais (GUZMÁN, 2001). Como consequência desse processo, atualmente a agricultura é parte de um intrincado sistema produtivo, em que as desigualdades sociais e regionais se fazem presentes (CARMO, 2008).

Com essa base produtiva, para obter alimentos há uma intensificação da artificialização de ciclos e processos físico-químicos e biológicos (GUZMÁN, 2001). Para Gliessman (2000), a produção de alimentos de acordo com as regras do mercado torna-se inevitavelmente desconectada dos princípios ecológicos, sendo tratada como um processo industrial no qual as plantas assumem o papel de fábricas em miniatura. O autor coloca que tal produção se baseia no cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética das plantas. Combinadas, essas práticas trazem uma enormidade de impactos negativos: degradação do solo pela compactação, erosão, perda de matéria orgânica e fertilidade; dependência tecnológica e mercadológica de insumos externos petrolíferos; riscos ao ambiente e saúde humana; uso excessivo de águas, levando a

*eutrofização*<sup>3</sup> e impacto nos padrões hidrográficos regionais e globais; perda da diversidade de espécies e da diversidade genética, tornando os ecossistemas mais vulneráveis; leva a perda do controle local sobre a produção agrícola. Todos esses custos não são contabilizados na produção, eles são considerados *externalidades*<sup>4</sup> do sistema e assumidos pela sociedade como um todo. A produção aumenta, no entanto se mantém a fome em todo globo (*Op. cit*, 2000). Como podemos ver, esse modelo totalmente insustentável reflete negativamente na vida de todos os seres vivos deste planeta. Fica clara a parcialidade da ciência e da técnica, que ao invés de se preocupar com a produção de alimentos saudáveis está muito mais voltada ao acúmulo de capital por uma minoria dominante e opressora. É como diz o samba:

“Energia nuclear, o homem subiu à lua  
É o que se ouve falar, mas a fome continua  
É o progresso tia Clementina, trouxe tanta confusão  
Um litro de gasolina, por cem gramas de feijão

Não vadeia Clemenina  
Fui feita pra vadiar  
Eu vou! Vou vadiar, vou vadiar, vou vadiar

Cadê o cantar dos passarinhos, ar puro não vejo mais não  
É o preço que o progresso paga com a poluição  
O homem é civilizado, a sociedade é quem faz sua imagem  
Mas tem muito diplomado que é pior do que selvagem”  
(CANDEIA, sem data).

Para Porto Gonçalves (2004), a própria denominação *Revolução Verde* é uma tentativa de despolitizar as lutas contra a fome e miséria, atribuindo-lhes um caráter estritamente técnico, “afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário” (PORTO

---

<sup>3</sup>Processo no qual há um acúmulo progressivo de matéria orgânica (compostos de fósforo e nitrogênio) nos corpos d’água, provocando crescimento excessivo de algas, aumentando o consumo de oxigênio e impedindo a penetração de luminosidade nas camadas mais profundas. As baixas taxas de oxigênio provocam grande mortalidade de organismos, aumentando também a população de decompositores, diminuindo a qualidade da água. Na maioria das vezes, o processo é desencadeado por ação antrópica, com despejo de efluentes agrícolas, urbanos ou industriais.

<sup>4</sup>Vandana Shiva afirma que o impacto negativo do desenvolvimento e do crescimento econômico sobre a mulher, as crianças e o ambiente continua amplamente não conhecido e não registrado (MIES e SHIVA, 1993).

GONÇALVES, 2004). (Des)politizar, (des)fazer, (des)ligar, (des)respeitar, (des)integrar. Destruir.

Os processos de desenvolvimento obrigam a virar as costas à terra como fonte de significado e de sobrevivência, utilizando o Estado e os seus recursos para ambos a destruição dos laços orgânicos com a terra, conduzem a destruição dos laços orgânicos da sociedade (MIES e SHIVA, 1993).

Para exemplificar esse rompimento de laços, Vandana Shiva descreve o que a chegada da Revolução Verde trouxe ao Punjab, na Índia: alagamentos e doenças devido à destruição ambiental, dependência das/os agricultoras/es ao mercados globais de fertilizantes, pesticidas e sementes, desintegração da cultura, brutalidade e violência, em particular contra mulheres e crianças. No Brasil, a realidade não se mostra muito diferente, Campos (2011) evidencia que a expansão do agronegócio provoca um aumento na concentração de renda e recursos, resultando em pobreza e exclusão social. A mudança na forma de produção e organização social do campo é urgente e há muitos anos camponesas e camponeses lutam pra que essa utopia se torne real.

“O futuro do planeta  
Depende da humanidade  
Precisamos construir  
Vida com mais qualidade  
Tratar os seres da terra  
Com menos brutalidade.

É necessário rever  
O jeito de produzir  
E mudar radicalmente  
A forma de consumir  
Um mundo mais sustentável  
Nós devemos construir”  
(OLIVEIRA e CASTRO, 2011).

A Agroecologia vem fornecer os princípios básicos da ecologia para estudar e tratar de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERE, 1989). Para tanto, não é suficiente a troca da matriz tecnológica de produção, mas temos como elemento central a organização social regional das camponesas e camponeses:

Não se trata, simplesmente, de se agregar uma dimensão ecológica aos estudos convencionais sobre as mudanças no mundo rural, típico dos discursos ecotecnocráticos<sup>5</sup>, mas de se criarem novas categorias conceituais que permitam o desenho de um sistema de produção agrícola em que os seres humanos cultivem a terra sem degradá-la e sem degradar-se enquanto organizações sociais. O ponto de partida é a inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos; ou seja, as relações entre os agentes sociais e os ecossistemas (MOLINA e GUZMÁN, 1993; apud SILIPRANDI, 2009a)

Ao reconhecer as relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente, a Agroecologia não se enquadra na filosofia da Ciência Tradicional, fragmentada e reducionista. Propõe um novo enfoque paradigmático, onde se consiga unir os saberes populares com os conhecimentos criados por diferentes disciplinas científicas, pensando na totalidade dos problemas e não do tratamento isolado de suas partes (CAPORAL, 2005).

A Agroecologia ressalta a necessidade de geração de um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizado, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais, respeitando a diversidade ecológica e sociocultural (GUZMÁN, 2001). Ainda de acordo com o autor, para se constituir esse novo saber é necessário reconhecer as formas de desenvolvimento e resistência do saber local e potencializar as formas de ação social coletiva, pois estas possuem um potencial endógeno transformador. Ao contrário do modelo convencional cartesiano, desde a Agroecologia se entende que nossas decisões individuais e coletivas afetam a coevolução sociedade-natureza, levando a uma alteração do seu natural (CAPORAL, 2005).

A Agroecologia também pode ser entendida como o resgate de uma herança agrícola que foi destruída com a chegada da agricultura moderna, em especial as ciências agronômicas, que desprezam esses saberes e, muitas vezes carregam preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero (HECHT, 2002) e, ainda, de geração. Os Movimentos Sociais vêm contribuir no enfrentamento a esses preconceitos, trazendo “as formas de consciência”: de espécie, de classe, de identidade, de gênero e de exploração geracional, que ao serem incorporados na Agroecologia, faz da busca de equidade um

---

<sup>5</sup>Tal discurso se difunde a partir do Relatório Brundtland, colocando a necessidade de um crescimento econômico continuado, onde a solução para os problemas socioambientais e os limites do crescimento está baseada no otimismo tecnológico, artifícios econômicos e mecanismos de mercado. Na agricultura esta corrente se evidencia através da Revolução Verde, hipótese tecnicista supostamente menos danosa ao ambiente e que permanece sendo excludente sob o ponto de vista social e econômico e não enfrenta questões chave da sustentabilidade, como a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural (CAPORAL, 2000).



de seus elementos centrais (GUZMÁN, 2001). Assim, se faz necessário entender como se constituíram essas desigualdades, de que forma elas se sustentam, estabelecer debates de conjuntura e teóricos que atentem a cada uma, para que se possam propor ações consistentes para superá-las.

A Agroecologia, justamente por contrapor um paradigma opressor, não se sustenta teoricamente se ficar presa dentro dos muros das universidades e centros de pesquisa. Para responder as necessidades das camponesas e dos camponeses, é necessário estar junto com as organizações de base e movimentos sociais do campo. No Brasil, o movimento agroecológico surgiu justamente da união das lutas camponesas, de técnicas/os e acadêmicas/os que fomentavam uma produção de base ecológica em detrimento ao modelo de produção destruidor imposto pelo modelo do agronegócio, através do desenvolvimento das chamadas agriculturas alternativas (SANTOS, 2007; SILIPRANDI, 2009a). Com o tempo, surgiu a necessidade de se debater questões que vão além da produção, tomando um caráter político comprometido com a transformação do campo, buscando relações mais justas e igualitárias. Para articular os diversos setores que atuavam neste sentido, no final da década de 1990, surgiram várias iniciativas de instituições e redes, com o intuito de fortalecer as experiências existentes e também para influenciar na definição de políticas públicas para o setor (SILIPRANDI, 2009a). Destacamos a participação da AS-PTA neste processo, o que sem dúvidas trouxe um acúmulo histórico e metodológico na sua atuação junto ao Polo da Borborema.

Foi nesse cenário que, em 2002, foi realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) no Rio de Janeiro, que possibilitou a aproximação de experiências desenvolvidas por trabalhadoras e trabalhadores rurais e incentivou o protagonismo de quem está construindo a superação do modelo hegemônico de desenvolvimento do campo (ANA, 2008). Um dos temas de debate do ENA foi “A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico”, no entanto esse Grupo de Trabalho (GT) ficou esvaziado e com somente um homem, então decidiram não debater internamente, mas problematizar a questão nos demais GT’s (ANA, 2008). Também foi elaborada uma carta destacando a importância de se fazer o debate de gênero junto aos demais espaços e afirmando:

Acreditamos que, se agroecologia mostra que há um jeito diferente de ser e de produzir e também de reinventar a vida, as questões de gênero, geração e etnia deverão estar incorporadas (ANA, 2008).

Foi ainda durante o I ENA que se criou a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Com representantes de movimentos, redes e organizações da sociedade civil em todas as regiões do país, ela foi construída de forma horizontal e descentralizada, ampliando o debate dos temas mobilizadores, valorizando dinâmicas regionais existentes e as experiências concretas de promoção de agroecologia, com o objetivo de influenciar as propostas de políticas públicas (ANA, 2008). Optou-se por criar um GT de gênero (hoje chamado de GT de mulheres da ANA) que, desde sua fundação, foi composto por organizações de assessoria no campo agroecológico, organizações feministas e movimentos de mulheres. O GT se consolidou com seu trabalho de fortalecimento da auto-organização das mulheres, aproximando organizações nos campos da agroecologia e feminismo, garantindo participação equitativa entre homens e mulheres para a adoção de um enfoque de gênero dentro da ANA. Durante a preparação para o II ENA, a temática de gênero foi incorporada em todos os encontros estaduais e regionais, o que resultou num avanço significativo em relação ao I ENA, podendo notar a contribuição das mulheres ao reformular certos conceitos e temas a partir de prática cotidiana (ANA, 2008):

Nós, participantes do II ENA, assumimos o compromisso de continuar apoiando e participando da construção de um movimento agroecológico com igualdade de gênero, opondo-nos também a todas as formas de violência contra a mulher (ANA, 2008).

Apesar de o movimento agroecológico debater a igualdade entre homens e mulheres, colocar isso em prática é um desafio constante, especialmente nas articulações mistas, onde internamente se expressam as relações de opressão à mulher. No campo acadêmico também é necessário ganhar mais espaço. Como alerta Emma Siliprandi, apesar de muitos estudos em Agroecologia citarem as relações desiguais de gênero, há pouco aprofundamento sobre essa questão. É de fundamental importância um maior esforço para entender as relações de poder no meio rural, uma vez que:

A Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para ação emancipatória dos camponeses se também não se ocupar, teórica e praticamente, no enfrentamento das questões da subordinação das mulheres camponesas (SILIPRANDI, 2009b).

## 1.2. Natureza, mulher(es), feminismo(s)

“Por que é que as mulheres

São sempre discriminadas?

Em casa e no trabalho

São tão desvalorizadas?

Por que a sociedade

Aprova a desigualdade

E elas são exploradas?

E as relações de poder

Por que são tão desiguais?

Entre mulheres e homens

Nas suas linhas gerais

As mulheres na história

Sempre trabalharam mais”

(OLIVEIRA, sem data).

Esses versos do cordel, *Elas e Eles: direitos e deveres*, publicado pela ASA, trazem alguns questionamentos sobre os quais vamos falar agora. Não com o objetivo de esgotar o debate, mas de mostrar o ponto de vista que deu rumos às decisões sobre a pesquisa. Vivemos em uma sociedade que é capitalista e patriarcal. Significa que a ordem social está organizada por esses sistemas e já se sustenta com base nas desigualdades geradas por eles (AVILA, 2008). O patriarcado é caracterizado por relações de gênero desiguais hierárquicas de superioridade do masculino sobre o feminino, estando presente em todos os espaços sociais e no Estado, onde o poder é exercido pelo homem branco e heterossexual (SAFFIOTI, 2004).

Quando falamos em gênero, estamos nos referindo a uma categoria de análise da realidade social que considera as desigualdades entre homens e mulheres e como elas estão estruturadas (AVILA, 2008). Para Saffioti (1999), a primeira manifestação do conceito de gênero reside na frase “*On ne naît pas femme, on le devient*” (Ninguém nasce mulher, torna-se mulher) de Simone Beauvoir, ou seja, é necessário aprender a ser mulher, já que o feminino não é dado pela anatomia ou pela biologia, e sim construído pela sociedade.

O conceito se refere à construção social do feminino e masculino a partir da diferença biológica entre os sexos: já no momento do nascimento se dão uma série de práticas, símbolos, valores, que vão marcar a constituição social de cada sujeito de forma sexuada. Significa que o corpo feminino determina a forma de criação e coloca a mulher em papéis sociais aos quais é atribuído menor valor, de maneira que se naturalizam desigualdades estruturantes na sociedade criando-se uma hierarquia de poder, onde o homem é colocado como superior. Ao se construírem, as relações de gênero equalizam todas as mulheres de um lado, e todos os homens de outro, desconsiderando que nenhum indivíduo é igual a outro, nem no contingente feminino, nem no masculino (SAFIOTTI, 1997).

“E as relações de gênero  
São bastante desiguais  
São relações de poder  
De dimensões culturais  
Construídas sem nexos  
Das diferenças de sexo  
São criações sociais  
(...)  
O machismo é ensinado  
Na família e na escola  
Boneca é pra menina  
Menino brinca de bola  
Incentivam a diferença  
Reproduzindo a crença  
Que o preconceito controla”  
(OLIVEIRA, sem data).

Em sua obra *O segundo sexo*, Beauvoir (1980) faz uma análise detalhada de como as relações de gênero se construíram historicamente e de que maneira influenciam na submissão feminina, afirmando que o presente é determinado pelo passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. A história das mulheres não foi e muitas vezes ainda não é contada. Para a autora, apesar de haverem diversas formas de opressão, o laço que une as mulheres aos homens se difere de todos os outros: não é possível viver sem o opressor.

Como nos conta Capra (1982), na cultura chinesa existem dois pólos yin e yang, que não são antagônicos, mas harmoniosos e complementares, estando o yin associado ao feminino e o yang ao masculino, ressaltando que na biologia humana esses princípios não são separados e ocorrem em proporções variáveis em ambos os sexos. No entanto, hoje há uma reinterpretação e distorção dessa simbologia:

Os antigos chineses acreditavam que todas as pessoas, homens ou mulheres, passam por fases yin e yang. A personalidade de cada homem e de cada mulher não é uma entidade estática, mas um fenômeno dinâmico resultante da interação entre elementos masculinos e femininos. Essa concepção da natureza humana está em contraste flagrante com a da nossa cultura patriarcal, que estabeleceu uma ordem rígida em que se supõe que todos os homens são masculinos e todas as mulheres, femininas, e distorceu o significado desses termos ao conferir aos homens os papéis de protagonistas e a maioria dos privilégios da sociedade (CAPRA, 1982).

Uma das decorrências das relações sociais entre os sexos, e mais do que isso, um fator necessário para a sobrevivência dessas relações é a divisão sexual do trabalho, onde prioritariamente os homens se ocupam da esfera produtiva e das funções de maior valor social, e as mulheres, da esfera reprodutiva (HIRATA, 2007). A autora explica os dois princípios organizadores dessa forma de divisão social do trabalho: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)” (*Op. cit.*, 2007). Dessa forma se desenvolvem relações generalizadas de dominação, exploração e violência contra a mulher, invisibilizando seu trabalho e ela própria enquanto sujeito social.

Nós mulheres, trabalhamos muito, desde a infância e por toda a vida. Trabalhamos há muito tempo na história, desde muito antes do capitalismo, mas nosso trabalho foi invisibilizado ao longo do tempo. Para muitas de nós, hoje e em outras gerações não muito distantes, ter um trabalho e, a partir dele, conseguir alguma renda foi e é uma forma de ter mais autonomia, tomar decisões próprias, ir e vir, melhorar a vida, sair da dependência financeira. Foi e é, para muitas, a única alternativa para sobreviver em uma sociedade capitalista, na qual a venda de nossa força de trabalho é a única forma de sustento. Com nosso trabalho, remunerado ou não remunerado, vendido ou gratuito, a gente não apenas se sustenta, ou sustenta nossa família, mas sustenta o mundo (SILVA *et al.*, 2012).

Como temos visto, as relações de gênero são históricas, socialmente construídas e não naturais, exatamente por isso elas podem ser mudadas. Para alterar

uma construção de tantos séculos, é preciso toda a sociedade pensar e dialogar sobre ela, buscando caminhos de ação transformadora. No entanto, falar de relações de gênero ainda é considerado um assunto unicamente de mulheres. Porque tratar desse tema é incorrer no risco de desalojar os que se beneficiam da posição de inferioridade à qual muitas mulheres estão submetidas, inclusive para garantir privilégios dos homens; para as mulheres é caminho de libertação (SILVA, 2010).

Nós não podemos transformar a vida das mulheres deixando o mundo no mesmo lugar. As propostas liberais falam de uma igualdade nesse mesmo sistema, tentam dizer que podemos chegar em algum lugar de igualdade nesse mesmo sistema, tentam dizer que podemos chegar em algum lugar de igualdade sem mudar o que está em torno, mas isso é uma hipótese e uma proposta falsa (ÁVILA, 2007).

Ao considerar que essa mudança no mundo se faz urgente, é necessário atentar para a colocação de Ávila (2007) quando afirma que existem várias perspectivas ao se abordar as relações de gênero que não necessariamente propõe transformações. Aqui, compartilhamos da perspectiva feminista trazida pela autora, pois “quem faz a ciência avançar do ponto de vista da relação entre homens e mulheres, é o feminismo porque pensa, porque lança questões e transforma” (*Op. cit.*, 2007).

Como *crítica feminista* compreendemos as distintas correntes que tentam explicar porquê grande parte das mulheres continuam vivendo em condições de subordinação, tendo qualquer corrente feminista como base o reconhecimento de uma causa social e cultural para essa condição feminina (BANDEIRA, 2008). O pensamento crítico feminista questiona o paradigma científico predominante criado pelos homens, que tem métodos, teorias, ética e política carregados de preconceitos androcêntricos, além de tornar invisível a mulher e sua contribuição (MIES e SHIVA, 1993; ÁVILA, 2007; BANDEIRA, 2008).

Ciommo (1999) fala sobre o livro *The Death of Nature* de Carolyn Merchant, que destaca a função de Francis Bacon em transformar a ciência de sabedoria para manipulação, referindo-se a necessidade de transformar a natureza em escrava para nos servir. Essa linguagem violenta revela a imagem tradicional feminina da natureza, vinculando a tortura à natureza, para extrair seus segredos à tortura generalizada de mulheres durante a caça as bruxas. Expõe-se um elo entre a ciência mecanicista e a ordem patriarcal, estando a tecnologia a serviço de fins nocivos e antiecológicos (CIOMMO, 1999).

Corroborando este pensamento, Evelyn Fox Keller, ao analisar o lado psicológico da ciência patriarcal, afirma para esses homens: “a natureza não é um ser assexual: ela é uma mulher maldosa e perigosa que deve ser dominada” (MIES e SHIVA, 1993). Mies faz sua análise afirmando que a intenção era manter o poder da criação, antes pertencente às mulheres e à natureza, sob o domínio masculino. O homem consegue manter esse domínio “não é graças a seus cérebros, mas graças ao casamento fatal entre o cérebro e a violência, a que eles, muito eufemisticamente, chamam de poder” (MIES e SHIVA, 1993).

No enfrentamento a essa mentalidade está o movimento feminista, uma prática de militância, de denúncia, de proposição e de transformação de pensamentos da lógica patriarcal, assim, faz parte do movimento uma reflexão crítica e a construção de um pensamento teórico (ÁVILA, 2007). Foi devido à essa necessidade de um marco teórico que surgiram os estudos feministas, a partir da interação com os movimentos sociais, da experiência concreta de luta das mulheres contra a exploração e opressão (MIES e SHIVA, 1993; BANDEIRA, 2008).

A separação entre a política (poder) e a ciência que nós feministas atacamos é baseada numa mentira. Não existe e nunca existiu essa ciência pura, isenta de valor, desinteressada, apenas devota à busca da infinita verdade (MIES e SHIVA, 1993).

Para Bandeira (2008), a crítica feminista vem mostrar que o conhecimento científico não é uma entidade objetiva, uma vez que está inserido na condição cultural dos atores sociais e não há como realizá-lo como uma atividade abstrata, distanciada e isolada. A autora traz a ruptura epistemológica significativa feita pela crítica feminista: coloca o domínio do privado, a existência pessoal como política, uma vez que não há problema político que não recaia de algum jeito sobre a dimensão do pessoal/privado, influenciando a prática científica e na crítica ao patriarcado.

Autonomia e igualdade são objetivos centrais da luta feminista que propõem uma transformação estrutural na sociedade, alcançando a vida de todas as mulheres. No entanto, fazendo com que essa luta aconteça, estão diferentes mulheres, movimentos e práxis, existindo assim, muitos *feminismos*. Vamos nos debruçar um pouco sobre o *ecofeminismo* por acreditar que é o que melhor se encaixa em nossa análise. O Ecofeminismo também tem diversas correntes e aqui nos basearemos principalmente em

contribuições de Maria Mies e Vandana Shiva (1993) e Regina Célia Di Ciommo (1999).

Desde as mais remotas épocas, a natureza — e especialmente a terra — tem sido vista como uma nutriente e benévola mãe, mas também como uma fêmea selvagem e incontrolável. Ao mesmo tempo, as mulheres foram retratadas como passivas e subservientes ao homem. Assim, a antiga associação de mulher e natureza interliga a história das mulheres e a do meio ambiente e é a fonte de um parentesco natural entre feminismo e ecologia que está se manifestando, hoje, em grau crescente (CAPRA, 1982).

No Brasil, uma aproximação ideológica com a causa ambiental está presente em diversas organizações feministas, fundamentada por uma crítica praticamente consensual ao modelo de desenvolvimento excludente, sexista e predatório, buscando a união e participação das mulheres na vida social e política (CIOMMO, 1999). Partindo do outro ponto, Mies mostra que onde houve ação das mulheres contra a destruição da natureza, cedo ou tarde, deram conta da relação da violência patriarcal contra mulheres, outros indivíduos e natureza, afirmando que “ao questionar o patriarcado estamos a ser leais com as futuras gerações, com a vida e com o próprio planeta” (MIES e SHIVA, 1993).

De acordo com Ciommo (1999), o termo ecofeminismo surgiu em 1974, especialmente na França, ante duas ameaças à humanidade, superpopulação e destruição dos recursos naturais, sendo seus princípios fundamentais definidos por Karen Warren, baseados no reconhecimento de importantes vínculos entre a opressão das mulheres e da natureza, sendo sua avaliação e compreensão tarefa indispensável ao entendimento adequado da subordinação, tanto das mulheres, quanto da natureza.

O ecofeminismo trata da interligação e da abrangência da teoria e da prática, reivindica a força e a integridade especiais de todas as coisas vivas (...) Somos um movimento com uma identidade feminina e acreditamos que temos uma tarefa especial a desempenhar nesses tempos ameaçados. Vemos, como uma preocupação feminista, a devastação da Terra e dos seus habitantes pelos guerreiros empresariais e a ameaça do extermínio nuclear pelos guerreiros militares. É a mesma mentalidade machista que nos negava o direito aos nossos próprios corpos e à nossa sexualidade, que depende de múltiplos sistemas de domínio e do poder do Estado para obter o que pretende (MIES e SHIVA, 1993).

Ao reconstituir as principais ideias do ecofeminismo, Ciommo (1999) cita Warren ao colocar que um feminismo realmente transformador não pode se focar apenas no fim da opressão feminina, contemplando também as desigualdades de raça,



classe, sexo e a dominação da mulher e da natureza. Seguindo sua análise, traz o pensamento colocado por Plumwood sobre a necessidade de rejeitar a construção dualística de mulher/natureza e cultura/natureza, bem como cultura dominante/natureza dominada e cultura/natureza, e humanidade masculina/naturalidade feminina, o que envolveria a reconceitualização tanto da natureza, quanto da identidade humana, assim como a relação entre ambas de uma forma não-hierárquica.

Desconstruir a ideia dominante que associa as mulheres à natureza é uma tarefa feminista, já que esta tem como objetivo naturalizar as relações de desigualdade construídas no campo da cultura, da economia, e da política (SILVA, 2007). A autora afirma ser esta uma visão essencialista onde as mulheres teriam a natureza como essência e destino, sendo assim mais aptas a determinadas atividades, como o cuidado com as crianças e a terra, etc. Segundo Ciommo (1999), a socialização das mulheres faz com que sejam capazes de experimentar a compaixão sem que isso lhes traga algum poder, associando muitas vezes o cuidado com sentimentos de frustração e impotência, afetando a capacidade de assumir responsabilidades.

Para Ciommo (1999), o ecofeminismo parte da valorização da experiência das mulheres, considerando o feminino uma construção cultural e histórica e não biológica, resultando em características de gênero distintas, de acordo com os períodos, lugares, contextos sociais e experiências diferentes. Segundo a autora, a atual concepção do ser feminino ou masculino traz consequências para ambos os gêneros, estando ambos:

contaminados com comportamentos patológicos, que servem para perpetuar o sistema de dominação e opressão. Para o ecofeminismo, as mulheres também devem lutar para livrarem-se daqueles aspectos de sua socialização que não são benéficos para a espécie, acreditando naqueles que foram desvalorizados, mesmo por elas mesmas (CIOMMO, 1999).

Nesse sentido, acreditamos que Agroecologia e feminismo deveriam cada vez mais se aproximar, já que se unem no objetivo de valorizar as mulheres, os saberes empíricos, a sensibilidade e a subjetividade como formas de se constituir conhecimento e dar base para a constituição de uma nova sociedade mais igualitária. Ambas propõem transformações nas relações sociais, se colocando contra a dominação capitalista, devendo, portanto, contrapor o patriarcado, a base ideológica do modelo capitalista (ROMÃO, 2007).

Silva (2007), ao aprofundar as relações entre feminismo e Agroecologia, alerta para os diferentes significados da naturalização para ambos, já que desnaturalizar o “papel” das mulheres para superação da situação de opressão das mulheres, da natureza, é tarefa feminista, enquanto a Agroecologia trabalha no sentido de tornar mais natural a produção agrícola, mantendo ou recuperando conhecimentos tradicionais.

Valorizar o conhecimento local não significa considerá-lo como única verdade. É preciso promover a interação com outros conhecimentos, possibilitar experimentações, fazer intercâmbios e é assim que vai sendo construída a Agroecologia na prática (SILVA, 2007).

As relações desiguais entre os gêneros são um entrave para o avanço da Agroecologia, já que desconsideram um seguimento importante da população camponesa, as mulheres (FERREIRA, 2009). Não olhar para o trabalho e o saber das mulheres rurais é desconsiderar a complexidade da agricultura camponesa, não permitindo a real construção da Agroecologia. As mulheres continuam lutando por sua identidade como trabalhadoras rurais, aqui no Nordeste é possível ver muitos resultados dessa luta, havendo grupos e movimentos de mulheres colocando em questão a crítica ao modelo agrícola e enfrentando muito de perto a contestação às políticas públicas (PACHECO, 2007). Há que se constroem cada vez mais alianças entre movimento agroecológico e feminismo, valorizando o indivíduo enquanto sujeito político pleno, que deve ter autonomia e contribuir na construção de uma sociedade democrática e sustentável (SILIPRANDI, 2009a).

### 1.3. Terras, resistência, Paraíba

“Está na hora escribas  
De, corrigindo essa asneira,  
Reescrever toda a história,  
A história verdadeira...  
Não aquela dos algozes  
Que com métodos atrozes  
Erguem sua bandeira.

A história dos heróis  
No índio, negro e mulher  
Nós devemos resgatar,  
Estampá-los no sopé,

Porque, mesmo moribundos,  
 Pelos seus atos no mundo  
 Estão lá todos de pé”  
 (BRAGA, 2013).

Há que se considerar que o sentido que a agricultura assume não é a-histórico, isto é, o seu significado muda para diferentes espaços e épocas históricas, e em conformidade com os contextos socioeconômicos e culturais correspondentes (PAULUS, 1999). No mesmo sentido, Caporal (2005) afirma que antes de ser uma atividade econômica, a agricultura é uma atividade sociocultural, uma construção humana. Por isso, aqui fazemos um breve resgate histórico do campo no Brasil, um processo histórico marcado pela exclusão e dominação.

Anteriormente a terra era um bem coletivo, comunal que durante a colonização foi tomada dos habitantes originais e distribuída à nobreza, possuidora de capital para investimento, através do sistema de capitâneas hereditárias e sesmarias, instalando-se o *plantation* – latifúndio, monocultor, exportador, escravagista (STÉDILE, 2011). A formação social do Brasil foi baseada no trabalho escravo da população negra livre trazida da África, constituindo uma relação social de raça. “Da África não veio escravo, da África veio povo. A escravidão se deu como uma relação social aqui” (ÁVILA, 2007).

Em 1850, se constitui a Lei de Terras tornando a terra propriedade privada, estabelecendo normas sobre registro e pagamento, consolidando o latifúndio e impelindo a população negra para as cidades (STÉDILE, 2011). Marlene Ribeiro (2010), em seu estudo sobre a pedagogia do movimento camponês no Brasil, resgata os pensamentos de José de Souza Martins quando afirma que a Lei de Terras foi um obstáculo ao acesso à terra por parte da população pobre, escravos libertos e imigrantes europeus, garantindo aos industriais e fazendeiros a possibilidade da exploração da mão de obra desses segmentos da população.

“Quem perde com isso tudo  
 É o pequeno agricultor  
 Que tem suas terras presas  
 Na mão de quem se apossou  
 Diminui os alimentos  
 Aumentam-se os tormentos  
 Com sede fome e temor.

Por isso denunciemos  
Toda forma de invasão  
Da nossa querida terra  
Por dinheiro e patrão  
Queremos ser respeitados  
Começando pelo Estado  
Para sermos assim cidadão”  
(CAMELO, 2009).

Vê-se a sociedade se estruturando com base nas relações capitalistas, tornando a terra uma mercadoria a ser comprada e vendida, na mesma lógica de dominação da natureza que já foi explicitada anteriormente. Dessa forma, a mão de obra livre também se torna mercadoria, trabalhadoras e trabalhadores vendem sua força de trabalho, sua energia, sua força, seu saber ao capitalista (ÁVILA, 2007) que é o detentor dos meios de produção, nesse caso a terra, e constitui a classe social dominante. Para Safioti (1997), existe um *nó* de contradições fundamentais da sociedade brasileira, fundamentada na existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social, que não são identidades autônomas, em virtude, justamente, de estarem atados aos antagonismos que lhes deram origem.

Stédile (1994) afirma que o capitalismo possui contradições para que possa se manter e reproduzir, sendo fundamental que o campesinato não tenha sua autonomia garantida, estando, assim, com sua força de trabalho à disposição para apropriação do capital e obtenção de lucro. Em outra obra, ainda sobre a questão agrária do Brasil, coloca que durante o período da ditadura militar fomentou-se o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, com injeção de capital estrangeiro e industrialização provocando o êxodo rural, ao mesmo tempo em que houve severa perseguição aos movimentos camponeses (STÉDILE, 2011). A utilização do pacote tecnológico da Revolução Verde rompe a autonomia camponesa provocando a dependência às leis de mercado, mas o campesinato não possui a elasticidade produtiva necessária para superar as flutuações de mercado, passando não apenas a trocar produtos por dinheiro, mas também a sua força de trabalho com o valor determinado pelo mercado (WOLF, 1976).

A forma como são utilizadas as terras no Brasil reflete o alto grau de concentração da propriedade, ao mesmo tempo em que existem muitos camponeses sem

terra e a presença de terras ociosas é muito grande (STÉDILE, 2011). O autor embasa, assim, a necessidade da reforma agrária no Brasil, onde há cerca de 32 milhões de pessoas que passam fome, 65 milhões de famintas ou mal alimentadas, inclusive no campo. Nesse sentido, Porto Gonçalves (2004) coloca o pensamento de Josué de Castro que afirmava ser a vergonha de nossa época não a existência da fome, mas que se conviva com condições materiais para resolvê-la.

O avanço do agronegócio é um dos vetores do processo de concentração de renda e principalmente de meios de produção (terra, recursos hídricos, agroindustriais, entre outros) nos municípios do interior do Brasil. O resultado da concentração de riquezas, como ensina a história do país, é a desigualdade social que, por sua vez, é a base da redução da pobreza e da exclusão social (CAMPOS, 2011). Em sua pesquisa em Cruz Alta- RS, região de produção de soja, Campos (2011) busca entender qual a percepção das mulheres sobre a condição feminina no município que é território do agronegócio. A maioria delas concorda que é um território marcado pela exclusão, sendo distinta de acordo com a realidade socioeconômica dessas mulheres. Na periferia urbana são excluídas do mercado de trabalho e condenadas ao desemprego, as proprietárias rurais reclamam do machismo no mundo do agronegócio e as assentadas reclamam da predominância masculina no acesso à terra e aos créditos. Apenas as mulheres assentadas apontam a reforma agrária como caminho para superar a pobreza (CAMPOS, 2011), indo diretamente à raiz da exclusão a partir da reflexão sobre sua própria realidade.

O movimento camponês sempre apresentou resistência à apropriação da terra, bem como ao modelo de produção da agricultura moderna, conservando seu próprio modo de cultivar a terra e organizando as lutas sociais no campo. Assim, se constituem ações locais de resistência a uma generalizada agressão sociocultural (GUZMÁN, 2001). No livro *Sobre a evolução do conceito de campesinato*, Guzmán e Molina (2005) fazem um resgate dos principais autores e correntes teóricas sobre o estudo do campesinato, e afirmam que atualmente não se discute mais se o campesinato vai durar o não, ele resistiu, vivendo às margens do capital e os estudos passam a se deter na sociologia rural e no foco ambientalista, trazendo uma análise das comunidades e construindo o conceito de campesinato.

Em face da multiplicidade dos modos de apropriação da natureza e dos saberes para controlar para seu proveito, a família camponesa desenvolveu uma racionalidade que lhe é

própria, ainda que plena de diversidade histórica, étnica e territorial: a racionalidade camponesa. Essa racionalidade, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, apóia-se em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela família singular ou família ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família (CARVALHO, 2005).

Martins (1983), citado por Ribeiro (2010) explicita que os termos: *camponês* e *campesinato* são importados e não correspondem à realidade brasileira (nossas/os trabalhadoras e trabalhadores rurais são chamadas lavradoras, caboclas, caipiras, caiçaras...), mas possui uma conotação política de classe, de enraizamento histórico nas lutas camponesa e de unidade dessas lutas. Martins ainda coloca que o campesinato é excluído como sujeito social, sendo sua participação, no processo histórico, considerada como se não fosse essencial, como se não estivesse participando.

Pereira (2008) explicita o importante papel da organização do movimento camponês na busca da transformação social a partir do resgate de diferentes culturas e processos históricos comuns promovidos pelo campesinato. No Brasil, o autor inicia com a apresentação de Canudos (Bahia, 1893-1897), que teve como líder Antônio Conselheiro; o objetivo era lutar para barrar a implantação da Lei de Terras. Também como importante marco, a Guerra do Contestado (1912-1916) que aconteceu no norte de Santa Catarina e sul do Paraná, liderada pelo Monge José Maria juntamente com os camponeses e trabalhadores expulsos da fábrica de rodagens, conseguiram acabar com a comercialização convencional na comunidade.

Andrade (1963) faz uma análise sobre a situação em que se encontram os trabalhadores sem terra no Nordeste, que se agravava constantemente, sobretudo a partir de 1950, fazendo com que a massa camponesa procurasse por si mesma uma solução, já que o modelo de desenvolvimento posto pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) beneficiava poucos camponeses, deixando de lado a maioria absoluta deles. “O espírito de revolta é externado de quando em quando nos pontos mais diversos do Nordeste e formas embrionárias de organização vêm surgindo dia a dia. Proprietários de terra temem a reação camponesa e a reforma agrária” (ANDRADE, 1963).

O autor segue trazendo o resgate do surgimento das ligas camponesas ligada ao Engenho Galiléia, em Pernambuco, que diminuiu as atividades devido à queda do preço do açúcar. Trabalhadoras e trabalhadores passaram a cultivar frutas e cereais destinados a abastecer Recife e demais centros nordestinos. O proprietário vivia da renda da terra, sem trabalhar nela. Um feitor, homem de sua confiança, cobrava os “foros” anuais, fiscalizava a prestação do “cambão” (dia de trabalho gratuito). Depois da guerra de 1939-1945, o preço do açúcar aumentou e provocou um grande crescimento das usinas, prejudicando a produção de alimentos pelo campesinato, já que estas se expandiram “imperialisticamente pelas terras que lavravam, às vezes, por dezenas de anos” (ANDRADE, 1963).

O feitor Zezé da Galiléia organizou arrendatárias e arrendatários e fundaram as Ligas Camponesas, conseguindo evitar o despejo das foreiras e foreiros no Engenho Galiléia, que foi desapropriado em favor dos trabalhadores. Esse foi o estopim e, em 1960, as Ligas Camponesas já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, do Sertão e do Agreste (ANDRADE, 1963).

Na Paraíba, lideradas por João Pedro Teixeira, as Ligas Camponesas se iniciaram nos anos 1950, possuindo uma enorme organização, a Liga paraibana reunia cerca de 5000 pessoas nos encontros, sendo considerada a mais poderosa do Brasil. Existiam grandes núcleos em Santa Rita, Sapé, Mamanguape, Guarabira, Pirpirituba, Espírito Santo e outros centros menores; o núcleo de Sapé contava com cerca de 7000 associados, chegando a ter influência por todo o Nordeste (ANDRADE, 1963). Em dois de abril de 1962, na cidade de Sapé, João Pedro Teixeira foi assassinado e a Liga permaneceu fortalecida com a liderança de Elizabeth Teixeira, entretanto, com o golpe militar em 1964, as/os camponesas/es foram dispersas, presas, torturadas ou desaparecidas (PEREIRA, 2008).

A região do território da Borborema foi colonizada apenas na segunda metade do século XVIII, com influência dos sucessivos ciclos econômicos induzidos pelo modelo de desenvolvimento agroexportador no Agreste, promovendo períodos históricos do território que podem ser interpretados como de *campesinização* e de *descampesinização*, acompanhadas de variadas formas de resistência das populações locais (SILVEIRA *et al.*, 2010). Ainda nesta obra, afirma-se que desde o período colonial a Borborema é palco das lutas camponesas, sendo que uma das mais efetivas

formas de resistência vem da organização econômica e técnica dos sistemas de produção camponeses, que resistiram e desenvolveram suas experiências produtivas e de pluriatividade.

Seja nas brechas dos latifúndios ou nos espaços abertos pelas crises econômicas no território, foram os camponeses que estabeleceram uma lógica de produção assentada na diversificação de culturas alimentares. Promoveram, assim, a dinamização da economia, ao levarem seus produtos para os mercados locais, especialmente ligados às feiras livres nos municípios da região, assim como para outras regiões interioranas do estado da Paraíba. É justamente nesse campo de resistência que se vai construindo a identidade da agricultura camponesa na região (SILVEIRA *et al.*, 2010).

Carvalho (2005) descreve que os sistemas familiares no sertão e no agreste, embora apresentem diferenças significativas entre si, são tradicionalmente compostos pela combinação de atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas:

Por meio de longos processos de ajuste técnico, baseados na convivência com os ecossistemas e nas condições socioeconômicas de produção, a agricultura familiar do semiárido foi capaz de desenvolver sistemas de produção eficientes do ponto de vista da valorização dos recursos naturais disponíveis (terra, água e biodiversidade) e adaptados às condições de instabilidade climática. Através de estratégias extremamente sofisticadas de consorciamento de cultivos, utilização de variedade, espécies e raças adaptadas, as famílias camponesas desenvolveram uma cultura de convivência com o semiárido que, até certa medida, confere algum grau de estabilidade produtiva e resistência agroecológica aos agroecossistemas (CARVALHO, 2005).

O controle e conhecimento locais são cruciais para um modelo de desenvolvimento sustentável para o campo e para a sociedade como um todo. Von Der Weid (2009) diz que o conhecimento de agricultoras/es é fundamental à transição agroecológica e para a Agroecologia enquanto ciência, preservar esses saberes e experiências é o mesmo que valorizar a matriz tecnológica para uma ampla conversão da agricultura brasileira.

Somos movidas/os pela convicção de que não há empecilhos técnicos e científicos para a mudança de rumo do desenvolvimento rural no Brasil. Os verdadeiros obstáculos são de natureza político-ideológica. Portanto, somente uma vontade coletiva, impulsionada pela experimentação social em curso, será capaz de fazer frente às forças conservadoras que vêm bloqueando as transformações nas instituições científico-acadêmicas. (PETERSEN, *et al.*, 2009).



A eficiência da produção da agricultura familiar fica clara com dados do censo agropecuário de 2006 (BRASIL, 2009), onde se identificou que 84,4% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil são de base familiar, ocupando apenas 24,3% das terras agricultáveis e produzindo cerca de 80% dos nossos alimentos. Pode-se fazer uma analogia entre o campesinato e a condição da mulher em nossa sociedade, inclusive no campo. Se por um lado ao produzir alimentos o camponês dá toda a base de sustentação para a sociedade, ao mesmo tempo é explorado e desvalorizado por esta; da mesma maneira a mulher exerce os trabalhos de reprodução da vida social, como os serviços domésticos e de cuidado, não recebendo nem dinheiro e nem reconhecimento por isso.

#### 1.4. Mulheres camponesas

“Portanto devem as mulheres

Unidas se organizar

Com o apoio dos homens

Que vão se solidarizar

Na luta, no movimento

Lutando até contra o vento

Para tudo transformar

Precisamos construir

Uma nova sociedade

Onde mulheres e homens

Convivam com igualdade

Construindo relações

Guiadas por novas ações

Justiça e dignidade”

(OLIVEIRA, sem data).

As relações de gênero afetam a vida de todas as mulheres, mas não de maneiras iguais, pois há uma imensa diversidade de identidades. Urbanas, rurais, agricultoras, pescadoras, quilombolas, extrativistas, indígenas, negras, periféricas, ribeirinhas, caatingueiras, assentadas da reforma agrária, lésbicas... Essas diferenças precisam ser consideradas, pois em cada contexto se apresentam diferentes formas de como se dão as opressões patriarcais. Aqui, nos deteremos na figura da mulher camponesa no Brasil e suas lutas por direitos e igualdade.

Devido à compreensão de campesinato a partir da unidade familiar, a mulher camponesa tem dada a naturalização da sua condição de subordinação. Quem representa os interesses do todo na unidade produtiva é o homem: ele detém, na maioria das vezes, a posse da terra e o poder de decisão sobre como e o que produzir, administrando as relações familiares, colocando a mulher em uma posição de subordinação (WOORTMANN, 1997; SLIPRANDI, 2009b; FARIA, 2011). Essas relações desiguais de gênero no campo têm inúmeras consequências para a vida das mulheres, se constituindo em uma forma de violência estrutural.

Na sociedade patriarcal, as atividades de produção, que geram renda direta, possuem maior valorização do que as atividades reprodutivas, de cuidados, sendo que historicamente as primeiras são atribuídas aos homens e as últimas, às mulheres. (WOORTMANN, 1997; SLIPRANDI, 2009b; FARIA, 2011). Entretanto, Gema Esmeraldo (2012) afirma que apesar dessa divisão, as mulheres camponesas são mulheres inteiras que vinculam as atividades produtivas com as atividades reprodutivas:

Não se pode compartimentalizar essas mulheres que constroem saberes completos nas coisas, formando um elo entre a cultura e a natureza. No momento em que plantam e colhem, essas mulheres pensam no porquê e para quê o estão fazendo, cuidando da produção, do viver da família; ao mesmo tempo se preocupam com o trabalho reprodutivo na família e na preservação dos recursos naturais, criando uma visão holística e sistêmica da natureza; assim se forma um patrimônio imaterial com base em um rico processo cognitivo que tem aspectos físicos, emocionais, racionais, econômicos, geracionais (ESMERALDO, 2012).

Este patrimônio, o saber construído pelas mulheres, precisa ser colocado em evidência e valorizado para a construção da Agroecologia. Ao mesmo tempo, a autora nos mostra a prática integrada do trabalho de produção de alimentos e de reprodução familiar e ressalta que no campo a divisão sexual do trabalho toma outra configuração. As mulheres são responsabilizadas pelos trabalhos de cuidado, mas estão junto com os homens realizando o trabalho produtivo, porém é preciso deixar claro que ainda existe uma forte hierarquização, desvalorizando o trabalho das mulheres, muitas vezes referido como *ajuda*.

Nesse sentido, observamos que no cotidiano das atividades camponesas, as mulheres estão presentes em todos os espaços do processo produtivo, sendo que as restrições do que seria trabalho “de homem” ou “de mulher” são marcados

regionalmente e hierarquizados (PAULILO, 1987; WOORTMANN, 1997). Paulilo, (1987) em seu estudo *O peso do trabalho leve*, compara o que é considerado trabalho leve ou trabalho pesado em três regiões: o brejo e o sertão na Paraíba e o sul de Santa Catarina. A autora mostra que a naturalização dessa divisão é uma falácia, já que no sertão as mulheres consideravam “pesado” o que no brejo era “leve” e afirma:

O “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação decorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987).

Além da desvalorização de seu trabalho, as mulheres também têm acesso restrito aos recursos produtivos (terra, ferramentas, etc.) e aos bens simbólicos associados à agricultura camponesa (WOORTMANN, 1997<sup>6</sup>; SILIPRANDI, 2009b). Woortmann (1997) mostra que mesmo sendo a mulher muitas vezes detentora dos mesmos saberes, o homem é tido com sujeito pleno e dos saberes e, até mesmo, na alimentação a mulher sofre restrições: os alimentos considerados fortes, por exemplo o feijão com farinha, são, preferencialmente, consumidos pelos homens em caso de escassez, pois são eles que realizam o trabalho tido como pesado. Mesmo que a mulher faça os mesmos trabalhos, com a mesma jornada, ela não pode ter o mesmo padrão de consumo que o homem, ficando junto às crianças com os alimentos fracos. Além disso, o trabalho doméstico não é contabilizado efetivamente como trabalho, o que fica evidente nos domingos e dias santos, onde não se trabalha, mas a casa, a comida e as crianças devem ser cuidadas. A autora coloca que esses papéis de gênero são construídos desde cedo na socialização das crianças, onde os homens são preparados para enfrentar os perigos do mato e de fora do sítio, enquanto a mulher enfrenta os

---

<sup>6</sup> Neste estudo, realizado em uma comunidade rural de Sergipe, pode-se observar de maneira rica e detalhada como se constroem as relações de gênero no campo, trazendo diferentes maneiras de subordinação da mulher ao homem.

perigos internamente: em casa e dentro de si mesma, durante a gravidez e no parto, para construir biologicamente a família.

No semiárido, existem grandes diferenças na vida de mulheres e homens. As mulheres se encontram privadas de vários aspectos: lazer, trabalho, participação política etc., enquanto os homens têm o mundo público para usufruir com mais liberdade que as mulheres que estão na mesma situação econômica (GUEDES, 2010). Santos (2012) avalia que a atuação da ASA fortaleceu o debate de gênero nas comunidades rurais, a partir do acesso à água, que diminui o trabalho na busca por água e também questiona a divisão sexual do trabalho.

A cena das mulheres carregando latas d' água na cabeça é clássica. Também é o momento em que elas se encontram a sós, longe dos homens, e onde podem conversar os assuntos pessoais. O poço, a fonte, a água e o lugar do encontro do feminino, de conversas íntimas, da socialização de problemas, sonhos e desejos (...) Mas, a beleza rude da cena não pode ocultar o sofrimento imposto ao corpo. Submetidas a esse serviço desde crianças, as mulheres carregarão na pele, nos músculos e nos ossos a dureza de um trabalho repetitivo e pesado. Com os anos, os ombros alargam, as batatas das pernas enrijecem, os problemas de coluna aparecem. Por que um trabalho tão duro recai sobre as mulheres? Talvez porque abastecer os recipientes seja considerado uma extensão do trabalho doméstico, aquele que se faz da porta para dentro. Por isso, a facilitação do acesso à água mexe também com a questão de gênero, olímpicamente distante das análises tecnocráticas. O alívio do trabalho feminino começa a surgir com as cisternas de placas construídas no pé das casas. Quem está longe, ou raciocina a partir da água encanada, não pode compreender o peso que essa inovação retira das costas de mulheres e crianças (MALVEZZI, 2007)

Emma Siliprandi (2009a) em seu trabalho de doutorado, que estuda a formação política das mulheres rurais a partir de sua inserção no movimento agroecológico, afirma que apesar de nem sempre serem reconhecidas, as mulheres frequentemente estiveram presentes nas lutas sociais camponesas, no entanto começam a ter uma pauta própria e se organizar a partir da luta pela sindicalização. No mesmo estudo, coloca que dentre esses movimentos iniciados, muitos optaram por se manter autônomos ao movimento sindical, por considerar que nesse espaço misto a luta das mulheres não era valorizada; as principais questões levantadas pelas mulheres eram o acesso à terra, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, garantia dos direitos sociais, previdenciários, sindicais e o atendimento de saúde às mulheres.

Essa organização se inicia nos anos 1980, especialmente nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (DEERE, 2004; ALMEIDA, 1995; apud SILIPRANDI, 2009b). Nos estados do Nordeste, as agricultoras se mobilizavam primordialmente na luta por terra e salário (CARNEIRO, 1994). A capacidade de organização e mobilização das mulheres rurais ganhou destaque nacional no processo da Constituinte, onde lutaram e conquistaram seu reconhecimento como trabalhadora e como cidadã, embora a efetivação de seus direitos seja lenta e as relações familiares não se alterem automaticamente (FARIA, 2009).

As mulheres trabalhadoras rurais enfrentam invisibilidade como cidadãs perante o Estado e a sociedade, já que muitas não têm documentação. Isso dificulta o acesso às políticas públicas, o que acarreta maior privação social e material, pois impede que tenham garantidos seus direitos civis, políticos e sociais, além de diminuir a possibilidade de viagens (BRASIL, 2007). Em meados de 1990, as trabalhadoras rurais politizaram a questão e denunciaram que o Estado e a sociedade brasileira fechavam os olhos para quem vivia uma situação social desfavorável. Na percepção desses movimentos sociais, a falta de documentos é a negação de conquistas civilizatórias e da possibilidade de construir autonomia econômica (BRASIL, 2007). Na Marcha das Margaridas, em 2000, a documentação da trabalhadora rural foi o primeiro ponto de pauta.

“Olha, Brasília está florida  
 Estão chegando as decididas  
 Olha, Brasília está florida  
 É o querer, é o querer das Margaridas

Somos de todos os cabelos  
 De todo tipo de cabelo  
 Grandes, miúdas, bem erguidas,  
 Somos nós, as Margaridas.

Nós que vem (*sic*) sempre suando  
 Este país alimentando  
 Tamo(*sic*) aqui pra lembrar  
 Este país tem que mudar!”  
 (LILÁS, sem data).

A primeira Marcha das Margaridas foi realizada em 2000, na luta contra a fome, pobreza e violência sexista. O nome da marcha é uma homenagem a Margarida Maria Alves, camponesa paraibana referenciada na luta pelos trabalhadores e trabalhadoras da cana do brejo paraibano, falaremos mais a seu respeito no capítulo seguinte. Seguiram-se as marchas de 2003, 2007 e 2011, sendo que a última reuniu cerca de 70 mil mulheres nas ruas de Brasília (SOS CORPO, 2011). A organização das marchas é liderada pela Secretaria de Mulheres da Confederação de Trabalhadoras e Trabalhadores da Agricultura (Contag), em parceria com vários outros movimentos de mulheres. Através da marcha, as trabalhadoras rurais conseguem negociar junto ao Poder Executivo e Legislativo uma pauta variada sobre direitos das mulheres:

A essas reivindicações associaram, no contexto da luta pela reforma agrária, o acesso das mulheres à terra, à democratização no uso dos bens comuns e à Agroecologia como modelo de produção de alimentos saudáveis, que fortalece a agricultura familiar, com comércio justo e solidário, e consumo responsável. Em relação aos bens comuns, em especial aos recursos naturais, as Margaridas defendem a gestão e manejo sustentáveis, sem agrotóxicos e transgênicos, e articulados a uma matriz energética sustentável (SOS CORPO, 2011).

A partir dos anos 2000, as mulheres agricultoras passam a exigir (na sociedade, no Estado e dentro dos próprios movimentos) além da garantia de sobrevivência do modelo camponês, a revisão do lugar destinado a elas dentro desse modelo, identificando e denunciando violências dentro das famílias: “a proibição de ir a uma reunião; a falta de espaço na família para discutir as questões estratégicas da produção; a falta de acesso ao gerenciamento da propriedade, ao uso dos recursos comuns” (SILIPRANDI, 2009b). A autora ainda traz que foi no movimento agroecológico que muitas dessas mulheres tiveram sua formação política.

Assim sendo, a Agroecologia deve se constituir em um canal para a valorização dos saberes e para fomentar a auto-organização das mulheres, pois é saindo de casa, treinando a fala, a argumentação, rindo, chorando e compartilhando que se criam laços de identificação e confiança. A ação coletiva e o sair de casa permite que elas tenham outras formas de aprendizado, se fortalecendo e criando espaços para discutir seus problemas e lutar pelos seus direitos, se colocando como sujeitos políticos. Como coloca Siliprandi (2009a), elas se organizam para entender e propor mudanças nesse sistema que as oprime e “não se colocam como vítimas do sistema, nem como salvadoras do planeta; são mulheres agricultoras lutando por seu direito de serem

sujeitos plenos de suas vidas e contribuindo, à sua maneira, para a transformação do mundo injusto em que vivem” (SILIPRANDI, 2009a).

## CAPÍTULO 2

### MULHER FORTE, SIM SENHOR!

A história das mulheres rurais por muito tempo permaneceu oculta, ainda que elas sempre estivessem presentes nas lutas camponesas, Siliprandi (2009) lembra que apenas no período mais recente parte dessa história tem sido resgatada. Ao falar da história das mulheres camponesas na Paraíba, não podemos deixar de lado a luta para a organização dos trabalhadores do campo assumida por duas mulheres: *Elisabeth Teixeira* e *Margarida Maria Alves*. Ambas romperam com o destino traçado para as mulheres e a luta representada por elas se mantém viva e presente no imaginário das camponesas no Brasil, mais especialmente na Paraíba (SANTOS, 2012). É importante destacar que:

a inserção feminina nos movimentos sociais do campo realizava-se, normalmente, através da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares (...) Nesses casos, a liderança se firma com a morte do marido, fato que a conduz a substituí-lo, assumindo, então, o compromisso com a luta, numa demonstração de capacidade de liderança e de coragem desproporcionais à imagem que a sociedade lhe atribuía: aquela que deve ficar em casa, cuidar dos filhos e obedecer às ordens (do marido ou do pai). Talvez a força dessa liderança estivesse justamente na quebra dos valores tradicionais da identidade feminina e na inversão radical de papéis (CARNEIRO, 1994).

Santos (2012) conta a história de Elisabeth Teixeira, nascida em Sapé - PB foi fundadora da Liga Camponesa no município em 1958, juntamente com seu companheiro João Pedro Teixeira. Em 1962, João Pedro foi assassinado por dois policiais disfarçados, a mando de usineiros paraibanos. Elisabeth assumiu o comando da Liga, que em dois anos passou de 7.400 filiados para 16.000 (PEREIRA, 2009). Ela se tornou símbolo da resistência camponesa nos anos 1960, no Nordeste brasileiro. Passou a receber ameaças e, sofre, ainda, a pressão de ser mulher assumindo uma posição tradicionalmente masculina, como fica claro em seu depoimento:

Eu sofri muita repressão deles, mas nunca chegou o momento pra renunciar, pra desistir de lutar. Quantas vezes me agrediram com palavras, que eu era uma mulher que não tinha vergonha, que deixava os filhos em casa e saía comandando um grupo de homens, mas eu sempre tinha uma resposta pra dar a eles e continuava a luta (BANDEIRA *et al*, 1997).



Em 1964, com o golpe militar, Elisabeth chegou a ser presa e depois liberta (PERREIRA, 2008). Perseguida, ela fugiu da violenta repressão, deixando os seus filhos, mudou-se para o Rio Grande do Norte e trocou seu nome para Marta<sup>7</sup>, entrou na clandestinidade e chegou a ser dada como morta pela repressão política, reaparecendo após a anistia decretada em 1981(SANTOS, 2012). Ainda hoje, aos 82 anos, Elisabeth participa de encontros, congressos e comemorações para manter viva a sua história e a memória das lutas camponesas e das mulheres do campo (Figura 2). Destacamos sua participação no evento ocorrido entre os dias 5 e 12 de agosto de 2013, em Alagoa Grande, lembrando os 30 anos do assassinato de Margarida Alves. A programação do evento contou com mostras culturais, debates em escolas públicas, concursos de redação, exibições de filmes, feiras de produtos agrícolas e artesanais e encontros de jovens e mulheres rurais, além da entrega de uma unidade móvel de atendimento às mulheres rurais vítimas de violência em Alagoa Grande (AS-PTA, 2013a).

“Por isso conto a história  
De uma grande lutadora,  
Daquela que deu a vida  
Por ser fiel defensora  
Nesse sistema malgrado  
Do direito mais sagrado  
Da classe trabalhadora”  
(BRAGA, sem data).

Esses versos fazem referência à Margarida Maria Alves que nasceu no dia 5 de agosto de 1943, em Alagoa Grande, município do Brejo paraibano. Filha mais nova de uma família de nove filhos, cresceu vendo a injustiça do latifúndio contra sua família e outras famílias camponesas (SANTOS, 2012). Ainda de acordo com a autora, seu primeiro cargo no Sindicato Rural de Alagoa Grande foi de tesoureira, chegando à presidência em 1973. Sem dúvida, a sua eleição para a presidência em 1973 e as consecutivas reeleições (1976, 79 e 82) contrastam com a forte resistência à sindicalização que milhares de mulheres vinham enfrentando (CARNEIRO, 1994).

---

<sup>7</sup>Para saber mais sobre a história de vida e luta de Elisabeth e João Pedro Teixeira pode-se ver o filme “Cabra marcado para morrer” e fazer uma visita ao Memorial das Ligas Camponesas em Sapé.



**Figura 2: Elisabeth Teixeira em evento dos 30 anos do assassinato de Margarida Maria Alves, em 12 de agosto de 2013, Alagoa Grande – PB. Foto: AS-PTA.**

“Foi uma líder sindical  
 Determinada, aguerrida  
 No meio do canavial  
 Pondo em risco sua vida  
 Lá estava conscientizando  
 Com paciência, educando  
 Toda uma classe sofrida

E ali empreendeu  
 O grande analfabetismo  
 Mostrou aos canavieiros  
 Com noções de civilismo,  
 A dureza, os dissabores  
 Das regras dos opressores  
 Dentro do capitalismo  
 (...)

Onde havia trabalhadores  
 Levava para o sindicato,  
 Convencia do seu valor

E da justiça do seu ato;  
 Do viver só trabalhando  
 E muitas vezes faltando  
 Os alimentos no prato”  
 (BRAGA, sem data).

De acordo com Santos (2012), caracterizar o período em que Margarida foi militante do sindicato reforça a importância da sua luta e o tamanho dos desafios por ela enfrentados:

O Brasil estava em plena ditadura militar e especialmente o Nordeste era caracterizado nesse período pelos grandes latifúndios produtores de cana-de-açúcar, onde os donos, conhecidos como coronéis, eram não só detentores das terras, mas também do poder local. Os camponeses – e menos ainda as camponesas – não tinham terra e se viam obrigados/as a trabalhar nos canaviais, ou de *meia e terça*, nas terras designadas pelos coronéis (SANTOS, 2012).

Margarida Alves lutava pela reforma agrária, pela educação, sendo uma das fundadoras do Centro de educação e Cultura do Trabalhador Rural (CCTR), cuja finalidade é contribuir com o processo de construção de um modelo de desenvolvimento sustentável rural e urbano, lutando ainda pelos direitos trabalhistas no campo:

“Mas, também, sua bandeira,  
 Além da reforma agrária  
 Era a carteira assinada  
 Pra toda classe operária,  
 Oito horas de jornada  
 Que deve ser trabalhada,  
 Normalmente, na diária.

Décimo - terceiro salário,  
 Repouso remunerado,  
 As férias que na cidade  
 Já um fato consumado,  
 Eram reivindicações  
 Que incomodavam patrões  
 E o juiz alienado  
 (BRAGA, sem data).

Durante os anos de militância política no sindicato, ela moveu mais de 600 ações trabalhistas contra os usineiros e senhores de engenho da região, nunca tendo perdido uma só ação em favor dos trabalhadores (SANTOS, 2012). Pelo seu trabalho, Margarida Alves recebeu muitas ameaças contra a sua vida, não se intimidava e sempre as tornava públicas.

"Porém, ela estava lá,  
Mesmo avisada de morte,  
Falava com cada um  
Ante o jagunço de porte  
No sentido das mãos dar  
Para se unir, pra lutar  
E mudar a sua sorte.

(...)

Externava a exploração  
Que mata quem não consome  
Ou provoca a inanição  
Naquele que pouco come,  
Revoltava-se ao dizer,  
Que 'é preferível morrer  
Lutando do que de fome!'

(...)

Não podendo mais conter  
O crescimento da luta,  
Outra forma de poder  
Tão violenta e astuta  
Maquinarão uns usineiros  
Ao contratar pistoleiros  
Pra por um fim à disputa"

(BRAGA, sem data).

Entretanto, em 12 de agosto de 1983, a ameaça tornou-se concreta e ela foi assassinada com um tiro no rosto, na frente do seu filho, José de Arimatéia, na época ainda criança (SANTOS, 2012). Em sua tese de doutorado em que aborda a pedagogia do movimento camponês paraibano, Pereira (2008) conta que o mandante do assassinato foi Agnaldo Veloso Borges, o mesmo que mandou matar João Pedro Teixeira e até hoje permanece impune.

O espanto com que a imprensa tratou, na época, o assassinato de Margarida não se deve, com certeza, exclusivamente à violência cometida - comum nas lutas sociais no campo - mas, sobretudo, ao fato de se tratar de uma mulher que ocupava uma posição destinada

socialmente aos homens. Não podemos responder o que seria a causa maior de tal espanto: se a violência praticada contra uma mulher ou se o fato de ser uma líder feminina. Apesar de não haver impeditivo legal para a filiação feminina aos sindicatos rurais, diversas diretorias se colocavam contra e impediam, de muitas maneiras, a associação de mulheres (CARNEIRO, 1994).

Após a sua morte, Margarida se tornou um símbolo do envolvimento das mulheres na luta dos trabalhadores rurais, ficando conhecida por sua frase “*Da luta eu não fujo*”, pronunciada pouco tempo antes de morrer (SILIPRANDI, 2009b). A maior manifestação das trabalhadoras rurais do país, a Marcha das Margaridas tem esse nome em homenagem à líder sindical paraibana.

“Dos delitos ocorridos  
 Asseguro sem engano,  
 Esse foi o mais brutal,  
 Violento e desumano,  
 Por natureza tão vil,  
 De todos que já se viu  
 Em solo paraibano.  
 (...)  
 Salve, Margarida Maria  
 Alves!... mártir sindical,  
 Não te matou só à bala,  
 Nem à ordem marcial.  
 Protegido por escudo,  
 Quem te matou, sobretudo,  
 Foi o sistema desigual  
 (BRAGA, sem data).

A história de Margarida se dá em um momento em que a participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular, a década de 1980, quando são realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos (CARNEIRO, 1994). A autora ainda afirma que dentre as categorias mais organizadas, estão às trabalhadoras assalariadas eventuais do Nordeste, principalmente as da cana-de-açúcar do Brejo paraibano. De acordo com Duarte (2013), o movimento mais significativo de mulheres na Paraíba seria o Movimento de

Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMT<sup>8</sup>), este possuía sua coordenação própria e tinha como objetivo promover uma maior participação da mulher no movimento popular e sindical e enfrentar os problemas específicos (relação homem/mulher, família, saúde da mulher, educação sexual, etc).

Foi nesse movimento que duas das entrevistadas para esta pesquisa começaram a sua militância pela classe trabalhadora e pela igualdade entre mulheres e homens: Lucia e D. Terezinha. Ambas são agricultoras nascidas no Sítio Videl, no município de Solânea, e suas histórias se entrelaçam, tecendo ao lado de Elisabeth, Margarida e tantas outras a luta das mulheres no campo brasileiro. No final dos anos 1970 e início dos 1980 já existiam iniciativas de organização das mulheres a partir do MMT em Solânea, foi justamente por sua importância histórica na luta das mulheres que o município foi escolhido pelo Polo da Borborema para a realização da IV Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Lucia, quando ainda morava no Videl, começou a participar do MMT, conforme conta:

Na realidade eu, quando eu conheci o movimento, já tinha outras pessoas daqui, que já faleceu (*sic*) (...) E eu era presidente de uma associação de funcionários públicos daqui de Solânea, aí , é, uma menina que era uma das fundadoras do movimento de mulheres da Paraíba, ela também era funcionária pública e veio fazer reunião aqui, a gente se conheceu, ela me chamou pra participar do movimento. Mas quando eu fui já existia (...) é um movimento daqui da Paraíba, é o MMT, que o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (fala de Lucia, ex-diretora do MMT).

Lucia militou durante dois anos na base, mobilizando mulheres nas comunidades e então passou a fazer parte da diretoria do movimento, como tesoureira. Segundo esta, ela foi se questionando por quê praticamente só homens participavam nas reuniões da CPT, então algumas companheiras começaram a fazer convites e incentivar a participação de outras mulheres. De início o MMT era só umas quatro ou cinco mulheres e ainda muito ligado à Pastoral, aos poucos foi crescendo e em 1985 se formalizou como movimento autônomo.

E da gente, quando era só com mulher, nos primeiros tempos, nos primeiros anos, a maior discussão que deu muito, que chegou a ir até pra justiça e tudo mais foi a questão da sindicalização da mulher, porque a mulher não podia ser sindicalizada, porque o homem já

---

<sup>8</sup>A sigla utilizada por Duarte (2013) para se referir ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo paraibano é MMB. Como as entrevistadas definiam o mesmo movimento como MMT, optou-se por utilizar esta abreviação.

era, então, se eu fosse solteira era dependente do pai, mas casada era dependente do marido (fala de Lucia).

Deixa eu dizer, naquela época era muito raro, dificilmente os presidentes queria (*sic*) associar uma mulher. Tinha um pouco de discriminação, ou grande discriminação, pras mulheres não se associarem, só o homem (fala de D. Terezinha).

No final dos anos 1970, D. Terezinha nos conta que uma jovem de sua comunidade saiu para estudar e se encontrou com esse movimento, esses padres que viviam na luta também com as mulheres do MST. Foi essa jovem, Lucia, que a convidou para conhecer o movimento. D. Terezinha já pensava muito na organização, no grande exemplo dos mutirões realizados, tinha vontade de ajudar no desenvolvimento de sua comunidade, por isso aceitou o convite e foi conhecer esse movimento que ela nos apresenta como:

... uma casa, um movimento de mulheres sofredoras, foi uma casa justa, de umas mulheres que sofriam muito nas áreas de canavial também pras bandas de lá. Criaram essa sede, da qual eu fiquei até associada, chegou a oportunidade de eu ter minha carteirinha, eu tenho ela aí, o que se chama o MMT. Conseguimos continuar a luta, de três em três meses, de seis em seis meses, quando tinha as reuniões das mulheres da região toda: Araruna, Cacimba de Dentro, Solânea, Bananeiras que era fortíssima, pois já tinha aqueles movimentos dos conflitos de terra. Era nas matas que os latifundiários não queriam que os trabalhadores tomassem posse das terras, e os trabalhadores já tinham aquela força (fala de D. Terezinha).

Nota-se que D. Terezinha se envolve na luta a partir de um desejo de melhoria da vida no campo, sua fala nos traz uma denúncia sobre a situação violenta vivida pelos camponeses brasileiros. Sua luta não era somente pelos direitos das mulheres, mas sim da classe trabalhadora, o que fica ainda mais explícito na seguinte consideração a seguir sobre as lutas acompanhadas pelo MMT:

A terra não era nossa, a gente foi apoiar os trabalhadores que os latifundiários queriam mandar embora pra plantar capim, cria (*sic*) gado. Aí o sindicato se movimentava pra não deixar tomar, enfrentamos policial que fazia aqueles movimentos mandados pelo patrão (fala de D. Terezinha).

Em análise sobre o MMT, Duarte (2013) corrobora essa visão, afirmando que o movimento não objetivava apenas melhoria para as mulheres, incentivando sua participação política e a saída do espaço doméstico, mas estava inserida no contexto de luta de representação de classes.

A conscientização política das mulheres foi o primeiro passo na compreensão da emancipação como trabalhadoras que o MMT trabalhou com as mulheres na região do Brejo Paraibano (DUARTE, 2013).

Nós considerávamos que uma professora era uma mulher trabalhadora, uma dona de casa – mesmo que seja doméstica. (...) As mulheres ficavam perguntando, a gente falava que elas mereciam também participar com a gente porque você é mulher trabalhadora. Você é uma dona de casa, você é uma mulher trabalhadora (fala de D. Terezinha).

O MMT reunia trabalhadoras rurais, professoras, lavadeiras, assalariadas da cana-de-açúcar, trabalhadoras domésticas e donas de casa, ele trabalhava no sentido de valorizar o trabalho feito pelas mulheres, seja no espaço público ou privado, chegou a atuar em 23 municípios, ultrapassando a região do Brejo onde se iniciou e ganhou reconhecimento estadual, como confirma Lucia:

Arara, Cacimba de Dentro, Araruna, Tapema, entendeu? É agora pra esse lado que a gente chegou, de Lagoa Grande pra dentro (...) a gente botava movimento do Brejo porque começou em Guarabira e Pirpirituba, mas com essa imagem de ser de estado (fala de Lucia).

Como foi relatado, o movimento realizava ações com diversos parceiros como STR's, a Associação de Lavadeiras da Guarabira, o SEDUP, MST, CPT, Associação dos Canavieiros de Alagoa Grande, entre outros. Aqui se faz necessário lembrar outra camponesa paraibana. Maria da Penha do Nascimento foi fundadora do MMT, atuava ao lado de Margarida Maria Alves no sindicato de Alagoa Grande e foi integrante da Comissão Estadual de Mulheres da CUT – PB (DUARTE, 2013). Seu papel de mobilização foi importante não apenas na militância sindical e canavieira, mas para o movimento de mulheres camponesas na Paraíba.

Veio aquela luta. Depois do dia daquela luta que Margarida Maria Alves, não sei se chegou ao seu alcance que mataram ela, ela era do canavial, era da luta. Oxe, aonde a gente tava, ía ela e Penha (...) Penha fazia parte com ela da Associação, mas a Penha estava dando orientação pra nós, que tinha(*sic*) que cobrar nosso direitos (fala de D. Terezinha).

A gente trabalhava tudo junto, várias campanha na cana, principalmente ali em Sapé que ali era muita cana ali, né? O primeiro 8 de março que a gente realizou foi em 83 e foi em Sapé, por conta das canavieiras, aí houve a morte de Margarida, que foi em 83 também (fala de Lucia).



Carneiro (1994) destaca que no Nordeste as principais reivindicações das mulheres do campo se relacionavam ao salário mais justo (tanto em termos absolutos, quanto em relação aos homens), creches, terra para plantar, não superposição dos “serviços de casa” e o “trabalho fora”, educação e assistência médica para elas e filhos, repúdio à dominação do homem na família e à ideologia machista.

Você não pode dizer pro seu marido que só é esposa, você já tem que dizer que é uma trabalhadora também, porque você cuida da casa, cuida dos seus filhos, cuida de tudo pro marido, então você tem que se libertar que você é uma trabalhadora. Mostrar que a mulher tem valor, você também merece se libertar do seu esposo, não pra que não sejam direitos iguais, o direito que o homem tem a mulher também tem. Tem até uma musica: *olé mulherada/ olé mulher/ mulher tu sai da cozinha/ venha ocupar teu lugar/ senão teu marido fala/ e tu só faz confirmar*. Então, a gente levava essas idéias pra elas (fala D. Terezinha).

D. Terezinha destaca que a participação no MMT permitia também o cultivo de amizades e reflexões sobre a luta do dia a dia, as discussões comunitárias. O movimento ainda incentivava ações no sentido da organização produtiva. Lá no Sítio Videl, um grupo de cerca de 30 mulheres iniciou uma horta comunitária:

“A gente não comprava coentro. Era só mulher, quando tinha trabalho de mutirão os homens participavam também, mas meu marido não ía, eu ía e carregava meus filhos” (fala D. de Terezinha).

“Aqui em Solânea mesmo. Mais tarde, chegou a ter 12 grupos de mulheres pra plantar” (fala de Lucia).

Outro movimento que aparece na luta pelos direitos das camponesas é o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). As raízes do MMTR-NE podem ser localizadas nas reuniões acontecidas no Brejo da Paraíba e em Serra Tablada, no Sertão Central, Pernambuco, durante 1982 e 1983, bastante focadas na situação de emergência provocada por uma seca prolongada (DEERE, 2004). Lucia também já participou da diretoria desse movimento e nos conta que a atuação se fortaleceu em meados dos anos 1980, trazendo discussões sobre o cuidado com a água e o meio ambiente, plantio de árvores, curvas de nível, entre outras técnicas, mas ela ressalta que ainda não se usava o nome de Agroecologia. Ela destaca as discussões sobre a constituição de 1988, quando o MMTR lançou uma cartilhinha, *Os olhos de Irene*, além de outros materiais educativos.

Depois os maridos começaram a ver que as mulher (*sic*) tava (*sic*) saindo muito, aí começaram a botar bocão, o que a gente fez? Iniciamos um trabalho com jovens, mulheres e homens e de casais, a gente tinha dois encontro (*sic*) de casais por ano e dois de jovem por ano. O de jovem era mais a questão, eles que escolhiam os temas. Era droga, a questão da sexualidade, a questão da agricultura mesmo, teve muito trabalho nesse sentido (fala de Lucia).

Como se viu, a atuação do MMTR ultrapassa também as ações com as mulheres, atuando com toda a comunidade. Segundo Duarte (2013), o MTTR passou a desenvolver várias mobilizações e manifestações para garantir as conquistas obtidas com a promulgação da Constituição Federal em 1988. A inserção das mulheres na luta política, por exemplo, foi reflexo das propostas dos movimentos sociais rurais que representavam certa autonomia construída na organização das mulheres que, por consequência, simbolizavam a conquista da classe trabalhadora. O MMTR teve importante participação na luta para garantir o acesso à documentação das trabalhadoras do campo, assumindo entre 1997 e 2001 a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural onde se realizaram ações e mutirões de documentação em diversos municípios (BRASIL, 2007).

Nessa época mulheres não tinham documento, quem é que ligava? Não tinha, foi criado mais pra cá essa força desses documentos, ate dez anos atrás poucas mulheres tinham documento aqui. Hoje quase todo sitio tem associação e a maioria é de mulher afiliada (fala de D. Terezinha).

Ambos os movimentos acabaram se enfraquecendo nas terras paraibanas, estando ainda o MMTR mantendo suas ações. Lucia atribui esse arrefecimento à falta de incentivos econômicos que antes vinham de diversos órgãos. Tal ponto de vista é corroborado na pesquisa de Duarte (2013) quando questiona a paralisação por parte do movimento de mulheres dentro do STR Alagoa Grande.

Nesse resgate foi possível perceber como, a partir das lutas da classe trabalhadora, as mulheres do campo despontam como sujeito político, lutando por suas pautas específicas e mostrando a efetividade de sua luta, com diversas conquistas. É possível notar ainda o início das discussões coletivas sobre o desenvolvimento sustentável do campo, em especial pelas mulheres. Podemos dizer que a Paraíba se destaca no cenário nacional como pioneira da organização das mulheres do campo. E a história continua...

## 2.1. O desabrochar das mulheres no Polo da Borborema

A trajetória no Polo da Borborema se originou a partir da organização social para um projeto de desenvolvimento do campo com base na Agroecologia e em processos participativos acompanhado pela AS-PTA. No início, as principais questões trabalhadas estavam em torno da água e do resgate das sementes da paixão, mantidas pelas/os camponesas/es e adaptadas às condições locais. O foco na melhoria do bem-estar na segurança alimentar das famílias, a partir dos conhecimentos e tecnologias produzidos no campo, proporciona uma melhoria nas condições ambientais, alimentares e maior autonomia para as famílias.

A valorização do conhecimento local já mostra uma diferença de postura do Polo da Borborema e da AS-PTA em relação às práticas convencionais por parte das instituições de assistência técnica e extensão rural (ATER), que impõem o conhecimento acadêmico, desconsiderando o saber local. Mas ainda assim, se corre o risco de manter intocadas as desigualdades existentes entre os gêneros, uma vez que o foco na unidade familiar pode desconsiderar as relações de poder que existem na mesma. Em seu artigo sobre a evolução da política de ATER no Brasil, Rodica Weitzman nos alerta que:

Apesar da incorporação do enfoque agroecológico apontar para uma maior sensibilidade com as “diversidades sociais e ambientais”, não necessariamente proporciona uma leitura crítica no que se refere às relações desiguais de poder. A lógica inerente à Agroecologia, de “naturalização das práticas agrícolas”, não é necessariamente condizente com a visão de gênero, enquanto construção social. Assim, é preciso estar atentos(as) para que os processos de transição agroecológica e as metodologias participativas que estejam sendo adotadas de fato reflitam a intencionalidade de superar as desigualdades entre os gêneros (WEITZMAN, 2011).

Em sua caminhada a partir da Agroecologia o Polo da Borborema passa aos poucos a desenvolver um trabalho voltado para garantir maior participação e autonomia da mulher camponesa. Freire (2010), falando sobre a atuação do Polo, nos conta que era possível perceber um crescente avanço na participação e envolvimento das mulheres como protagonistas na construção e disseminação de conhecimentos, gestão econômica das propriedades e na participação política. Assim, em 2007, se iniciou um olhar mais sistemático sobre a vida das camponesas, realizando-se estudos para aprofundar o conhecimento das desigualdades de gênero, com hipótese de que há relação positiva entre dinâmicas de inovação agroecológica e o empoderamento das mulheres. A autora

segue nos contando que esse trabalho começa em uma oficina sobre as relações sociais de gênero na agricultura familiar, onde as principais reflexões foram:

- As práticas tradicionais das mulheres, tais como a gestão do arredor da casa, passaram a ser mais valorizadas como fruto de uma nova percepção sobre a importância desse trabalho para o bem-estar e economia das famílias.
- As dinâmicas de inovação em redes sócio-tecnicas locais favorecem a criação de espaços de interação social para a construção e partilha de saberes, bem como para a emergência de novas identidades em torno a um projeto orientado pelos princípios da agroecologia.
- A importância da criação de novos canais de acesso aos mercados e de geração de renda para as mulheres.
- A participação das mulheres nos espaços coletivos (Catequese Familiar, MST, Comissão de Saúde e Alimentação etc.) tem sido fundamental para a promoção de sua autoestima e empoderamento, bem como para a mudança nas relações da família (FREIRE, 2010).

Em 2008, o Polo da Borborema e a AS-PTA participam do processo de sistematização promovido pelo GT de Mulheres da ANA, contando a experiência de Vanda, agricultora de Remígio que resultou no artigo *As muitas portas da vida de Vanda*, publicado por Freire *et. al* (2010), e em um vídeo usado para formações no Polo sobre as mulheres e a Agroecologia. Baseamo-nos em ambos para trazer agora um pouco da história de Vanda.

Desde pequena trabalhou cuidando da casa e da terra, não tendo muito tempo para conviver para além do núcleo familiar, sentia que ela e os filhos eram oprimidos pelo marido e pelo patrão. Com a oportunidade de ter uma terra própria, a família se aproximou do MST e conquistou a terra em 2001. Vendo uma situação que ameaçava a saúde das famílias, Vanda começou a lutar pela retirada de um lixão que ficava próximo ao assentamento. A luta foi apoiada pelo sindicato, MST, Polo da Borborema e AS-PTA e fez com que Vanda fosse reconhecida politicamente, chegando à presidência da associação do assentamento. Apesar de várias vezes ter sido desqualificada por ser mulher, ela continuou e relatou importância da quebra do isolamento vivido:

“Pra mim, sair foi tudo, uma experiência nova, porque antes eu não tinha acesso à informação. Morando no assentamento passei a ter liberdade e ter conhecimento” (fala de Vanda. In: FREIRE *et. al*, 2010).

A participação nas dinâmicas sociais proporcionou uma mudança de visão do mundo para Vanda. Como ela mesma nos conta, antes achava que os sem-terra eram igual bicho e ao se aproximar do MST ela não apenas perdeu o preconceito como passou a ter integração social e lutar pelos seus direitos. O contato com o Polo proporcionou à Vanda o conhecimento da Agroecologia, alterando a sua forma de produzir e as suas relações familiares. O primeiro intercâmbio que ela participou foi para aprender a fazer silo e não parou mais, aprendeu a usar as plantas medicinais, passou a comercializar na feira agroecológica e participar na gestão econômica da propriedade. Quando chegou o Fundo Rotativo Solidário (FRS) para a construção da cisterna, seu marido também começou a participar. Aos poucos ela relata que seu trabalho passou a ser valorizado e o marido e os filhos também assumem tarefas domésticas. A vida de Vanda permitiu que se abrissem portas para muitas outras mulheres, pois:

A discussão e o aprofundamento do caso tiveram continuidade no ano seguinte, os elementos de análise construídos durante o processo de sistematização foram fundamentais para a condução dos trabalhos na região. Sete sindicatos do Polo se organizaram para elaborar uma programação comum para o Dia Internacional da Mulher, buscando dar visibilidade ao papel da mulher na agricultura familiar. Como regra geral, os eventos foram preparados a partir das experiências sistematizadas (FREIRE, 2010).

“E o nosso sindicato  
Na luta do dia a dia  
Tem a bandeira de luta  
Pela agroecologia  
E pela vida das mulheres  
Antes não acontecia”  
(ALBULQUERQUE, 2009).

A comissão de Saúde e Alimentação, que é composta majoritariamente por mulheres, foi o espaço onde começaram a despontar as reflexões sobre o trabalho das mulheres e o peso que as desigualdades de gênero traziam para suas vidas, porque elas se reproduzem mesmo dentro dos movimentos sociais. Na comissão de Saúde e Alimentação foi evidenciada a importância da mão e o conhecimento das mulheres para a geração de renda, manutenção da família, da propriedade e da biodiversidade, as experimentações, as sementes da paixão preservadas, as práticas nos roçados, nos arredores de casa e nas criações.

“No ano 2005  
Foi criada a comissão  
No dia 8 de março  
Saúde e alimentação  
As mulheres no debate  
As mulheres na gestão  
  
Então foi valorizado  
A planta medicinal  
O saber da nossa vó  
Um valor tradicional  
É um saber resgatado  
No movimento sindical”  
(ALBULQUERQUE, 2009).

A estratégia do Polo foi dar visibilidade a esse trabalho e romper o isolamento que muitas mulheres ainda vivem, tirando as agricultoras de casa para intercâmbios, oficinas, eventos, colocando histórias de superação para animar outras mulheres. Ao estudar a realidade se descobriu, por exemplo, que quanto menor é a terra disponível para a família, mais disputado é o espaço dos arredores de casa, onde tradicionalmente as mulheres conseguem desenvolver suas experimentações de forma conjunta ao trabalho doméstico que está, em geral, sob sua responsabilidade.

Os debates para entender melhor as opressões vividas pelas agricultoras, bem como o contexto social no qual elas se reproduzem, foram colocados em pauta permanente, uma vez que se acredita que para se construir um projeto de Agroecologia é necessário desconstruir essas desigualdades. D. Terezinha reconhece a importância da parceria estabelecida para o reconhecimento do trabalho da mulher no campo, visualizada como uma continuidade e consequência das lutas travadas pelas mulheres camponesas, se colocando como parte atuante nesse processo:

Aí houve essa parceria com o sindicato, com o Polo e a AS-PTA. Daí a gente viu que é muita mulher acompanhando esse trabalho: mulher com banco de semente, criação de ovelha, criação de cabra, mulher que luta no roçado e mulher que enfrenta com o marido as lutas do dia a dia. Eu sempre dizia à minha filha (secretária do STTR de Solânea) que seria bom um dia fazer uma comemoração do dia da mulher, aí foi se juntando o Polo os sindicatos... (fala de D. Terezinha, adendos entre parênteses meus).

É nesse contexto de reafirmação das mulheres camponesas como sujeito político que luta por seus direitos que se constrói, em 2010, a primeira versão da marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Ação direta dessas mulheres que vão às ruas mostrar seu trabalho no campo e pedir o fim das violências que sofrem todos os dias.

“A primeira violência  
Vem pela sociedade  
Que nunca valorizou  
Nem viu a capacidade  
Da mulher agricultora  
E esconde a verdade

Trata só como doméstica  
A mulher agricultora  
E diz que ela só ajuda  
E não é a produtora  
Ela planta e ela colhe  
Ela é trabalhadora”

(ALBULQUERQUE, 2009).

Em 2013 foi realizada a IV versão da Marcha. Uma análise mais detalhada do processo das Marchas será realizada no próximo capítulo, mas pode-se ressaltar que todas as entrevistadas reconhecem que essa atividade tem crescido e possui uma grande importância ao colocar para toda a sociedade o valor da mulher do campo. A cada ano há a construção coletiva de um processo preparatório e avaliando a I Marcha, Maria do Céu, secretária do STTR de Solânea, afirma:

Todo o processo de mobilização trouxe à tona a autonomia e a capacidade das mulheres de mudarem sua realidade. Isso foi muito importante para mim, como liderança, para as agricultoras do meu município e para todas as mulheres do Polo. Agora temos que dar continuidade a esse processo de mobilização e envolver cada vez mais mulheres (ASPTA, 2010a).

Na avaliação da I Marcha, realizada com as lideranças dos municípios e ASPTA, foram definidos alguns passos para dar continuidade ao caminhar: continuar debates municipais de gênero, intensificar os intercâmbios para a troca de saberes e valorização do trabalho das mulheres, qualificar o trabalho com as plantas medicinais, sistematizar mais experiências, diagnosticar e fortalecer o trabalho com a Agroecologia

nos arredores de casa, e fortalecer os FRS's para subsidiar a implementação de experimentações.

É assim que se fortalecem, resgatam saberes e despontam histórias de vida, como as que formam esta pesquisa. D. Terezinha, que já militava desde os anos 1980 e mesmo com pouco estudo chegou a atuar como secretária no STTR de Solânea, diz que a troca de experiências foi uma grande escola. Sobre o trabalho com Agroecologia realizado em parceria com o Polo, ela nos conta que aprendeu a armazenar sementes sem veneno e hoje tem um banco de sementes (Figura 3) para ela e quem mais precisar. Aprendeu novas formas de cultivar a terra: fazer curva de nível, a não queimar os restos das culturas anteriores e usá-los para cobrir o solo, preservar a água pra evitar o desperdício e a erosão do solo.



**Figura 3: Sementes da paixão armazenadas no banco de D. Terezinha. Foto: Julia S. Serrano.**

Recebemos muitas visitas de portugueses, espanhóis, gente de muito longe que vem conhecer a luta e o conhecimento da gente, não só no nosso sítio, em todos os sítios. Essa



luta não só foi como ainda está sendo uma vitória. Olha aí: a primeira cisterna que foi conseguida nessa região foi a minha, não só pra mim, ela foi feita através desse movimento todo, ela veio em nome da comunidade. Todo mundo ajudou, ajudou com dinheiro, cavar buraco, isso e aquilo (fala de D. Terezinha).



**Figura 4: D. Terezinha colhendo macaxeira. Foto: Maria do Céu Silva.**

Notamos que ao falar de sua vida se misturam os aprendizados conquistados nos diversos movimentos dos quais já participou. Se por um lado a atuação do Polo veio fortalecer a Agroecologia, por outro D. Terezinha trouxe muito conhecimento sobre as conquistas das mulheres camponesas para fortalecer o debate atual. São as mulheres agricultoras que garantem a passagem desses saberes de geração para geração, resgatando e valorizando esse conhecimento na vivência e mantendo acesa a chama da luta. D. Terezinha sempre levava as filhas nos espaços de formação, pra que elas fossem aprendendo. Hoje, uma delas é diretora do STTR de Solânea e liderança no Polo da Borborema, estando à frente do trabalho com as mulheres, evidenciando a importância dessa troca intergeracional para a construção da luta pelos direitos das camponesas e pela Agroecologia.

Se hoje eu morrer, vou feliz, pois aprendi o que eu tinha que aprender e graças a Deus minhas filhas tão sabendo que é o caminho que elas podem seguir e ensinar os filhos delas. E estamos por aqui, não pode parar, não, enquanto tiver viva. (...) E estou feliz por elas estarem na luta, que é não só pelos filhos delas, mas ta (*sic*) pensando em todas as comunidades (fala de D. Terezinha).

Atualmente, D. Terezinha não faz parte de nenhuma Comissão do Polo, mas se reconhece como agricultora experimentadora e está sempre presente nos espaços de discussão de gênero que ocorrem em Solânea e em outros municípios, trazendo sua contribuição para muito além de sua família. Ela foi citada como um exemplo de luta e de vida para duas outras entrevistadas Marília e Marlene, que admiram sua trajetória de vida. Vamos agora conhecer um pouco mais sobre as mulheres que fizeram parte da construção desta pesquisa, e os seus caminhos pela luta das mulheres e da Agroecologia.

Marlene é pernambucana, mas se criou e vive em Lagoa Seca, onde ela e o marido trabalham na agricultura. Entrou no movimento sindical em 1992, quando houve uma mudança na presidência, que anteriormente não fazia valer a voz dos trabalhadores, menos ainda das trabalhadoras. Foi nesse ano que começou a articulação entre os STTR's de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, que deu origem ao Polo da Borborema.

Aí eu fiquei na direção como se fosse só pra lavar, mesmo assim só pra lavar o sindicato, arrumar o sindicato e fazer café, quando tinha reunião nem os próprios homens do sindicato me convidava (*sic*) pra participar, era ainda aquela visão machista (fala de Marlene).

A agricultora nos conta que ainda hoje se enfrenta o machismo no movimento sindical, mas já houve uma grande melhora na situação, pois as mulheres foram conquistando seu espaço, apoiadas pelo Polo da Borborema.

Então foi em 98 que a gente fez uma parceria fazendo diagnóstico no município, aí a gente também foi fazendo um diagnóstico das plantas medicinais do município com as mulheres. E aí a gente conseguiu botar o pé no chão, porque a gente conseguiu sair pra fora. Eu, porque assim, eu morava lá no outro sítio, eu saía da minha casa e ía pro sindicato, do sindicato voltava pra casa, eu não conhecia além, eu não conhecia Lagoa Seca. Todo mundo tinha (*sic*) reunião, os homens tinham reunião, mas nunca me convidava (*sic*) pra ir pra fora (fala de Marlene).

Hoje existe uma comissão de mulheres no sindicato e Marlene ainda está na diretoria, além de participar no Polo, nas comissões de Saúde e Alimentação e de

Recursos Hídricos, ela diz que o trabalho está conseguindo trazer mulheres e muitos maridos também. Outro ponto destacado, através dos intercâmbios e diagnósticos, é o resgate dos saberes tradicionais, como os de sua avó que era rezadeira e sabia muito de plantas medicinais.



**Figura 5: Quintal produtivo de Marlene. Foto: Julia S. Serrano.**

A produção da família é diversificada e sem veneno, garantindo uma boa alimentação com frutas, verduras, leite, ovos e carnes, além da comercialização no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na feira agroecológica de Lagoa Seca, sendo o processo mediado pela Ecoborborema – Associação Agroecológica do compartimento da Borborema. Ela guarda sempre as sementes para o próximo plantio. Existem dois espaços produtivos: o quintal produtivo (figura 4), onde ficam as galinhas, algumas frutíferas, plantas medicinais e as hortaliças que precisam de cuidados diários, e o lote que fica um pouco

distante, é onde tem o roçado e os animais maiores. Ela e o marido trabalham na produção e comercialização, às vezes pagando um diarista para dar conta de tudo, pois sua filha é muito pequena e o filho já saiu de casa. Marlene destaca a importância da assistência técnica do Polo e da AS-PTA, pois a governamental quase nunca aparece e é muito diferente, não serve para a produção agroecológica.



**Figura 6: Marlene em seu roçado. Foto: Julia S. Serrano.**

Outra agricultora experimentadora que nos contou sua história foi Anilda, que nasceu em Esperança, mas vive em Remígio no assentamento Oziel Pereira desde 1998, quando com a luta do MST conquistaram a terra. Vive com seus cinco filhos e uma neta, o marido faleceu recentemente e toda a renda da família provém da agricultura. A produção é com base na Agroecologia, que é discutida com o sindicato e o MST. Em volta da casa tem de tudo um pouco para a família se alimentar, plantas medicinais e galinhas. No roçado ainda tem macaxeira, milho, feijão, fava e batata doce. O roçado fica distante, quase uma hora de caminhada, mas ela diz ser bom assim, pois as famílias vivem todas juntas e não tem muita violência. De fato, recentemente, há muitos casos de roubos, invasões de casa, assalto a mão armada nas comunidades rurais na Paraíba. Isso

foi discutido durante o I Encontro Unitário Camponês do estado, realizado em fevereiro de 2013, que atribuiu o crescimento da violência, principalmente, à ocupação do território rural por grandes empresas capitalistas.



**Figura 7: Anilda e sua filha nos arredores de casa. Foto: Julia S. Serrano.**

Anilda também cria gado e ovelha, ela fala que as frutíferas estão vindo aos poucos com o trabalho constante na terra, por hora tem produzido caju, goiaba e acerola. A comercialização da produção é feita na feira agroecológica municipal, pelo PAA e PNAE, faz parte ainda da Ecoborborema. No assentamento ainda existe um grupo de mulheres, sete mulheres, que fazem bolo para entregar ao PNAE. Anilda participa na comissão de Saúde e Alimentação do Polo e afirma ter sido através do sindicato que começou a se reconhecer como agricultora e participar do movimento das mulheres, o que foi de muita relevância para garantir seu espaço na condução da propriedade.

Só o conhecimento que você tem, de você ver cumprir as coisas, de participar do intercâmbio, de conhecer pessoas, de ter várias experiências, porque você vai no exemplo de outras mulheres. Aí é muito importante, não tem como (fala de Anilda).

Por fim, apresentamos Marília, jovem agricultora que vive com a família no Sítio Goiana, em Solânea. Desde menina trabalhava na terra, cuidava das cabras e da casa com a mãe. Antes a família não tinha sua terra e trabalhava de terça para o dono da terra e sua irmã trabalhava na casa do patrão, a vida melhorou quando a família se assentou e passou a ter autonomia sobre a produção. Ela se associou ao sindicato em 2009, por causa das cisternas, e conta que sofreu preconceitos por ser uma jovem mulher se inserindo nesse espaço, muitos na comunidade diziam que ela estava grávida, não reconhecendo o potencial produtivo da juventude. Aos poucos, ela foi se inserindo nos trabalhos de organização social e produtiva do Polo e hoje faz parte da comissão de Sementes e da comissão de Jovens e relata um grande aprendizado:

Participo da comissão de Sementes porque sou agricultora e gosto de ser um pouco ecológica, me levaram pra comissão da semente, da semente crioula. A crioula é essa que a gente cria, que dá aqui no sítio, tudo sem veneno, que dá bem. Que guarda sem veneno, na garrafa com pimenta, pimenta do reino, cinza. Já, através do sindicato que eu aprendi isso. Antes a gente usava veneno aqui, pra guardar a semente no silo do feijão (...) aí a gente começou a usar coisa de casa mesmo pra evitar usar veneno porque prejudica a terra, os bichos, a gente, e cada vez a gente tem que se preservar e preservar a nossa terra, nossa natureza (fala de Marília).

Além de manter suas sementes, ela conta que também há um banco de sementes na associação do assentamento. Quem cuida do lote é ela e seu pai, a mãe também trabalhava na terra, mas por problemas de saúde agora fica mais em casa. Plantam de tudo um pouco, só tem dificuldades de conseguir hortaliças nesse tempo de estiagem. As vendas são feitas na feira local, mas também trocam na comunidade. Marília gosta mesmo é da criação dos animais e foi através desse ofício que sempre esteve experimentando novas formas de alimentação, manejo, aprendendo a negociar e ganhando seu espaço como produtora rural:

Como filha de agricultor, desde nova convivo com agricultura, com uns cinco, seis anos, ía ajudar papai a cuidar das cabras. Até uns 16 anos, só quem fazia negócio aqui em casa era papai, até os homens mesmo, ninguém comprava e nem vendia, só ele. Aí fui criando, comprando cabrito, vendia, comprava coisa da escola, aí foi o tempo que comecei a estudar. Aí, todo início de ano vendia um cabrito e comprava caderno, lápis (...) A minha renda é viva, multiplica com Deus (fala de Marília).

Foi ao participar da I Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia, em 2010, que Marília começou a entender a situação das mulheres, ouvir histórias de vida e participar dos espaços de organização das mulheres no Polo da Borborema. Em 2011

Marília foi com o STTR de Solânea para a Marcha das Margaridas, em Brasília, e no ano seguinte ela e uma companheira do movimento em Solânea começaram uma aproximação com o MMTR. Ela diz que foi nesses espaços que passou a se valorizar e falar o que pensa: “Antes, se alguém dissesse alguma coisa comigo acho que eu me calaria, mas hoje eu não me calo, eu vou sempre reivindicar mesmo!” (fala de Marília).



**Figura 8: Marília tratando das cabras no lote da família. Foto: Julia S. Serrano.**

Ganhar novos conhecimentos permite que essas mulheres mudem os rumos de suas vidas, encontrem suas habilidades, suas alegrias, seus saberes, sua criatividade. Em todas as histórias, as mulheres da Borborema ressaltaram a importância dos fundos rotativos solidários para conseguirem aplicar o conhecimento trocado nas vivências.

“Com o fundo rotativo  
 Juntou a comunidade  
 A tela prende a galinha  
 Aumenta a capacidade  
 De cuidar da horta  
 Tendo renda de verdade”  
 (ALBULQUERQUE, 2009).

Estando no semiárido, não podemos desconsiderar a água, pois todo o planejamento e desenho dos agroecossistemas estão baseados na conservação das águas. A Agroecologia no Semiárido, assim como nos outros ambientes, se dá a partir da

convivência com o mesmo, conhecendo para ter uma melhor interação e autonomia, e não tentando modificar suas características. Conviver com o Semiárido, mais do que um paradigma, representa uma experiência concreta, vivenciada por mulheres e homens que habitam o bioma Caatinga (SENA, 2010). A instalação de cisternas modifica a vida das mulheres, pois estas não precisam mais caminhar para buscar água ou lavar roupas. Além de fomentar a produção de alimentos nos arredores de casa, as cisternas dão à mulher a oportunidade de experimentar e garantem segurança alimentar à família. Por esse motivo, no último ano houve uma maior aproximação entre as comissões de Recursos Hídricos e Saúde e Alimentação. Foi avaliado que, como a equipe técnica não tem como acompanhar de perto todas as famílias que receberam cisterna, se faz necessário uma formação inicial que reflita a questão do trabalho da mulher e da segurança alimentar da família, incentivando a produção.

Ressaltamos que os processos de formação e avaliação para a Marcha são fundamentais para o amadurecimento das ações e do discurso das mulheres da Borborema, bem como para a aproximação com outros movimentos de mulheres. Lucia apresenta uma visão externa do processo de organização das mulheres do Polo e para ela o trabalho começa a ganhar corpo a partir da Marcha em 2011, quando é iniciado um diálogo com o MMTR.

Essas mulheres enfrentam o debate sobre as desigualdades e a reflexão sobre suas necessidades produtivas, se fortalecendo para dialogar, se colocar. Elas são guardiãs de sementes, de plantas medicinais, das variedades de galinhas, gerem fundos solidários, plantam e colhem. Conseguem se inserir no movimento sindical e na vida pública, no entanto a sociedade continua impondo às mulheres a responsabilidade única sobre a criação dos filhos. Sair do isolamento doméstico e entrar na gestão produtiva não altera sua responsabilidade sobre os trabalhos reprodutivos e isso leva a novos debates.

É necessária uma reeducação da divisão das tarefas. Realmente temos mais trabalho quando estamos na luta, mas também não quero regredir. É necessário discutir a divisão sexual do trabalho (fala de liderança do Polo da Borborema durante o VI EPA).

Acredito que a organização das mulheres da Borborema cumpre uma dupla função: resgatar e dar continuidade a uma luta histórica das mulheres do campo na Paraíba que estava enfraquecida e tem potencial de se expandir para além da área de atuação do Polo, através de parcerias com outros movimentos. D. Terezinha acredita



que a função que hoje as mulheres da Borborema realizam é a mesma que era cumprida pelo MMT, a de proporcionar caminhos para autonomia e liberdade das mulheres, conquistando seus espaços e direitos. Por outro lado, desperta novas mulheres para a vida política, através do trabalho com a Agroecologia, que vem no sentido de valorização do saber construído na prática das mulheres agricultoras, quebrando o isolamento para garantir seus direitos.

## **2.2. Articulações femininas: se fortalecendo na luta pelo fim da violência contra a mulher**

Durante a realização desta pesquisa, o principal espaço de articulação no qual as mulheres do Polo da Borborema atuaram foi o GT de Mulheres da ASA-PB. Além de trocarem sobre os diferentes processos organizativos de mulheres no Semiárido, há a integração com pesquisas, debates sobre o patriarcado, interação com outros movimentos e diálogo com o poder público, num espaço de articulação política que se tem mostrado forte. Destacaremos, nesse período, o debate e as ações no combate à violência contra a mulher.

A violência contra a mulher tem origem na ideologia patriarcal da nossa sociedade, que constitui um sistema extremamente violento de opressão. O Brasil possui uma legislação avançada, a Lei Maria da Penha é referência no combate à violência contra a mulher e, mesmo assim, os números são alarmantes. Não é fácil reverter essa tendência, uma vez que se trata de relações de poderes na sociedade e nas famílias, de relações afetivas que se apóiam mais na opressão da mulher do que no sentimento, no afeto. Sem contar que muitas vezes a lei não encontra suportes para ser efetivada. Essa violência pode se expressar de várias formas, como controle do comportamento, ameaças, manipulação, destruição de pertences, abuso sexual, todas elas intrincadas e que podem culminar na sua expressão mais extrema, o homicídio. Muitas mulheres são mortas somente por ser mulher. A maior parte dos casos de agressão acontece dentro da esfera doméstica, por parte de companheiros ou ex-companheiros, de acordo com o Mapa da Violência (WASELFISSZ, 2012).

Tem homem que violenta. Dá depoimento na TV sobre a produção e violenta, ameaça. Tem mulher que tem coragem de enfrentar, ainda tem o medo das ameaças. Temos casos de polícia, depoimentos: “é duro trepa à força com bebo”(sic). Estamos tocando em relações

de poder. Tem que trabalhar os diretores dos sindicatos (fala de liderança do Polo da Borborema, avaliação IV Marcha).

Scott *et al.* (2010) fazem uma abordagem sobre a violência contra a mulher em contextos rurais, mostrando que, apesar das diversas pesquisas e estudos sobre o tema, existem poucos focados na mulher rural, e afirmam que muitas vezes, sob uma aparente conformidade, está o medo de denunciar. Isso porque existe uma dependência emocional ou financeira, pela dificuldade de se manter no mercado de trabalho. Ainda é destacada a falta de serviços no campo:

A ausência de centros de referência, casas-abrigo e delegacias especializadas é muito mais evidente. Falta implementar apoio para a disseminação de informações sobre os direitos conquistados pelas mulheres nos últimos anos, como a Lei Maria da Penha, e de serviços que respaldem esses direitos (SCOTT *et al.*, 2010).

De dentro do próprio GT da ASA-PB veio o estopim para fortalecer debates e ações no combate à violência contra a mulher. Uma jovem militante do Polo da Borborema, Ana Alice de Macedo Valentim de 16 anos, foi sequestrada, estuprada e morta no dia 19 de setembro de 2012, quando voltava da escola. A mãe de Ana Alice, Angineide, diretora do STTR de Queimadas e da coordenação do Polo da Borborema, recebeu o apoio na luta das mulheres, que formou o Comitê de Solidariedade Ana Alice. O Comitê deu apoio à família e à outra jovem agredida, que conseguiu escapar com vida e teve a coragem de denunciar seu agressor, o mesmo que tirou a vida de Ana Alice. Ele foi preso e confessou os crimes. Após esse fato, o debate da violência passou a ser fundamental para as mulheres da Borborema.

O caso Ana Alice infelizmente não é um evento isolado, a violência contra a mulher tem feito diversas vítimas na Paraíba e, segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012), o estado está em sétimo lugar em homicídios femininos, sendo João Pessoa a segunda capital mais violenta do país. Nesse contexto, o Coletivo de Mulheres do Campo e Cidade<sup>9</sup> realizou uma mobilização em João Pessoa, no dia 4 de

---

<sup>9</sup>Organizações que compõem o Coletivo de Mulheres do campo e da cidade: ASA Paraíba, AS-PTA Agroecologia e Agricultura Familiar, PATAC, CENTRAC, MST, CPT, MAB, MPA, Polo da Borborema, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, CEOP, Levante Popular da Juventude, Frente Feminista do Movimento Levante, Marcha Mundial das Mulheres, Coletivo de Mulheres Alexandra Kollonta-Consulta Popular, Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba, Grupo de Mulheres Mães na Dor, Colmeias, Associação Paraibana de Imprensa, Articulação de Mulheres Brasileiras, Cunhã Coletivo Feminista, Bamidelê Organização de Mulheres Negras, Fórum de mulheres da Paraíba, União Brasileira de Mulheres, Centro da Mulher 8 de março, Coletivo Olga Benário e Índias Tabajaras.

dezembro de 2012, com o objetivo de denunciar os números alarmantes de violência contra as mulheres e reivindicar que se efetivem ações concretas e urgentes por parte do Estado paraibano para o enfrentamento dessa violência (panfleto do ato no Anexo A). As mulheres solicitaram e conseguiram duas audiências, uma com o Governador Ricardo Coutinho e outra com o Secretário de Segurança Pública, Cláudio Lima, criando um espaço de diálogo com o poder público. Entre as reivindicações, estava a construção de novas delegacias especializadas, bem como o treinamento de pessoal para o devido atendimento às mulheres em situação de violência. O Polo da Borborema esteve presente na mobilização com uma caravana de 100 mulheres das cidades de Solânea, Remígio, Casserengue, Lagoa Seca, São Sebastião de Lagoa de Roça, Massaranduba e Queimadas (AS-PTA, 2012a). Lideranças da Borborema também estiveram presentes nas audiências. Gizelda Beserra, do STTR de Remígio e da Coordenação do Polo da Borborema, avalia a reunião com o governador:

Foi um momento muito rico para o movimento de mulheres, pois o governo entendeu que estamos fortes e não vamos ficar caladas. Se nossas propostas não forem atendidas, vão acontecer mais mobilizações, o que não pode é as mulheres continuarem morrendo (fala de Gizelda, liderança do Polo da Borborema).

O caso Ana Alice continua em andamento, a passos lentos, e conta ainda com o apoio do Comitê de Solidariedade, formado por um conjunto de entidades de defesa dos direitos das mulheres e de trabalhadores rurais. O comitê tem somado esforços e se mobilizado no acompanhamento do caso e na cobrança firme às autoridades para que esses e outros crimes contra a mulher não fiquem impunes. As mulheres da Borborema também estão acompanhando o processo. Em fevereiro de 2013 uma nota pública foi lançada, assinada por organizações do campo e de mulheres, denunciando a impunidade do caso:

Já se passaram três meses desde que o assassino foi preso em caráter preventivo, segundo artigo 312 do Código de Processo Penal. Após a ciência por parte da justiça de um homicídio, uma tentativa de homicídio, 4 estupros, porte ilegal de armas e roubo, Leônio ainda permanece na delegacia de Queimadas recebendo tratamento especial por seus parentes. Por que um réu confesso de alta periculosidade e acusado de diversos crimes ainda não foi transferido para o Presídio do Serrotão em Campina Grande? (Nota de repúdio contra a impunidade do caso Ana Alice, 2013).

O Comitê de Solidariedade Ana Alice já realizou mobilizações, caminhadas e protestos, em frente ao Fórum, exigindo justiça (AS-PTA, 2013b). Para além da organização produtiva, as mulheres da Borborema nos mostram que a Agroecologia também é a organização das mulheres e o combate à violência. A dor e o sofrimento são transformados em chama que mantém acesa a luta para que as mulheres possam, finalmente, viver em paz. Para cada companheira tombada, nenhum minuto de silêncio, mas uma vida toda de luta!

### **2.3. As Mulheres da Borborema**

Mesmo quando falamos de mulheres camponesas da Paraíba, ou do Polo da Borborema, há muita diversidade entre elas. Cada uma tem uma trajetória, são diversas gerações, origens, opções sexuais, técnicas de cultivo, sentimentos e é justamente nessa pluralidade de saberes que se fundamenta a ação do Polo da Borborema, considerando que todas têm a ensinar e a aprender. E no trabalho de campo da pesquisa buscamos, justamente, o contato com essa diversidade, procurando qual é o fio que tece a união entre essas mulheres, os desafios a serem superados conjuntamente.

Aqui se apresentará quais as semelhanças que foram encontradas, o que dá uma identidade a essas mulheres, enquanto movimento. A primeira a ser colocada é que juntas, elas buscam estabelecer a autonomia no campo e na vida das mulheres, se colocando no embate ao agronegócio e ao patriarcado, em busca de mudanças para a comunidade e para suas vidas. É um embate necessário e cheio de espinhos:

As mudanças na vida das mulheres são muito importantes, mas não se fazem sem conflitos, tanto no espaço familiar, quanto nos espaços coletivos, principalmente quando entram em confronto com os valores pré-estabelecidos (FREIRE *et al.*, 2010).

Silva (2010) afirma que quando as mulheres se rebelam contra atos de discriminações domésticas e sociais e/ou profissionais, surge, necessariamente, o conflito, que fomos orientadas a evitar. Porém, novos caminhos só se abrem a partir do conflito. Ao entrar no movimento, todas as entrevistadas relataram que precisaram superar atritos familiares, especialmente com os pais e maridos.

Aí ele (pai) se zanga. É não tem mais homem nessa casa e num sei o quê, aí de lá pra cá que comecei a ir pra reunião, eu não peço, num é por conta da idade, é por conta da liberdade que eu tentei resgatar (fala de Marília, adendo entre parênteses meu).

No início me barrava muito, porque na época, quando eu comecei, eu tinha as crianças pequenas. Essa era pequenininha, o outro... Era ó, o maior empecilho era deixar as crianças (fala de Anilda).

Minhas irmãs chamavam o Antonio de corno, tudinho foram contra mim. Só que todas foram beneficiadas (...). Ele tinha aquela história de mulher é pra ficar em casa, mulher não é pra sair e pai dando cobertura a ele (fala de D. Terezinha).

Muitas vezes a dificuldade a ser superada foi a realização do trabalho doméstico e de cuidados. Em geral elas obtiveram auxílio com mães, tias ou vizinhas, levavam as crianças, cozinhavam antes de sair, ou seja, acumulam as funções. Em alguns casos, a divisão do trabalho dentro da família foi repensada. No entanto, a responsabilização das mulheres pela criação dos filhos e pelos trabalhos de casa ainda um grande obstáculo a ser superado. Outra dificuldade pontuada se faz dentro dos próprios movimentos, elas relatam que escutam muitas piadas machistas e/ou têm seu trabalho desvalorizado. Também é destacada a dificuldade e necessidade de trazer os homens para espaços que discutem as relações de gênero, para que eles também sejam sensibilizados.

Tem muitos sindicatos aí que eles são machistas, viu? (...) Tem sindicato que não dá oportunidade das próprias mulheres, não reconhece que o trabalho das mulheres é valioso. Uma dificuldade ainda falta, os próprios homens do sindicato, das associações, abrir (*sic*) a sua mente (fala de Marlene).

As mulheres que enfrentaram e superaram as dificuldades iniciais (ou que ainda permanecem), contam as suas conquistas, a começar pela garantia dos direitos trabalhistas, acesso à terra e à documentação. O aumento da autoestima, a partir do reconhecimento como agricultora e a valorização de seu trabalho; a possibilidade de ensinar e aprender, de trocar conhecimentos; a liberdade de ir e vir, de se socializar, conhecer novas pessoas, fazer amizades, se divertir; conhecer seus direitos, a história de luta das mulheres; entender as opressões do sistema que as oprime, são bandeiras de luta dessas mulheres.

Mudou muito, pra mim foi um milagre, eu considero um milagre por aquilo que eu era presa. Sempre quis fazer as coisas na minha vida sem ser presa (fala de D. Terezinha).

Por exemplo, eu não sou propriedade do Antonio Carlos (namorado), porque se ele quer mandar em mim, eu tenho direito de ser, tenho minha liberdade, tenho o direito de ser

motorista. Até mesmo qualquer coisa que o homem acha que a mulher não pode ser e que pode ser também (fala de Marília, adendo entre parênteses meu).

Se eu disser a você que ate 98 eu não tinha coragem de falar com ninguém e depois que eu entrei na comissão, tanto das mulheres como da comunicação, eu já comecei a colocar os problemas, né. Porque você, quando tá numa comissão que discute só o ponto da mulher, você começa a se abrir (...) Eu acho que a comissão de saúde e alimentação, ela veio melhorar muito, muito, a questão do relacionamento, a questão de gênero mesmo, porque a gente discute tudo nessa comissão, né (fala de Marlene).

É se descobrindo, se valorizando e decidindo sobre suas vidas que as mulheres da Borborema seguem sua trajetória, motivadas pelo desejo de trazer mais mulheres pra se libertarem, para que saiam de casa, conheçam o mundo e não se calem mais diante de qualquer violência.

Cada vez mais conquistar mulheres, tentar conquistar mais espaço, né, porque a gente sabe que a luta tá aí, (...), porque a gente sabe que têm muitas mulheres que não sai de casa. Aqui na comunidade da gente mesmo, a gente sabe que têm muitas mulheres que é(*sic*) prendida pelo marido, que eles não deixa(*sic*) sair porque muitas têm aquela vontade de participar de fazer as coisas, mais não têm opção, e muitas são oprimida pelos filhos, outras os maridos não quer (*sic*) deixar participar (fala de Anilda).

Podemos notar o reconhecimento do papel de produtora rural, da função política de suas histórias pessoais que, unidas, despontam com maior força, sabedoria e poder de transformação social, como fica exposto nas palavras da camponesa:

É um prazer você estar hoje na minha casa querendo saber um pouco da experiência, do nosso trabalho, da nossa organização. E porque não dizer do nosso movimento de mulheres trabalhadoras rurais?! (fala de D. Terezinha).

Num primeiro momento, a estratégia do Polo de mobilizar as mulheres através dos trabalhos nos arredores de casa, com pequena criação e as plantas medicinais, pode ser vista como reafirmar a posição da mulher nos serviços do lar. No entanto, pode se tratar de cativar as mulheres pelo espaço que já lhes é conhecido, no qual desenvolvem e cultivam seus saberes. Não na perspectiva de que elas sejam naturalmente mais aptas a esses serviços, senão pelo fato da construção social na qual estão inseridas lhes proporcionar essa vivência. O que observamos é que, a partir da valorização desse conhecimento, se rompe com o isolamento doméstico, proporcionando o encontro com novos espaços e experiências. Todas as entrevistadas colocaram os intercâmbios como o

principal espaço a ser incentivado, pois proporciona o aprendizado simultâneo de todas as participantes.

Com o caminhar do trabalho com as mulheres, o Polo da Borborema proporciona o contato com diversos debates sobre a produção agroecológica, a situação das mulheres do campo e a violência contra a mulher. No final de 2013 houve, ainda, uma capacitação para mulheres, mostrando que não há serviços/espços de “homens” ou de “mulheres”, mas que tudo isso nos é ensinado ao longo da vida.

O trabalho para a consolidação da Agroecologia no território é visto, por essas mulheres, não apenas como a questão da preservação do meio ambiente, ou de uma produção sem agrotóxicos, mas de uma maneira mais complexa, envolvendo aspectos da autonomia e saúde familiar, organização social, bem-estar e valorização do trabalho, como notamos nas respostas sobre a visão delas sobre a Agroecologia:

Agroecologia é o reconhecimento do trabalho, homem e mulher, da família como um todo. É a família como um todo. O reconhecimento de ambas as partes, a parceria, né, e o reconhecimento do próprio sindicato, é a busca de novas experiências para os municípios (fala de Marlene).

Pra mim é melhoria de vida né, é você ter saúde na sua casa e na sua família, porque você já sabe que você tá encapando a agroecologia, você tá contribuindo para o meio ambiente, você não desmata mais, você não polui mais, você só trabalha com produtos saudáveis, você só tem a melhorar. Então, pra mim significa saúde, amor e liberdade (fala de Anilda).

Agroecologia é qualquer coisa, assim, que a gente planta sem por veneno. É muito bom um feijão agroecológico, um tomate... Pra mim, agroecologia, é muito bom. Tem as mulheres que está (*sic*) bem dentro dessa dinâmica (fala de Marília).

Quando perguntamos sobre o significado da terra para essas mulheres, o primeiro aspecto que nos salta aos olhos é a importância do trabalho do Polo da Borborema com a juventude. Este incentiva a valorização do campo e a permanência dos jovens na agricultura, reconhecendo e abrindo espaço para a juventude rural como protagonista do processo de transição agroecológica, como é possível notar na fala da jovem Marília:

O significado é porque eu nasci e fui criada no meio da agricultura. Eu acho que várias famílias desistem. Algumas que não quer (*sic*) viver dentro da sua terra, do jeito que os avós ou os pais viveram. Se eu não olhar pra isso, vai acabar um dia! (fala de Marília).

A percepção das entrevistadas sobre o valor da terra mostra uma forte ligação da natureza com religiosidade, como provedora da vida e dos alimentos, o local de construção de sua vida objetiva e subjetiva:

Oxe, o que eu digo mesmo é que eu já não chamo mais nem de “a terra”, eu chamo ela de Minha Mãe, Santa Mãe Terra. É dela que eu me assento num momento de manhã, Deus tá(*sic*) vendo que eu faço isso, eu agradeço a Ela porque é dali que eu tiro o alimento pra minha família, onde tiro o alimento pro meu gadinho, pros meus bichinhos. É onde tem meus recursos pra minha vida, é minha Santa Mãe Terra. Todos os recursos e valores de nós todos é da Santa Mãe Terra. Pra mim, é um valor muito grande. Eu como agricultora tenho orgulho de chegar a qualquer lugar que eu for e dizer que eu sou agricultora, que eu amo a terra e amo a agricultura (fala de D. Terezinha).

“Pra mim a terra é tudo é a minha mãe, é o que dá o sustento da gente, a gente vive, aqui, da terra pra trabalhar e comer, pra mim ela é tudo, sabe, ela é a vida” (fala de Anilda).

Afé Maria, eu acho que sem a terra eu to morta, com certeza. Eu amanheço o dia clarinho, eu levanto de manhã e as minhas galinha(*sic*) tão aqui, eu tenho que tá cuidando das galinha(*sic*), depois eu vou, tiro alguma coisa, porque, assim, a felicidade da gente ser agricultora é você ver o que você fez e ter o fruto do que você plantou pra casa, pra sua família e pros amigo. A terra... pra mim é tudo (fala de Marlene).

Pra mim eu posso dizer que é tudo, né? Porque, nasci, sou filha de agricultor. Nasci e me criei na agricultura. Então, pra mim eu posso dizer que é tudo, pra mim é tudo. Eu acho que eu não sei viver, eu não sei morar numa cidade mais não, eu não me acostumo. Bota o pessoal ali pra fazer um negócio, tá mexendo num papel, fazer uma coisa, fazendo outra, pra mim não (fala de Lucia).

Paulilo (2010), ao refletir sobre a visão de natureza do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), afirma que a visão religiosa da natureza é proveitosa aos movimentos sociais que buscam não só igualdade, mas também equidade para mulheres e homens, ricos e pobres, humanidade e natureza:

Porque a natureza, além de divina, é normativa, contendo, embutida na forma de entendê-la, tanto a igualdade entre todas as criações de Deus quanto seu direito de existir e, portanto, de serem respeitadas, amadas e protegidas (...) Apesar da contribuição positiva que a associação entre mulher e natureza tem trazido para a luta por igualdade e direitos, há sempre nela o risco de reforçarmos uma visão que, ao colocar a mulher em um plano mais próximo do mundo natural, inferioriza-a porque os que o fazem não atribuem à natureza uma origem divina mas, sim, entendem-na como objeto da ação e da dominação dos homens (PAULILO, 2010).



Aqui vemos a contribuição da Agroecologia para a percepção da humanidade, como parte da natureza e não superior a ela. Nota-se, no discurso e práticas das mulheres da Borborema, uma mudança não apenas na visão do ser mulher, mas também na visão de natureza (PAULILO, 2010). E essa mudança na visão do ser mulher ocorre a partir da inserção em movimentos sociais e no trabalho realizado pelo Polo. O que antes era colocado como um lugar sofrido, a partir da valorização de si mesmas e do seu trabalho, se transforma em felicidade, como fica claro nos trechos a seguir:

Hoje eu digo que ser mulher é muito bom. Se voltasse 30 anos atrás eu digo é horrível, que eu não queria de jeito nenhum ser mulher, mas hoje não. Hoje eu sou feliz, se fosse nascer outra vez, eu queria nascer mulher (fala de Lucia).

A partir do momento que você se realiza nos seus objetivos, eu acho que ser mulher é, pra você ser mulher você tem que se realizar, se sentir realizada. Eu, hoje em dia, posso dizer que num certo ponto, numa certa coisa(*sic*) eu sou realizada, eu consegui conquistar meus espaços, eu consegui me realizar, então ser mulher pra mim é maravilhoso (fala de Anilda).

“Bom, pra mim, eu adoro ser mulher. Eu, no início, quando eu era bem mais nova, eu queria e dizia assim: ah, eu queria ser homem! Mas, hoje, eu jamais diria isso” (fala de Marília).

Nossa acho que, mulher, ser mulher é difícil, né, porque se você não se reconhece enquanto mulher... Acho que primeiramente você tem que se reconhecer, tem que se amar para que as pessoas te reconheça (*sic*). Então, assim, eu como mulher eu to feliz, né, mas é preciso ainda muito trabalho (fala de Marlene).



### CAPÍTULO 3

#### A MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA: FLORESCENDO UM ESPAÇO DE POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia é organizada pelo Polo da Borborema e pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Aqui fazemos um resgate histórico desde a primeira Marcha, com base em depoimentos, notícias veiculadas no site da AS-PTA e também na participação no ano de 2012 e no acompanhamento do processo preparatório da IV Marcha, em 2013.

A primeira aconteceu no dia 12 março de 2010 no município de Remígio-PB, como parte do Encontro Regional de Agricultoras e Agricultores, contando com a presença de cerca de 900 mulheres, além de agricultores, representantes da sociedade civil e de organizações de assessoria. A Marcha contou com um espaço destinado a uma feira de troca de experiências, onde as famílias agricultoras tiveram a oportunidade de expor seus produtos (AS-PTA, 2010).

A segunda edição foi realizada em 18 de março de 2011 em Queimadas, reunindo 1.800 mulheres da região do Polo da Borborema, integrantes da ASA/PB e do Coletivo Estadual de Mulheres do Campo e da Cidade. Essa mobilização é um marco tanto na luta por direitos e relações mais justas na agricultura familiar através da Agroecologia, além de um momento de denúncia das desigualdades sociais e da violência contra a mulher, como é evidenciado no panfleto distribuído durante a caminhada (Anexo B):

O Polo da Borborema denuncia que na agricultura familiar:

- o trabalho da mulher não é reconhecido e valorizado pela sociedade. Ele costuma ser considerado como uma simples ajuda.
- as agricultoras não costumam participar das decisões sobre a produção.
- o papel da mulher na economia da propriedade é geralmente desconsiderado, apesar de sua efetiva participação em várias atividades geradoras de renda.

- os conhecimentos e habilidades das mulheres são desqualificados como prendas domésticas.
- as mulheres possuem limitado convívio social e raros momentos de lazer, além de pouco acesso à informação externa.
- as mulheres sofrem várias situações de violência física e moral.

(PANFLETO DA MARCHA, 2011).

A programação contou com a apresentação da peça teatral *A vida de Margarida*, encenada pelo Grupo de Teatro do Polo da Borborema, que destacava as situações de violência vividas por Margarida dentro da sua própria família. Além disso, a feira *Um jardim de Margaridas* foi montada para a exposição de produtos frutos do trabalho das mulheres, tais como mudas, sementes, artesanatos, hortaliças, frutas e bolos, divulgando e valorizando as experiências agroecológicas das agricultoras. O evento se encerrou numa mística que buscou ilustrar a trajetória de várias mulheres camponesas que, como Margarida Maria Alves, sacrificam suas vidas pela luta contra o latifúndio e a exploração do trabalho (AS-PTA, 2011).

Em 2012, no Dia Internacional da Mulher, mais de 1.500 mulheres da região da Borborema se encontraram no município de Esperança para a III Marcha. Nesse ano a programação se iniciou com a peça *A vida de Margarida – parte II*, desta vez a personagem Margarida enfrentava as discriminações nas instituições da sociedade, como a igreja, sindicato e associação (Figura 6). Ainda concentradas, antes de sair para a caminhada Anilde Pereira, do Sítio Veloso, no município de Casserengue, depôs:

Fui vítima de violência, eu e meus filhos convivemos sete anos com um homem violento, que me ameaçava de morte e quebrava as coisas dentro de casa, até que eu não aguentei mais e tive forças para sair e me separei dele (...) A marcha é uma forma da gente se expressar, da gente se unir, quantas mulheres aqui já não passaram pelo que eu passei? (AS-PTA, 2012).

Durante a caminhada as agricultoras distribuíram panfletos e conversaram com a população local sobre o sentido de marchar no dia 8 de março, dia de luta para as mulheres. No percurso, houve uma mística em memória das mulheres assassinadas na Paraíba desde o início de 2012 até o dia da Marcha: 25 cruzeiros brancos com nomes de cada uma das vítimas simbolizaram a indignação diante dos índices crescentes de violência contra a mulher. Muitas mulheres de Esperança estavam homenageando Malvina, agricultora do município que foi assassinada pelo marido em outubro de 2011,

com faixas e camisetas. Houve uma homenagem também à artesã de Esperança conhecida como “Menininha das bonecas”, brutalmente assassinada pelo marido em 2002, momento encerrado com um grande apitão<sup>10</sup>.

Finalizando o dia, ocorreu a já tradicional feira com produtos do trabalho das mulheres da região, apresentação musical das “Três Ceguinhas de Campina Grande” e, também, as agricultoras de todas as caravanas selaram compromisso de voltar para suas cidades com esperanças e energias renovadas para construir seus caminhos de superação das desigualdades entre homens e mulheres (AS-PTA, 2012).

Em todos os anos, a marcha marca o encerramento de uma série de eventos municipais em que se faz uma leitura crítica das manifestações, das desigualdades e a persistência histórica da cultura patriarcal, assim como busca valorizar as estratégias de superação desse quadro. Esse trabalho é construído dentro da rede de agricultoras-experimentadoras do Polo, a partir das suas práticas. Esses eventos também são momentos de afirmação do protagonismo das mulheres na construção do projeto agroecológico para a região (AS-PTA, 2012).



**Figura 9: Peça *A vida de Margarida*, na III Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Foto: Aline Carneiro de Paula.**

---

<sup>10</sup> Momento no qual as mulheres fazem soar os apitos, fazendo barulho como forma de denunciar a violência contra a mulher.



**Figura 10: Mística de encerramento da na III Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Foto: Aline Carneiro de Paula.**

O município de Solânea foi escolhido para receber a IV Marcha devido a sua história de luta e organização das mulheres, conforme foi abordado no capítulo anterior. Para a sua realização houve um intenso processo preparatório, iniciado no final do ano de 2012. Desde então, agricultoras, agricultores e lideranças do Polo da Borborema se encontravam em oficinas de sistematização de experiências, em reuniões da coordenação ampliada e executiva do Polo, e em reuniões da Comissão de Saúde e Alimentação ampliada (AS-PTA, 2013a).

Nos meses de fevereiro e março, essa preparação se intensificou. Todo o trabalho, desde a organização de conteúdo até as formações em si, foi pensado e executado pelas agricultoras, lideranças e técnicas do Polo e da AS-PTA. Foram realizadas discussões municipais e comunitárias, além de reuniões com outros movimentos de mulheres, como o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e outros sindicatos da região. As formações se iniciavam com a apresentação do filme *A vida de Margarida*<sup>11</sup>, produzido pelo Polo e pela AS-PTA e encenado pelo Grupo de Teatro Amador do Polo da Borborema. O filme facilitou os debates sobre as diferentes formas e manifestações das relações desiguais de gênero no interior da família camponesa, possibilitando que cada vez mais mulheres e homens, dos sindicatos e das comunidades, tivessem acesso a essas reflexões (AS-PTA, 2013a). Após assistirem o vídeo, a sessão de debate se iniciava e, espontaneamente, surgiam depoimentos e histórias de vida das camponesas que contribuíam para a sensibilização e

<sup>11</sup>Disponível em <http://vimeo.com/60410186>.

assimilação das relações de poder no meio rural. Ao final dessa etapa, o vídeo *Vida Maria*<sup>12</sup> era exibido. Após o filme, era aberto mais um espaço para debate, abordando os possíveis caminhos de superação para as mulheres. A formação é finalizada com o convite para caminharem juntas e denunciarem as violências nas ruas de Solânea durante a IV Marcha. As questões que serviram de base para o debate podem ser vistas no **Anexo C**.

Cerca de 800 mulheres e 50 homens passaram por essas formações. Isso mostra a preocupação para que um grande número de pessoas fosse às ruas com clareza do que se denunciava e reivindicava. No município de Solânea, foram realizadas, no total, oito reuniões preparatórias, uma municipal e sete comunitárias, com a participação de mais de 200 mulheres. Através de vídeos, poesias e relatos de vida elas resgatavam exemplos de suas histórias gerando debates, tais como a histórica desvalorização do trabalho feminino, a violência contra a mulher e a naturalização das desigualdades de gênero. O processo contribuiu na percepção de que tais problemas não são isolados, mas constituídos socialmente e de que, se organizando, essas camponesas se constituem sujeito político (SERRANO, 2013).

O programa de rádio *Apoiando a Agricultura Familiar Agroecológica* do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Solânea que acontece todas as quintas-feiras, durante todo mês de fevereiro e na primeira semana de março, levou ao ar diferentes histórias de camponesas que participam das atividades de experimentação agroecológica e articulação do Polo como forma de preparação para a IV Marcha. Ao compartilhar seus desafios e conquistas, incentivavam outras mulheres a participar das ações do STTR e convidavam as mulheres e famílias a caminharem juntas na Marcha que se realizaria no município. Em 21 de fevereiro de 2013, a jovem Marília foi dar seu depoimento, onde destacou a importância de aceitar o convite do sindicato para as atividades, pois foi através da participação que ela ganhou mais liberdade, conhecimento, além de ter feito novas amizades.

No dia 08 de março, mais de três mil mulheres camponesas dos 15 municípios do Polo da Borborema e de várias regiões que compõem a ASA Paraíba, o MMTR-NE e o Coletivo Estadual de Mulheres do Campo e da Cidade caminharam pelo centro de Solânea para denunciar as desigualdades e a violência contra mulher e reafirmar a luta por direitos e por relações mais justas (AS-PTA, 2013b). Nessa mesma notícia,

---

<sup>12</sup> [http://www.youtube.com/watch?v=zHQqpI\\_522M](http://www.youtube.com/watch?v=zHQqpI_522M).

publicada pela AS-PTA, se fala ainda da programação do dia que contou com uma apresentação teatral, dessa vez foi da peça *Zefinha vai casar*, em que a filha de Margarida, a personagem Zefinha, sente a perpetuação das relações patriarcais nos caminhos previamente traçados para sua vida, quando decide se casar. Algumas mulheres deram seus depoimentos, compartilhando suas histórias de vida e de superação e em seguida saíram todas em marcha.

Além de tornar pública a causa dessas camponesas, através da própria caminhada e da cobertura dada pela mídia, destacamos a importância da articulação feita com outros movimentos de mulheres da Paraíba, demonstrando a união das mulheres no estado e criando uma maior força política para o movimento. No local de chegada estava estruturada a feira e houve apresentação da cantora e compositora Gilvanisa Maia, autora da música *Apelo de Mulher*, que se tornou como um hino da Marcha pela Vida das Mulheres e da Agroecologia:

“Não sou escrava, nem sou objeto  
 Para se fazer de mim o que bem quer  
 Não tenho dono, não sou propriedade  
 Eu quero liberdade, me deixa ser mulher

Eu quero ser, me deixa ser  
 O que mereço  
 Eu quero ser quem sou  
 Eu tenho meu valor  
 E este não tem preço

(refrão)

Eu quero ser amiga e companheira  
 Quero mostrar a força do amor  
 Quero viver como tenho direito  
 Não quero preconceito  
 Me deixa ser quem sou

Eu quero ter uma vida decente  
 Também sou gente  
 Foi Deus que assim me quis  
 Vou construir uma linda história  
 Celebrar a vitória  
 Me deixa ser feliz”.



(GILVANISA MAIA)

A festa continuou com homenagem à Margarida Maria Alves, apresentação de ciranda do grupo de mulheres Caiana dos Crioulos, comunidade quilombola de Alagoa Grande, se encerrando por volta das 13 horas com a leitura da Carta Política<sup>13</sup> da Marcha, reafirmando as bandeiras de luta das mulheres camponesas e suas reivindicações:

- Pelo reconhecimento e pela valorização do papel histórico das mulheres como guardiãs da agrobiodiversidade e do conhecimento associado à promoção da agricultura;
- Pelo reconhecimento e fortalecimento das formas de auto-organização das mulheres, como os fundos rotativos solidários, os grupos de beneficiamento e comercialização;
- Pela garantia da participação das mulheres no debate sobre as políticas públicas para agricultura, saúde e educação;
- Pela criação de fóruns para debates sobre as políticas públicas voltadas para a mulher, a exemplo do Pronaf Mulher, e pela implementação de propostas de aprimoramento para sua efetiva execução e empoderamento das mulheres;
- Pela criação de instituições e espaços de defesa e de atendimentos à mulher em situação de violência para a efetivação da aplicação da Lei Maria da Penha nos municípios e no Território da Borborema;
- Pela capacitação permanente dos agentes dos serviços públicos especializados para o atendimento das mulheres em situação de violência, garantindo atendimento humano e qualificado;
- Cobramos do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Borborema a realização de um encontro com os diferentes gestores públicos do território, momento no qual possamos apresentar nosso trabalho e luta e, ao mesmo tempo, fazer um balanço crítico sobre a equidade com que as políticas das diversas esferas e pastas são implementadas na região (POLO DA BORBOREMA, 2013).

### **3.1. Aspectos da violência educacional no campo e caminhos para sua superação**

Por baixo das cinzas que encobrem uma grande parte de nossa história pedagógica na América Latina, há brasas (STRECK, 2006).

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://aspta.org.br/2013/05/carta-politica-da-iv-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia/>.

No cenário pós Segunda Guerra Mundial, observa-se um investimento massivo para a modernização dos países subdesenvolvidos através de cooperações internacionais sob a hegemonia norte-americana. Entre as décadas de 1950 e 1960, os altos índices de analfabetismo e baixíssimos níveis de escolarização dos trabalhadores da América Latina, eram vistos como um entrave ao desenvolvimento e ao investimento de capital externo. No Brasil, as camponesas e os camponeses eram vistos como selvagens, atrasados e descolados da ordem social hegemônica. Deveriam, portanto, ser civilizados e treinados para servirem à lógica de um desenvolvimento rural baseado no latifúndio, na tecnificação e na geração de divisas, ou seja, baseado na Revolução Verde.

Acontecia, justamente, o desenvolvimento de uma educação disciplinadora, como um treinamento e “docilização” dos indivíduos. Despreocupada, isolada e acomodada à situação política hegemônica, parecia um adestramento, pois não era uma educação com uma base crítica (ORSO *et al.*, 2008). Foi a partir desse viés que, desde então, a educação no meio rural brasileiro tem sido manipulada por interesses internacionais que representam o espírito burguês capitalista. Desenvolve-se, deste modo, com total apoio do governo brasileiro, uma prática pedagógica baseada numa visão pragmática e instrumentalizada da educação. Essa prática é voltada à assimilação das camponesas/es e sua formação agrícola nos moldes da produção convencional e sua capacitação individual para trabalhos urbanos, muitas vezes escassos. Trata-se, portanto, de uma educação que nega a dinâmica sociocultural e os interesses das camponesas e dos camponeses (CALDART, 2007; DELGADO, 2009; MILL, 2006; NORBERG-HODGE, 2010; SOUZA, s/a ).

Além desse contexto, de uma pedagogia de opressão e dominação cultural, os sujeitos do campo sofriam, e ainda sofrem, com questões quantitativas e estruturais, como a falta de escolas no campo, a escassa e baixa capacitação de professoras e professores, os altos índices de abandono escolar e de analfabetismo, sendo que a formação educativa desses sujeitos geralmente está entre as mais baixas, mais precárias e menos frequentes no Brasil.

Não só no campo, mas também nas cidades é possível perceber que a lógica pedagógica assumida no Brasil sempre priorizou o conhecimento cultural da elite e se baseou no modelo urbano e eurocêntrico (MAGALHÃES, 2011). Diante dessa realidade, dentro de movimentos sociais que lutam contra os diversos tipos de

expropriação e privação causadas pelas desigualdades geradas pela dominação do capital, se desenvolve uma nova prática pedagógica, a da educação popular.

Vista como um mecanismo de ação originado entre diferentes povos da América Latina, a educação popular ganha espaço nos locais de luta e resistência contra os prejuízos trazidos e perpetuados pelo modelo socioeconômico hegemônico, que é injusto, desigual e marcadamente opressor. É uma educação feita pelas classes subalternas, compassada com o que afirma Fiori ao fazer uma leitura sobre as obras e pensamentos de Paulo Freire:

Os métodos da opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido”. Não pedagogia para ele, mas dele. Os caminhos da liberação são os do oprimido que se libera. Ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar, responsabilmente (FREIRE, 1987).

Justamente por surgir das classes desvalidas, a educação popular nunca necessitou e não necessita de um espaço formal para se desenvolver. Certamente, se dentro de cada escola os sujeitos estivessem criticamente aptos e engajados em desvelar os desvãos da sociedade, revelando as intrincadas redes de relações que mantêm os diversos tipos de opressão, a educação popular caminharia a passos mais largos em busca de uma sociedade munida de crítica ativa e combativa. Entretanto, a institucionalização de práticas pedagógicas como esta pode trazer inúmeras desvantagens aos movimentos contra-hegemônicos. Barreiro (2000) já nos alertava:

Dizer que uma área de relações sociais foi ou está sendo institucionalizada significa que ela está tendo os seus modos e limites de existência social fixados ao mesmo tempo em que se determinam também os modos e limites das ações sociais a ela vinculadas.

Sendo assim, embora a não institucionalização de práticas pedagógicas possa representar alguns limites à sua perpetuação, principalmente relacionados às questões econômicas e burocráticas, manter um movimento livre e autônomo dos poderes públicos e privados tende a conferir maior fluidez às ações e pensamentos que buscam, por si, libertarem-se das tantas lógicas de dominação dos povos, das terras, das sementes e das mentes. Nesse sentido, muitos momentos de atuação social florescem com alto potencial, consciente ou não, de agirem como verdadeiros espaços para a prática da educação popular, fugindo à tendência observada por Streck (2006), de que a

educação popular sendo institucionalizada passe a ter a conotação de educação pública, ou seja, para todos e perca seu caráter mais importante que é a busca pela transformação social.

Numa outra perspectiva, ainda hoje as questões da desigualdade de gênero não conseguiram adentrar os muros das escolas, pois ainda perpetuamos uma educação baseada no patriarcado. É raro ver dentro dos projetos educacionais formais esse tema ser discutido, quiçá de maneira crítica e libertadora. Tão grave quanto isso é o fato de muitas vezes percebermos relações machistas e violentas sendo perpetuadas por professores e professoras da pré-escola à pós-graduação. É comum ouvir que azul é cor de menino, que cozinha e boneca são brincadeiras de meninas. Já a enxada, os cavalos, bois e a carroça são assuntos dos garotos. Seguindo essa lógica, na roça não haveria espaço para o trabalho das mulheres, só para sua ajuda.

Durante vários anos de nossas vidas passamos por um processo educacional que acaba perpetuando as desigualdades de gênero, naturalizando-as, sem que haja espaço útil para discussões sérias como, por exemplo, a violência contra as mulheres, as histórias de suas lutas políticas e a necessidade de superação da lógica do domínio machista. É urgente reverter esse quadro pedagógico em todos os espaços, sejam eles educativos ou não, e muitas mulheres, despertadas pelo sonho de relações justas, têm protagonizado essa mudança.

Os novos quereres baseiam lutas e movimentos, ao analisar a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia e sua preparação, confirmamos o que Paludo (2001) afirmava sobre os espaços informais de educação. O autor ressalta que esses espaços sempre foram mais vigorosos no sentido de uma educação alternativa, conferindo maior possibilidade aos movimentos contra-hegemônicos e podendo até mesmo basear mudanças dentro das escolas. O que encontramos na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia é justamente isto, momentos de ação e luta de mulheres agricultoras que atuam em espaços alternativos extremamente férteis para a educação crítica. Dado esse cunho e potencial pedagógico de libertação, poderão e deverão adentrar definitivamente os muros escolares- para muito mais além do que essa pequena janela aberta através da análise feita neste capítulo- promovendo inovações e criações para a transformação de uma sociedade notadamente machista e violenta.

É no processo de preparação para a Marcha, e mesmo no momento desta em si, que salta aos olhos um agir imbuído de pedagogia popular que transcende à lógica cartesiana, disciplinar, hegemônica, patriarcal e urbanocêntrica tão presente nos currículos escolares e que sempre norteou o desenvolvimento da ciência e do campo brasileiro. A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia é uma mobilização que tenta contextualizar, criticamente, as percepções sobre o meio rural, seus modelos de desenvolvimento, suas relações de trabalho, suas dinâmicas externas e internas, principalmente no que diz respeito à questão do gênero feminino e às inúmeras formas de violência que se processam contra as mulheres.

Assim como afirma Habib (2010), a agroecologia é utilizada como um processo de militância direcionado à transformação social. Propõe uma conversa para desvendar, revelar e combater os diversos tipos de violência advindos de uma sociedade patriarcal e capitalista que gera a dominação e a exploração das mulheres. Numa abordagem crítica e complexa, relaciona a violência (física, psicológica, simbólica, política, econômica, institucional, moral e sexual) com a necessidade do cuidado com a terra, amparada pela agroecologia, do respeito às mulheres e do reconhecimento e igualdade no trabalho rural e nas relações sociopolíticas. A relação do cuidado ultrapassa a lógica machista da mulher cuidadora para dar lugar às mulheres que encampam uma luta político-ideológica pelo comprometimento social e pela consciência de todos e todas sobre os modos de produção agrícola e as relações desiguais presentes nesse ambiente e atividade.

Pode-se dizer, então, que a Agroecologia busca garantir, fortalecer e perpetuar a dignidade e segurança da mulher agricultora e do modo de ser da agricultura camponesa, além de aumentar a qualidade de vida e os direitos humanos e sociais no campo. Assim, ela se desdobra em ações reais banhadas de engajamento sociopolítico, proporcionando a real abertura, pelas próprias agricultoras, para que a sociedade ouça suas palavras caladas e negadas por tanto tempo. Esta é uma luta contra a violência sobre seus trabalhos, seus quereres, seus corpos e sobre a terra. Corpo-terra, terra-trabalho-mulher unidos quase que em um único ser que é constantemente perpassado por práticas agroecológicas como expressou uma das entrevistadas:

Oxi, ela é a terra mulher! A minha coisa que eu digo forte é... a minha coisa que eu digo mesmo, eu já chamo nem de terra, eu chamo ela (sic) de minha mãe, Santa Mãe Terra. Por

que aí, minha filha, é dela que eu me assento de manhã ou que me assenta no momento todo de manhã. Deus tá vendo o que eu faço, eu agradeço a Ela, porque dali, minha filha, é onde eu tiro alimento pra minha família, onde tiro alimento pra meu gadinho, né, pra meus bichinho(sic), é onde tem o meu recurso, então a minha vida é minha Santa Mãe Terra. Todos os recursos, valores de nós todos é da Santa Mãe Terra, tá entendendo? Aí pra mim é um valor muito grande. Eu como agricultora tenho orgulho de chegar em qualquer... pode ser onde for, dizer que sou agricultora, que amo a terra e amo a agricultura... e é assim (fala de D. Terezinha)

### 3.2. A preparação para a Marcha e suas características pedagógicas

“Trabalhar sempre no diálogo, no amor.” (fala de participante do encontro de formação da Marcha).

Como já mencionado, durante os encontros de preparação para a Marcha foram usados dois filmes como geradores para o debate, *A Vida de Margarida* e *Vida Maria*. Amparadas por um roteiro de questões, as participantes eram estimuladas a uma confrontação autorreflexiva sobre situações de opressão e dominação familiar e, também, sobre contextos sociais, políticos e econômicos. As mulheres foram estimuladas a exercitar a fala, galgando espaços sociais, ao dividir suas experiências de vida. Foi um processo um tanto doloroso, quando expunham as violências pelas quais passavam e passam, quanto libertador, quando reconheciam entre suas parceiras de luta histórias comuns, histórias de libertação, de afirmação do poder da mulher, de rebeldia, de luta e de busca por justiça e igualdade. A fala de uma das entrevistadas deixa clara a importância dos momentos de diálogo para o autorreconhecimento:

Quando eu comecei a participar do trabalho das mulheres, eu comecei a ver que eu era importante, meu trabalho era importante, que se eu não me reconhecesse, ele também não ia reconhecer (...) você começa a se reconhecer, né, você começa a ver você mesma em outras pessoas.

A troca de experiências e ouvir companheiras que conseguiram, de inúmeras maneiras, se libertar das relações opressoras com seus maridos é um estímulo fortíssimo à (super)ação de outras mulheres e de outras situações de opressão. É a educação para a coragem, para o exercício do poder de ação que mora em cada pessoa e que depende majoritariamente dela. É exercitar a compreensão de que se separar de um marido violento não é uma afronta à família, à religião ou uma vergonha social, mas sim, o

exercício da autonomia, da busca por relações justas e construtivas, é o exercício de uma utopia possível, que não deve e não pode recair no medo.

“Tenho seis filhos e separei, criei sozinha, melhor do que marido que chega bêbado, fedendo e levantando a mão. Já faz três anos.”

“Voltei pra Paraíba ver a família e não voltei mais. Morei seis meses com meu irmão. Ele veio aqui, ficava na farra, ameaçava tiro.”

“A igreja fala que não pode separar. Nem sempre é assim, tem que construir junto, se não der....”(falas de participantes das reuniões preparatórias).

O exercício de falar e de ouvir, o diálogo, é uma ação importantíssima nos processos de emancipação, de acordo com Freire (1987), e sua importância pode ser reforçada nas seguintes falas de uma entrevistada e de uma participante das reuniões preparatórias:

“Se eu disser a você que até 98 eu não tinha coragem de falar com ninguém e depois que eu entrei na comissão tanto das mulheres, como da comunicação, eu já comecei a colocar os problemas, né?”

“Sair pra essas coisas a gente aprende o que é, o que não é. Não fica só em casa escutando a mesma coisa.”

As palavras de Paulo Freire vêm trazer para a teoria o sentimento vivido pela produtora mencionada acima:

Não é no silêncio que os homens (e as mulheres) se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (...) se é dizendo a palavra com que, pronunciando o mundo, os homens (e as mulheres) ganham significação enquanto homens (e mulheres) (...) ele (o diálogo) é o encontro em que solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado (Freire, 1987, grifo do autor, adendos entre parênteses meus).

Além disso, o simples fato de que para participar do processo de formação as mulheres tinham que sair de suas casas para refletirem sobre problemas comuns, socializando-se, já é uma ação libertadora, no caso da cultura machista amplamente presente no campo brasileiro, que comumente impede as mulheres de saírem de suas casas. Ademais, é possível afirmar que a formação para a Marcha traz à tona o que muitas produtoras já tinham vivido anos atrás através da luta das mulheres na Paraíba e mais recentemente no Polo. Trata-se do reconhecimento de si na outra e de um processo

em que a partir da troca de experiências é possível tirar as relações de opressão da normalidade, além de encontrar estímulo para se libertar delas:

“Eu estava vendo que a necessidade minha, não era só minha (...) era cada uma que refletia a sua luta do dia a dia.” (fala D. Terezinha ao se referir ao movimento de mulheres).

“O meu marido não me deixava sair (...) a mulher tem que dizer não, ir para a Marcha em Solânea (...) fazer visitas de intercâmbio e não soltar mais as mãos; participar das reuniões.” (fala de uma participante do processo de preparação da Marcha).

“Passei muita coisa, quis me matar quando tive grávida de gêmeos com uma filha de cinco anos. Ele ficou três dias na farra.” (fala de uma participante do processo de preparação da Marcha).

É justamente como afirma Freire (1996), “uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo”.

### **3.3. A marcha em consonância com uma pedagogia libertadora**

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia discute a situação das mulheres e do campo sob o enfoque de múltiplos aspectos, o que é essencial numa prática educadora crítica e emancipadora. Tal processo auxilia na elaboração e construção do entendimento sobre as determinações machistas e exploradoras sobre sua vida como agricultoras, ampliando a leitura crítica do mundo e as bases da luta por sua emancipação. Tanto nos processos de formação, quanto durante a avaliação, da Marcha é possível perceber que lideranças, agricultoras experimentadoras e assessoria técnica, se educam em comunhão, partilham conhecimentos úteis à afirmação do movimento, tanto com relação às lutas das mulheres, como com relação ao desenvolvimento da agroecologia, e pensam modos de ação numa relação horizontal de formação, diálogo, compreensão e reconhecimento:

“Antes era Marlene que estava aqui, agora eu que estou participando e aprendendo.”

“Superação de um desafio coletivo, não só de uma ou outra se unir, percebi isso na marcha.”



“Me emocionei demais com o depoimento de Angineide. Uma menina de nove anos perguntou: existe homem daquele jeito?”

“É pra construir a identidade de várias mulheres, quilombolas de muitos lugares.”

“Não dá pro Polo pensar na experimentação só.” (falas da Avaliação da Marcha).

Assim, essas mulheres atuam em consonância com um dos pressupostos da Agroecologia apresentado por Gliessman (2001) e Guzmán (2001), que diz respeito à necessidade de construir coletivamente, com os sujeitos do campo, os conhecimentos contextualizados e plurais que levarão aos novos meios de atuação para a perpetuação de um modo produtivo sustentável adequado às realidades, limites e potencialidades locais. Atuam também, justamente como propõe Paulo Freire, para os processos de desalienação:

Em lugar de esquemas prescritos, liderança e povo, identificados, criam juntos as pautas para a sua ação. Uma e outro, na síntese, de certa forma renascem num saber e numa ação novos, que não são apenas o saber e a ação da liderança, mas dela e do povo (Freire, 1987).

Ademais, a Marcha apresentou suas bases metodológicas na construção de processos político-organizativos, formativos e de resistência popular, características próprias da concepção e das práticas da Educação Popular. O uso de filmes durante a formação, a peça teatral, a partilha de histórias pelas mulheres, as músicas durante a marcha, a confecção de uma carta política e o uso de mídias e redes sociais se mostraram como metodologias eficazes na geração de debates, na formação da consciência crítica, na aproximação de mais mulheres do movimento e na inserção das gerações mais jovens nas discussões. As próprias lideranças do movimento reconhecem que através dessas metodologias a Marcha vem ganhando espaço, reconhecimento, visibilidade e, para além disso, a participação das mulheres tem sido quantitativa e qualitativamente melhorada. Parece ser justamente o que nos esclarece Eggert (2002):

A educação popular vinda de outros lugares também abre espaços de produção de conhecimentos com posturas metodológicas comprometidas com as margens do saber popular, e nisso feminismo e Educação Popular se tocam.

Nas palavras de algumas mulheres durante a avaliação da Marcha fica evidente outro aspecto de um processo pedagógico libertador, conforme apresentado por Freire (1996) e que diz respeito ao ato de pensar a prática:

“Pensamos na metodologia e deu certo, o resultado positivo se deu por esta formação.”

“Encontramos uma metodologia de reflexão e debate.”

“Importância do debate com a juventude, a peça deu esse estopim!”

“Os programas de rádio ajudaram muito na formação, no porque é que as mulheres estão marchando. Uma mulher me falou: Eu vim, me incentivou porque eu escutei a sua mãe na rádio.”

As falas deixam claro que a avaliação leva em conta uma análise sobre as metodologias utilizadas antes e durante a Marcha. O movimento se mostra maduro ao fazer essas análises metodológicas, enxergando a potencialidade de cada ação, o que, certamente, amplia a noção do poder de cada uma e abre novas possibilidades metodológicas para as próximas Marchas. Processa-se então o pensar a prática, demonstrando ainda que essas camponesas reconhecem-se como pessoas inconclusas, uma vez que estão abertas para reconhecer limites e tentar superá-los, o que também fica expresso nas seguintes falas:

“Tem que debater nos sindicatos como envolver os homens.”

“Trabalhar mais a questão política no território; gestores e políticas públicas têm atuado em relação às mulheres?”

“Processo de formação é um processo que não termina.”

“Temos alguns desafios como a alimentação, ficamos muito tempo sem comer. O som não foi muito bom e é fundamental para conseguir entender a peça.”

“Ficou muito solto, tudo num local só, as mulheres ficaram dispersas. O sol tava quente, precisamos de sombra, as pessoas fugiam do sol, ficavam na praça.”

O teatro abriu as portas para o debate com a juventude e a homenagem à jovem Ana Alice, violentada e assassinada no ano anterior à Marcha, também reforçou nesse sentido. Além disso, percebe-se a participação ativa da juventude na preparação da marcha. A participação das jovens e dos jovens é de extrema importância quando pensamos na perpetuação do movimento e da luta das mulheres (é importante ressaltar que o desejo não é que esse movimento se prolongue, o sonho é por resoluções imediatas e mudanças rápidas, mas entendendo que a luta contra o patriarcado e a mercantilização do campo são longas é necessário, sim, pensar em sua perpetuação). O que aconteceu foi um diálogo intergeracional, formativo, instrumentalizador e empoderador. Assim, as gerações mais novas se formam desde cedo com ideais de

igualdade, de luta e de justiça, sendo um importante segmento para a transformação da sociedade, tanto externa, quanto interna ao movimento, é como diz o provérbio popular:

“Se você planeja pra um ano, plante arroz.  
Se você planeja pra uma década, plante árvores.  
Se você planeja uma vida inteira, eduque pessoas.”

Temos que considerar, ainda, o potencial do uso das músicas durante a Marcha. Sposito (1994) afirma que através da expressão musical as pessoas traduzem e testemunham suas experiências sociais, de fato é o que percebemos nas letras das músicas. Oliveira *et al* (2005) destacam o poder pedagógico das músicas pelo fato de facilitarem a concentração no tema e a absorção de ideias, sendo assim, esse recurso, além de unir a uma só voz as participantes da Marcha, potencializando a percepção da força da luta em coletivo, reafirmando e fortalecendo a identidade do grupo, traz as realidades vividas de forma alegre e apreensível por todas e todos, ritmando os corações e o pensar numa ação conscientizadora. Além disso, as marchantes propunham palavras de ordem que contagiavam a todas, animando e identificando os propósitos da luta das agricultoras. As palavras chamavam outras mulheres a se unirem, a gritarem e subverterem a lógica patriarcal na sociedade. Nesse sentido, podemos estender o que afirmou Vieira sobre as palavras de ordem pronunciadas pelo MST, também, à Marcha:

(...) as palavras de ordem possuem todo um caráter simbólico e exercem poder pelo reconhecimento quando são inculcadas pelos indivíduos em sua subjetividade, elas são aceitas porque existe um sentimento de pertencimento à luta (...) elas passam de falas com conteúdo simbólico e se concretizam em capital simbólico que é apropriado pelo movimento (VIEIRA, 2008).

Acrescentado a isso, Bourdieu contribui:

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2004).

É possível afirmar que o uso de vídeos durante a formação, de teatro, músicas, palavras de ordem e de depoimentos das mulheres proporcionam, de acordo com Bourdieu (*Op. cit*), uma formação baseada numa luta simbólica que impõe e produz uma visão legítima do mundo. Assim, esses métodos têm grande utilidade à formação crítica das pessoas.

A carta política organizada em decorrência da IV Marcha e da luta acumulada das mulheres mostra um avanço na organização destas. Nesse documento, além de trazer as denúncias sobre a dominação e negação dos direitos das mulheres pela cultura do patriarcado - enfatizando as relações do trabalho em casa e no campo, as relações sociais e políticas e as diferentes formas de violência - e de revelar as ações do Polo, são pontuadas reivindicações claras e objetivas para a superação das relações desiguais entre os gêneros e para a construção da agroecologia. Essa carta traz propostas direcionadas ao poder público, às organizações regionais e às instituições sociais do campo, demonstrando uma clareza sobre a necessidade de atuação territorial do movimento, sobre os limites de políticas públicas direcionadas às mulheres e sobre o sucesso das ações voltadas à auto-organização das mulheres. Com isso, fica claro para o público um pouco da linha de pensamento que foi sendo construída pelas agricultoras, esclarecendo que elas resistem ao mesmo tempo em que contrapõem, denunciam e fazem exigências, num processo notadamente pedagógico emancipador.

A carta acaba por ser uma maneira prática de controle das mulheres sobre os avanços obtidos com o passar do tempo, por isso, além de ter uma importância histórica, esse documento poderá se apresentar como um importante recurso metodológico para continuar pensando e planejando a prática. Numa outra perspectiva, uma questão importante a se considerar com relação à carta é sobre a linguagem que é utilizada. Não é uma linguagem de fácil compreensão para o público camponês e por isso apresenta um alcance restrito, podendo excluir muitas pessoas que não participaram dos encontros de preparação de um entendimento complexo, articulado, histórico e proativo. Não que a Marcha e as relações que se estabelecem durante ela não deem conta desses aspectos, mas que numa visão pedagógica libertadora esse limite precisa ser considerado.

Analisando as reivindicações da Marcha fica claro que ali são as ideias das mulheres que dominam, numa busca lúcida pela sua liberação, enquanto agentes produtoras e reprodutoras de vida nos seus mais amplos aspectos caminham, portanto, para a afirmação de Freire (1987) e para a efetivação de uma prática educativa realmente popular:

“(...) somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam.”

Num outro sentido, fazendo um paralelo entre a afirmação de Paulo Freire (2006) sobre a necessidade de que as práticas educacionais formais ultrapassem o

espaço escolar e apresentem mudanças no âmbito familiar e comunitário, é possível perceber que a Marcha ultrapassa a institucionalidade que a gera, ou seja, ultrapassa os sindicatos e as organizações do Polo da Borborema:

“O processo foi muito além do Polo e das organizações do sindicato. Em Solânea tivemos muita ajuda de pessoas de outras comissões, da pastoral.” (fala de uma participante da reunião de avaliação da Marcha).

É um processo que se abre para o diálogo com outros agentes sociais e institucionais, agregando parceiros de luta e ampliando o potencial de ação e conscientização ao qual se pretende o movimento. Ademais, muitos relatos deixam claro que a mudança nas relações entre homens e mulheres tem se processado nas casas e mesmo nos sindicatos, embora ainda haja muito que mudar.

“Casei muito nova com um homem que bebia. Eu dormia no mato com as crianças por que tinha medo da faca. Hoje mudou. Sofri, quase morri de sofrer, mas disse: um dia eu conto vitória.” (fala de uma participante do encontro de formação para a Marcha).

“Ainda a gente sente bastante dificuldade, por que não são todos os sindicatos que é assim, tem muitos sindicatos aí que eles são machistas, viu?” (fala de Marlene).

O fato da Marcha culminar com uma feira que mostra os resultados obtidos pela rede de agricultoras-experimentadoras, com venda, exposição, distribuição de sementes e troca de experiências, deixa claro às participantes e aos participantes da Marcha que por trás do discurso em prol da igualdade entre homens e mulheres há uma realidade prática que se consolida no dia a dia das mulheres que lutam por sua inserção, reconhecimento nas atividades produtivas e desenvolvimento da Agroecologia. São elas que estão ali vendendo e trocando saberes, são protagonistas nas relações econômicas e ao mesmo tempo difusoras dessa possibilidade para outras mulheres. Nesse sentido e em diálogo com Mosé (2009), é possível afirmar que esse espaço abre a possibilidade das pessoas vislumbrarem mudanças e novas possibilidades, aproximando-se de um processo libertador, uma vez que, de acordo com Freire (1996), uma das finalidades das ações pedagógicas realmente emancipadoras é demonstrar aos educandos meios de ação e superação dos problemas.

As atividades, ações e discussões protagonizadas a partir da Marcha deixam claro que são as oprimidas que detêm maior possibilidade de perceber criticamente a realidade social, cultural, econômica e de insegurança pela qual passam, e a partir disso se organizarem para propor e buscar mudanças. Aqui, compartilhamos da visão de

Rodrigues (2006) de que essas mulheres agricultoras do Polo da Borborema, socialmente, ocupam a base da pirâmide e passam a ocupar o topo da pirâmide do conhecimento quando pensamos sobre os diferentes modos contra-hegemônicos de desenvolvimento rural.

Percebe-se ainda que as mulheres não caem na astúcia da violência simbólica imposta pelos opressores. Mesmo que em suas trajetórias históricas tenha sido comum acreditar que o papel submisso das mulheres era uma condição dada e por isso normal e aceitável, as mulheres do Polo da Borborema rompem com essa lógica, caminhando para a desnaturalização das relações sociais e se protagonizando como efetivos sujeitos de uma pedagogia da libertação. É a quebra prática dos valores machistas, encampada diretamente por milhares de camponesas, as quais nem sempre estão presentes no cotidiano do movimento de mulheres, mas durante a marcha colocam seus corpos nas ruas para demonstrar, mesmo que pontualmente, que já não naturalizam as desigualdades na relação entre homens e mulheres.

Outro aspecto muito importante do processo pedagógico presente na Marcha diz respeito ao fato das protagonistas não buscarem simplesmente inverter os papéis atribuídos historicamente a homens e mulheres. Ao contrário, observa-se um alinhamento com a proposta de Freire (1987) sobre a necessidade de uma educação humanizadora, onde oprimidas não buscam ser opressoras. Ao contrário disso, elas buscam libertarem-se e aos seus opressores, numa caminhada pela justiça e igualdade, propondo a união das forças feminina e masculina a fim de objetivar a execução plena e legítima da agroecologia enquanto modo de ser e fazer justo entre os gêneros.

“A ovelha não deve se vingar do lobo,  
Pois o justo não anda no caminho dos tolos.  
Não adianta o oprimido virar opressor  
Inverter a sociedade não vai acabar com sua dor”  
(SAMPAIO, s/a).

Algumas falas demonstram exatamente que o querer das mulheres não é reverter o quadro de opressão e sim, como também propõe a Agroecologia, comungar os saberes, partilhar o trabalho, a atuação política e colher bons frutos:

“No começo ele não gostava. Ah, mais eu vou e, hoje, eu digo: e você vai junto!”

“Vários maridos, vários companheiros tão também nesse trabalho junto.”

Com relação à característica mencionada de uma tendência humanizadora, seria ingênuo não perceber a contribuição da Agroecologia, que aporta às práticas agrícolas valores muito mais humanizadores do que os que se processam no seio da agricultura convencional. É uma prática baseada no respeito das diferentes formas de vida e saberes, no cuidado com a terra e com o outro, na cooperação, na união, na saúde, na segurança, na ética, na justiça socioambiental e na partilha entre outros. Todos esses valores estão presentes, direta ou indiretamente, nos discursos e nas reivindicações das mulheres, nos fazendo perceber que o processo educativo processado pela Marcha foge à unilateralidade, ao autoritarismo, à competição e à hierarquização, características presentes na maioria das instituições sociais, que ainda seguem a lógica patriarcal, na agricultura convencional e mesmo na educação tradicional desenvolvida no Brasil.

Nessa linha, por propor um rompimento com a lógica hegemônica de pensamento, validação e elaboração dos conhecimentos, que, de acordo com Rodrigues (2006), no atual modelo hegemônico impede a abertura de uma nova epistemologia que seja contrária ao sexismo presente na ciência. A Agroecologia e a mobilização das Mulheres da Borborema abrem espaço para a perpetuação, valorização e trabalho a partir do conhecimento subjetivo das mulheres, unindo, e não dicotomizando, razão e sensibilidade/subjetividade, lógica e intuição, por exemplo.

### **3.4. Concluir sobre um processo inconcluso e sobre uma prática pedagógica necessariamente infinita?**

(a Educação Popular) se realiza em todas as situações em que, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado (BRANDÃO e ASSUMPÇÃO, 2009).

Pode-se considerar que a Marcha das mulheres é e está dentro de um movimento que abrange a educação popular pois, conforme apresentado por Streck (2006), trata de criar alternativas a partir de lugares sociais e espaços pedagógicos distintos dos espaços formais de educação e que sustentam necessidades que levam a buscar mudanças na sociedade. Mais uma vez, a Marcha, sua preparação e mesmo o

movimento de mulheres na Paraíba se alinham às características de uma educação libertadora pelo fato de, como propõe Rodrigues (2006) ao analisar práticas femininas que estariam compassadas com esse tipo de pedagogia, não se tratar:

da revolução sexual, que pretende substituir a hegemonia masculina pela feminina, nem da construção dos processos violentos que tornam a mulher inimiga do homem, seu opressor histórico, mas de ler, criticamente, a realidade, buscando espaços de inclusão de oprimidos (oprimidas) e opressores (opressoras) reumanizados, isto é, libertos da alienação que lhes foi imposta, em níveis diferentes, pelas relações de opressão (Adendos entre parênteses meus).

Assumindo que a Marcha é um processo direcionado ao empoderamento e emancipação de identidades sociais das mulheres camponesas, podemos afirmar que, por isso, ela tem uma forte possibilidade de atuar pela Educação Popular dos sujeitos não só do campo, mas das cidades, ao passo que cada vez mais tem aumentado o número de participantes e ganhado projeção externa. Pedagogicamente pensando, essa mobilização pode ser capaz de apresentar uma proposta real que rompa com uma prática educativa patriarcal, de tutela e assistencialismo.

Assim, é possível afirmar que a Marcha alinha-se à teoria da libertação de Paulo Freire, já que a libertação de homens e mulheres, através desta, ocorre também por meio de um processo educacional-pedagógico, que é cultural e por isso político. Desse modo, conseguir promover um diálogo entre a agroecologia, enquanto proposta de desenvolvimento sustentável do campo, e a luta das mulheres, ampliando, desvendando e revelando características ideológicas de ambos os movimentos em busca de uma sociedade mais justa, é, nesse caso, a criação de uma pedagogia popular produzida pelas mulheres agricultoras do Polo da Borborema.

Como bem pontuado por Caldart (2004), não é comum encontrar os movimentos sociais presentes nas teorias pedagógicas. No entanto foi demonstrado claramente o potencial pedagógico da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, e por isso podemos reivindicar, politicamente e dentro dos desenvolvimentos teóricos acadêmicos, que esse movimento seja considerado como promotor de uma importante matriz pedagógica a ser debatida. Trata-se, como diz Arroyo (1999), de uma *pedagogia da produção de sujeitos sociais*, extremamente útil a uma prática libertadora já que o caráter pedagógico que a Marcha apresenta possibilita o aprendizado de direitos advindos da inserção no trabalho. Além disso, é possível propor



também que a Marcha seja analisada como um processo fecundo para aprofundamentos teóricos em busca da elaboração de um pensamento pedagógico feminino no Brasil - necessidade levantada por Rodrigues (2006) - que é libertador não só das questões de gênero, mas também das limitações do modelo agrícola baseado na produção convencional, útil, portanto à Educação Popular, à educação do campo e à educação agroecológica, podendo e devendo ser um objeto de estudo potencialmente construtivo a esses campos.

“A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana.” (ARROYO, 2003).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se contar a história do despertar coletivo das mulheres da Borborema, estamos falando da história das camponesas e camponeses da Paraíba. Nessa caminhada se destacam trabalhadoras do campo que sempre lutaram por seus direitos, mulheres reconhecidas nacionalmente, como Elisabeth Teixeira, assumindo a direção das Ligas Camponesas paraibanas, e Margarida Maria Alves, que deu sua vida na luta pelos direitos trabalhistas, educação e dignidade para as canavieiras e canavieiros do Brejo paraibano, sendo hoje referência para a luta das mulheres camponesas do Brasil. É no Brejo da Paraíba e no sertão de Pernambuco, no final dos anos 1970 e início dos 1980, período em que Margarida Alves esteve na presidência do sindicato de Alagoa Grande, que as mulheres rurais começaram a se organizar em torno de um objetivo comum, surgindo no cenário nacional como sujeitos político na luta por seus direitos. Muitas conquistas foram alcançadas, como a sindicalização, a posse da terra e à documentação.

Podemos dizer que o Polo da Borborema, através da Agroecologia, vem reacender a chama da luta das mulheres rurais na Paraíba. É através de um projeto de desenvolvimento do campo baseado nos princípios da Agroecologia, construído com a participação de mulheres e homens do campo, que essas mulheres começaram a perceber o seu valor como mulher e como agricultora. Trocando experiências de produção, histórias de vida, partilhando seus saberes, saindo de casa e ampliando o convívio social que elas identificaram situações comuns de opressão e se uniram para superá-las. A partir da comissão de Saúde e Alimentação, se torna visível o trabalho da mulher no roçado, no planejamento da produção, como guardiãs das sementes, nos quintais produtivos, na criação animal, no saber sobre as ervas medicinais, mostrando a todos que têm papel central na garantia da segurança alimentar e na autonomia e manutenção das famílias no campo.

Para que todo esse processo tomasse corpo, é necessário destacar o papel da assistência técnica diferenciada prestada pelo Polo da Borborema e pela AS-PTA, que, contrastando com a assistência governamental, se coloca politicamente ao lado das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo na busca por seus direitos e sua autonomia. Além de pensar na produção sustentável, se busca fortalecer a organização social, entendendo que se fazem necessárias relações igualitárias de gênero e geração,

assumindo, dessa maneira, que com opressão e violência às mulheres não se pode falar em Agroecologia. Quando as mulheres começam a reivindicar espaços e direitos que sempre lhes foram negados, estão tocando em relações de poder constituídas há muitos anos e tomadas como naturais em nossas vidas. Nesse contexto, é inevitável o aparecimento de conflitos, que são necessários quando estamos nos propondo a mudar a realidade vivida, garantindo que homens e mulheres, apesar de suas diferenças, vivam em igualdade.

Ainda é um desafio debater as questões de gênero em conjunto com os homens, seja nas famílias, nas comunidades, sindicatos e mesmo dentro do Polo da Borborema. O Polo vem refletindo como superar esse obstáculo e fortalecer suas ações com as agricultoras, trazendo cada vez mais mulheres para o trabalho, pois é sabido que ainda existem muitas que não conseguem sair do espaço doméstico e sofrem violência doméstica. Um dos fatores que limitam esse passo é que a equipe técnica tem muitas funções acumuladas.

As mulheres da Borborema estão se fortalecendo, amadurecendo seu discurso e suas ações, com isso vêm ganhando visibilidade e se articulando com outros movimentos de mulheres no estado. A Paraíba apresenta elevados índices de violência contra a mulher. Por isso, as agricultoras da Borborema vêm se articulando com mulheres de toda a Paraíba, assim, elas se engajam em ações para o enfrentamento da violência, saindo às ruas e exigindo um espaço de diálogo com o poder público. Mostrando a força da sociedade civil organizada, negociações foram reabertas exigindo do estado a efetivação da Lei Maria da Penha, com a construção de delegacias especializadas e capacitação para o atendimento de mulheres em situação de violência. O caso Ana Alice, jovem militante do Polo que foi violentada e assassinada, fez com que se organizasse, a partir do GT de mulheres das ASA-PB, um Comitê de Solidariedade, composto por agricultoras e representantes de entidades de defesa dos direitos da mulher que apóiam a família e acompanham o julgamento do caso.

Outro ponto que merece reconhecimento é a diversidade metodológica utilizada para abordar as questões de gênero. Além das atividades relacionadas à produção agrícola, são utilizados depoimentos de casos de violência e libertação, debates, teatro, vídeos, músicas, poesias, etc. As atividades sempre têm uma mística inicial ou final, proporcionando um aprendizado por completo, sem descuidar dos aspectos subjetivos, emocionais, que também são afetados pela opressão.

Acreditamos na necessidade de trabalhar o corpo para proporcionar uma libertação mais completa. É pelo nosso corpo que somos identificadas como mulheres e também por meio dele que nos colocamos nesse mundo. É esse corpo que sofre, que sustenta todo o trabalho pesado na terra e em casa, que é visto como objeto de satisfação dos desejos masculinos e, ao mesmo tempo, tem seu prazer reprimido, que é tratado como mercadoria e fonte do pecado, além de estar sempre sendo cobrado por um padrão estético inatingível. É esse corpo que sustenta toda a carga social de ser mulher, muitas vezes ainda privado de lazer e prazer. Dinâmicas corporais, danças e debates sobre as diferentes percepções da nossa corporeidade são de muito valor na quebra das desigualdades.

A construção para a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia vem se constituindo num importante espaço educativo extremamente importante para o reconhecimento e valorização do trabalho da camponesa, bem como para a superação da violência de gênero e para a consolidação da Agroecologia. Esses valores vêm no sentido de alterar o *status quo* e não encontram espaço no ambiente formal de ensino. Pensado e executado pelas agricultoras, pode ser considerado um espaço de educação popular, onde todas ensinam e aprendem, se libertando conjuntamente.

A luta das mulheres da Borborema tem dado frutos, mostrando que com organização é possível alterar a realidade vivida. Isso se faz evidente quando as entrevistadas falam sobre as mudanças na percepção do ser mulher, que passa a ser algo positivo quando conquistam mais liberdade, maior segurança pra se colocar, mais autonomia e qualidade de vida pra elas e para as famílias. Notamos, no entanto, que essa percepção está ligada a uma visão padrão da vivência da sexualidade, onde a homoafetividade é vista com preconceito ou tratada como se não existisse. É importante afirmar que a sexualidade também é política e que existe a imposição de um modelo dominante, considerado normal. No entanto, a sexualidade pode e é vivida de diversas maneiras, sendo que as escolhas de cada mulher devem ser respeitadas. Acreditamos, por isso, na necessidade de debater sobre a sexualidade também.

A visão de Agroecologia dessas mulheres está ligada não apenas ao trabalho na terra. Vem à tona seu papel como guardiãs das sementes, ervas medicinais, variedades de criações, no acesso à água, no roçado e na segurança alimentar. Está ligada, também, à qualidade de vida para a família e para a comunidade, destacando a necessidade de relações mais justas, especialmente entre mulheres e homens. É por isso que quando

elas vão às ruas, gritam para que todos ouçam: *Viva a vida das mulheres! Viva a Agroecologia!*

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, E. C. **Pela vida das Mulheres e pela Agroecologia**. Gráfica Costa. Paraíba, 2009. Cordel.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**. Tradução Patrícia Vaz, Rio de Janeiro, 1989.

ANA. **Mulheres construindo a Agroecologia**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia Rio de Janeiro, 2008.

ANDREADE, M. C. (1963). **As tentativas de organização das massas rurais: As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores**. In: (Org.) Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas. Vol 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ARANTES, R. (Orgs). Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

ARROYO, M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2).

ARROYO, M. **Pedagogias em movimentos – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? *Currículo sem Fronteiras***, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

AS-PTA.I **Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia**. 2010. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2010/03/agricultoras-celebram-o-dia-internacional-da-mulher/>>. Acesso em 12 de jan. 2014.

AS-PTA. **Mulheres agricultoras em busca de sua autonomia**. 2010a. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2010/05/mulheres-agricultoras-em-busca-de-sua-autonomia/>>

AS-PTA. **II Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia**. 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2011/05/ii-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia/>>. Acesso em 12 de jan. 2014.

AS-PTA. **III Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia de Esperança-PB denuncia violência pelas ruas da cidade**. 2012. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2012/03/iii-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-de-esperanca-pb-denuncia-violencia-pelas-ruas-da-cidade/>>. Acesso em 12 de jan. 2014.

AS-PTA. **Mulheres do Campo e da Cidade são recebidas pelo Governador da Paraíba**. 2012a. Disponível em: <http://aspta.org.br/2012/12/mulheres-do-campo-e-da-cidade-sao-recebidas-pelo-governador-da-paraiba/>. Acesso em 8 fev. 2014.

AS-PTA. **Programação lembra os 30 anos do assassinato de Margarida Maria Alves na Paraíba**. 2013a. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2013/08/programacao-lembra-os-30-anos-do-assassinato-de-margarida-maria-alves-na-paraiba/>>. Acesso em 10 fev. 2014.

AS-PTA. **Agricultoras do Polo da Borborema se preparam para a IV marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia**. 2013b. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2013/03/agricultoras-do-polo-da-borborema-se-preparam-para-a-iv-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia/>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

AS-PTA. **Camponesas marcham nas ruas de Solânea-PB por igualdade e pelo fim da violência contra a mulher**. 2013c. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2013/03/camponesas-marcham-nas-ruas-de-solanea-pb-por-igualdade-e-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

AVILA, M. B. **Divisão sexual do trabalho: desafio para a agroecologia**. In: SILVA, C. (Org.). *Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2007.p.106-125.

BANDEIRA, L.; MIELE, N., GODOY, R. (Orgs). **Eu Marcharei na tua luta: a vida de Elisabeth Teixeira**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

BANDEIRA, L. **A contribuição da crítica feminista à ciência**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

BARREIRO, J. **Educação popular e conscientização**. 2ª ed., Porto Alegre: Sulina, 2000.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em educação - Uma introdução a teoria e aos métodos**. Portugal: Editora Porto, 1994.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

BRAGA, M. **A colonização da capitania da Paraíba**. Cordel, edição 2013.

BRAGA, M. **Margarida Maria Alves: Mártir dos canavieiros**. Editora Queima-Bucha. Sem data. Cordel.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisar-Participar**. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7-14.

BRANDÃO, C. R. **Entre Paulo e Boaventura: Algumas aproximações entre o saber e a pesquisa**. Revista Trimestral de Debate da FASE, proposta nº113, outono de 2007. p. 38-48.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde**. Escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2009.

BRASIL. **Políticas para as trabalhadoras rurais: relatório de gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia**. Programa Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incrá. – Brasília: MDA. 2007. 67p

BUTTO, A. DANTAS, I. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2011. 192p.

CAI. **Relatório analítico parcial**. Célula de acompanhamento e informação do Território da Borborema (CAI). Projeto de pesquisa acompanhamento, monitoramento e avaliação da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) no território da Borborema (Paraíba), Campina Grande, nov. 2011.



CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo**. In: III SEMINÁRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA, 2007, Luziânia.

CAMELO, E. **Anúncios e denúncias do Nordeste**: na luta para construir um Brasil diferente. LC Gráfica e editora. Ceara dezembro de 2009.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CANDEIA, A. **PCJ (Partido Clementina de Jesus)**. Clara Nunes, sem data.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Sustentabilidade. **Base Conceitual para uma Nova Extensão Rural**. Trabalho apresentado no XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: Anais Congresso Brasileiro de Agroecologia, Florianópolis, 2005.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. 447 p.

CARMO, M. S. **A Agroecologia: uma força transformadora?** Bases conceituais da Agroecologia. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária, p. 34, dez, 2008.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo**: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. Estudos Sociedade e Agricultura, n.2, p.11-22, jun. 1994.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005 405p.

CONTE, I. I.; BERNARDI, C. M.; FERNANDES, S. A. **Experiência da Luta**: Uma Marcha De Aprendizados. *Contexto e Educação*, n. 85, p. 69-90, 2011.

- DEERE, C. D. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004.
- DELGADO, N. G. **O Regime de Bretton Woods para o Comércio Mundial:** origens, instituições e significado. 1. ed., Rio de Janeiro: Mauad X/Ed. da UFRRJ, 2009.
- DI CIOMMO, R. C. **Ecofeminismo e educação ambiental.** São Paulo: Editora Cone Sul, 1999.
- DUARTE, E. L. **Mobilização política e relações de gênero no estado da Paraíba.** Simpósio Internacional de Geografia Agrária, João Pessoa, 2013.
- EGGERT, E. **Refletir a educação popular a partir da teologia feminista.** In: GONSALVES, E. P. (Org.). Educação e grupos populares: temas (re)correntes. Campinas, São Paulo: Alínea, 2002.
- ESMERALDO, G. G. S. L. **Agroecologia e gênero:** conceitos e práticas. Mesa redonda, Seminário “Gênero e Agroecologia”. UFRPE, ago. 2012.
- FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural.** In: SABBATO, A.; MELO, H. P.; LOMBRADI, M. R.; FARIA, N. Estatísticas rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Butto, A (Org.). Brasília, MDA, 2009.
- FARIA, N. **Mulheres rurais na economia solidária.** In: Feminismo, economia solidária e soberania alimentar: construindo estratégias para a autonomia das mulheres do campo e da cidade. Sempreviva Organização Feminista. Cajamar, 2011.
- FERREIRA, A. P. L. **A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres camponesas:** Processo Mulheres e Agroecologia como estudo de caso. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 4, n. 2, p. 2114-2117, nov. 2009.
- FREIRE, A. G. **As portas de muitas vidas.** In: Mulheres e agroecologia: Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Org: ActionAid Brasil, Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA, Rio de Janeiro, 2010.
- FREIRE, A. G.; SILVA, M. L. S.; VITOR, R.; LOPES, G. B. **As muitas portas da vida de Vanda.** In: Mulheres e agroecologia: Sistematizações de experiências de

mulheres agricultoras. Org: ActionAid Brasil, Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA, Rio de Janeiro, 2010.

FREIRE, Paulo. **Criando Métodos de Pesquisa Alternativa**: aprendendo a fazê-la melhor. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, p. 34-41, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed (versão digital). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 107p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 4. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 54p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, 150p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. 653p.

GOMES, J. C. C. **As bases epistemológicas da agroecologia**. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. . (Org.). Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 71-99.

GUEDES, M. V. **Conversando sobre relação de gênero no semiárido**. In: In: Mulheres no semiárido: um olhar feminista. GUEDES, M.V.; ARANTES, R. (Orgs). Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./mar. 2001.

GUZMÁN, E. S; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo, Expressão Popular, 2005. 96p.

HABIB, M. **Palestra de Abertura**. IN: I Fórum Paulista de Agroecologia, 2010, Araras, UFSCAR.

HECHT, S. **A evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, p. 21-52. 2002.

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de pesquisa, Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

LILÁS, GRUPO DE TEATRO LOUCAS DE PEDRA. **O canto das Margaridas.** Sem data.

MAGALHÃES, L. L. **Educação do Campo na Amazônia Paraense:** afirmando a (in) visibilidade da população negra. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais Diversidades e (des) Igualdades, 2011, Universidade Federal da Bahia.

MALVEZZI, R. **Semi-Árido: uma visão holística.** Brasília: Confea. Pensar Brasil, 2007. 140p.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2º Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.

MIES, M. SHIVA, V. **Ecofeminismo.** Intituto Piaget, Lisboa. 1993. 433p.

MILL, J. S. **Sobre a Liberdade.** Lisboa: Edições 70. 2006, 195p.

MOREIRA, R. J. **Por uma abordagem complexa das identidades rurais da atualidade.** 36º Encontro Anual da ANPOCS, GT. 20 - Metamorfoses do rural contemporâneo. 2012.

MOSÉ, V. **Íntegra: desafios contemporâneos – a educação.** In: Café Filosófico, 2009.

NORBERG-HODGE, H. **Schooling The World: The White Man's Last Burden.** Lost people films. 2010. Entrevista.

NOTA DE REPUDIO CONTRA A IMPUNIDADE DO CASO ANA ALICE, 2013. Disponível em : < <http://aspta.org.br/2013/02/nota-de-repudio-contr-a-impunidade-do-caso-ana-alice/>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

OLIVEIRA, H. C. et al. **A música como um recurso alternativo nas práticas educativas:** algumas reflexões. *Caminhos de Geografia*, v. 8, n. 15, pp. 73-81, 2005.

OLIVEIRA, J. R. S. **Elas e Eles:** Direitos e Deveres. Fortaleza - CE. ASA, sem data.

OLIVEIRA, J. R. S; CASTRO, G. **A maldição dos agrotóxicos ou o que faz o agronegócio.** Expressão gráfica e editora, abril 2011.

ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. **Educação e lutas de classes**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 125p.

PACHECO, M. E. L. **Agroecologia: mudanças de concepção e prática**. In: Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2007. p. 126-139.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PAULILO, M. I. S. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, n. 28, 1987.

PAULILO, M. I. S. **Intelectuais e militantes e as possibilidades de diálogo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 336, setembro-dezembro/2010.

PAULUS, G. **Do Padrão moderno à agricultura sustentável: possibilidades de transição**. Florianópolis, 1999. (Dissertação de Mestrado) Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, UFSC, 1999.

PEREIRA, A. A. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: Das Ligas aos Assentamentos Rurais**. João Pessoa: Edéia/Editora da UFPB, 2008.

PETERSEN, P.; SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato**. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Org: PETERSEN, P. AS-PTA, Rio de Janeiro, 2009.

POLO DA BORBOREMA. **Carta Política da IV Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia**. Solânea, 8 mar. 2013. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2013/05/carta-politica-da-iv-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente – Pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org) O campo no século XXI – Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês trabalho e educação liberdade, autonomia, emancipação:** princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 456 p.

RODRIGUES, V. L. **O pensamento pedagógico feminino brasileiro:** uma pesquisa a partir da perspectiva de Paulo Freire. *Cadernos de Pós-Graduação - educação*, v. 5, n. 1, p. 23-31, 2006.

ROMÃO, M. M. A. **Agroecologia e Feminismo: uma prática possível** – a experiência do Grupo de Mulheres Xique-xique. In: *Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2007. p. 20-25.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Primórdios do conceito de gênero**. *Cadernos Pagu*, v. 12, p. 157-163, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero:** o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Revista Lutas Sociais, Programa de Estudos Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SO*, v. 2, p. 59-79, 1997.

SAMPAIO, A. **África**. *Ponto de Equilíbrio*, sem ano.

SANTOS, M. K. C. A. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações ente a Agroecologia e as questões de gênero**. Dissertação: mestrado em Serviço Social – UFPE. Recife, mai. 2012

SCHMIDT, M. L. S. **Pesquisa Participante:** Alteridade e Comunidades Interpretativas. *Psicologia USP*, 2006, 17(2), 11-41.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, J. **Onde mal se escutam os gritos de socorro:** notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: *Gênero e geração em contextos rurais*. SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. 480p.

SENA, F. M. R. **Convivência com o semiárido: o desafio de construir relações igualitárias**. In: *Mulheres no semiárido: um olhar feminista*. GUEDES, M.V.;

SERRANO, J. S. **A preparação da IV Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, um processo educativo.** III Encontro Internacional de Agroecologia “Redes para a Transição Agroecológica no Brasil e América Latina”. Botucatu: 31 de julho a 03 de agosto de 2013.

SHIVA, V. **Schooling The World: The White Man’s Last Burden.** Lost people films. 2010. Entrevista.

SILIPRANDI, E. **Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural.** In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Org: PETERSEN, P. AS-PTA, Rio de Janeiro, 2009a.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** Tese: doutorado em Desenvolvimento Sustentável - UNB. Brasília, 2009b.

SILVA, C. **Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia.** Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2007.

SILVA, C.; ARANTES, R.; FERREIRA, V. **Nosso trabalho sustenta o mundo.** Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2012.

SILVA, L. C. **Fortalecendo fios para uma ação feminista em rede.** In: Mulheres no semiárido: um olhar feminista. GUEDES, M.V.; ARANTES, R. (Orgs). Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVEIRA, L. M.; VICTOR, R.; ANACLETO, N. **Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba.** *Agriculturas*, v. 4, n 2, julho de 2007. p. 10-14.

SILVEIRA, L. M.; FREIRE, A. G.; DINIZ, P. C. O. **Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território.** *Agriculturas*, v. 7, n. 1, mar. 2010. p. 13-19.

SOS CORPO. **Margaridas na luta por desenvolvimento sustentável.** *Cadernos de Crítica Feminista*, ano V, N. 4 – dez 2011.

SOUZA, C. M. **Discursos intolerantes: o lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto.** s/a, 8p.

SPOSITO, M. P. **Violencia colectiva, jóvenes y educación**. Revista Mexicana de Sociología, n. 3, 1994.

STÉDILE, J. P. et al. **A questão agrária hoje**. Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

STÉDILE, J. P. **Questão Agrária no Brasil**. 11 edição revisada e atualizada. Atual, São Paulo, 2011.

STRECK, D. R. **A educação popular e a (re)construção do público**. Há fogo sob as brasas?\*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 272-372, 2006.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access land**: position of Via Campesina on Food Sovereignty. Presente datthe World Food Summit. Roma, nov, 1996.

VIEIRA, L. C. **A Mística no MST: Um Ritual Político**. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Rio de Janeiro.

VON DER WEID, J. M. **Um novo lugar para a agricultura**. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Org: PETERSEN, P. AS-PTA, Rio de Janeiro, 2009.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012** – Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. CEBELA, FLACSO Brasil, 2012. 27p.

WANDERLEY, L. E. W. **Educação popular**: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

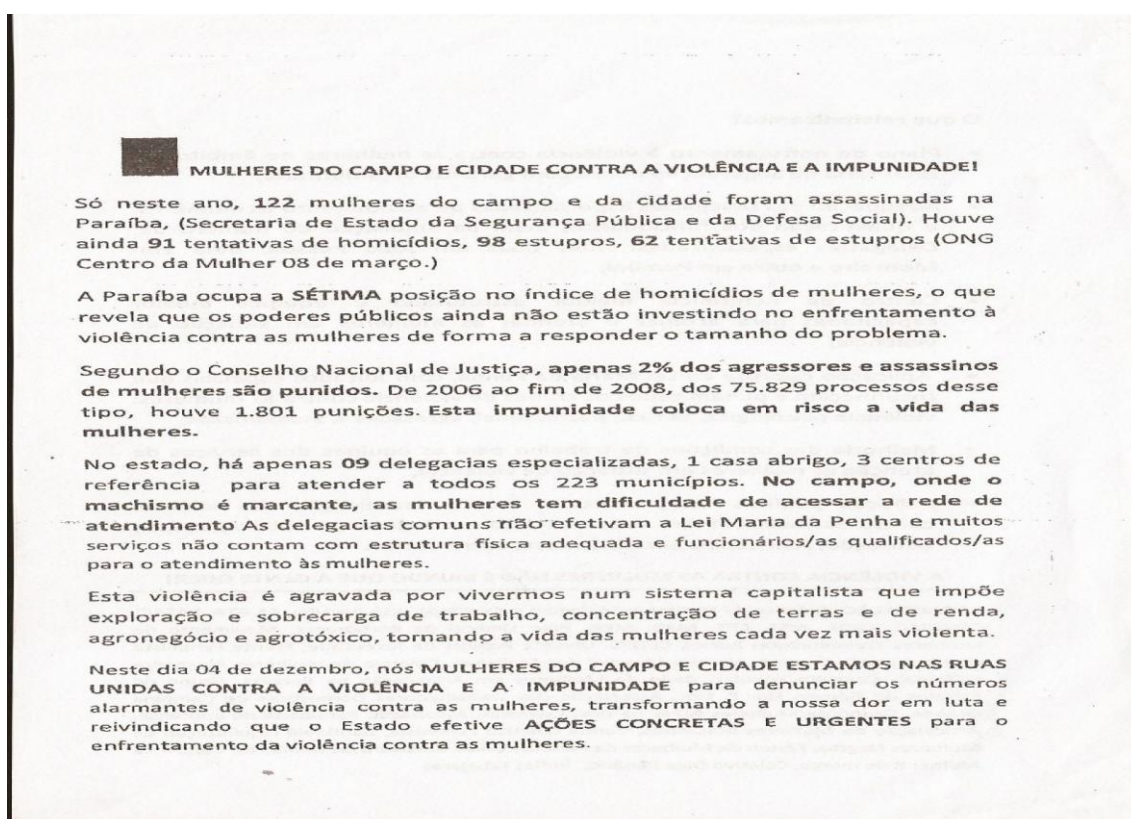
WEITZMAN, R. **Mulheres na assistência técnica e extensão rural**. In: autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Org. BUTTO, A.; DANTAS, I. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192p.

WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150p.





## ANEXOS

**Anexo A. Panfleto do ato realizado pelo Coletivo de mulheres do campo e da cidade com denúncias e reivindicações acerca da violência contra a mulher.**

#### O que reivindicamos?

- Plano de enfrentamento à violência contra as mulheres no âmbito da secretaria de Segurança Pública com garantia orçamentária;
- Adequação das Delegacias Especializadas de atendimento às mulheres e qualificação dos funcionários, além da ampliação do número de Delegacias especializadas: mais duas em João Pessoa, uma em Monteiro e outra em Pombal;
- Centro de Referência melhor estruturado e equipes melhor capacitadas para acolher e atender as mulheres em situação de violência;
- Aplicação rigorosa da Lei Maria da Penha, com Juizados especiais que reconheçam e punam todos os crimes de violência contra as mulheres: violência psicológica, sexual, patrimonial, agressões e assassinatos;
- Melhoria das condições de trabalho para as equipes dos serviços de atenção às mulheres em situação de violência;
- Políticas públicas comprometidas com a erradicação da violência contra as mulheres em todos os setores: Segurança Pública, Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, entre outros.

#### **A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NÃO É MUNDO QUE A GENTE QUER!**

ORGANIZAÇÃO: Coletivo de Mulheres do campo e da cidade, ASA Paraíba, AS-PTA, PATAC, CENTRAC, CEOP, MST, CPT, MAB, MPA, Pólo Sindical da Borborema, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, CEOPS, Levante Popular da Juventude, Frente Feminista do Movimento Levante, Marcha Mundial das Mulheres, Coletivo de mulheres Alexandra Kollontai- Consulta Popular; Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba, Grupo de Estudos de Gênero Flor & Flor, Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, Grupo de Mulheres Mães na Dor, Colméias, Associação Paraibana de Imprensa, Articulação de Mulheres Brasileiras, Cunhã Coletivo Feminista, Bamidetê Organização de Mulheres Negras, Fórum de Mulheres da Paraíba, União Brasileira de Mulheres, Centro da Mulher 8 de março, Coletivo Olga Benário, Índias Tabajaras

**Anexo B. Panfleto da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia por direitos iguais e relações mais justas entre homens e mulheres na agricultura familiar.**



## II Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia

Todos os anos, em todo o mundo, celebra-se o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Sem muito a comemorar, o 8 de março é antes de tudo um dia de luta por direitos. Assim, o Polo da Borborema marcha, pelo segundo ano, em luta pela vida das mulheres e pela Agroecologia.

O Polo da Borborema denuncia que na agricultura familiar:

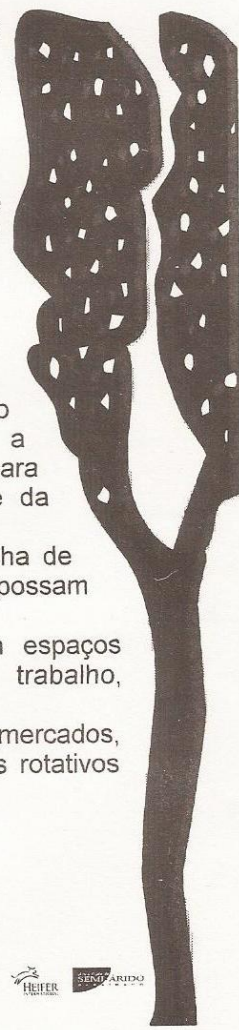
- O trabalho da mulher não é reconhecido e valorizado pela sociedade. Ele costuma ser considerado como uma simples ajuda.
- As agricultoras não costumam participar das decisões sobre a produção.
- O papel da mulher na economia da propriedade é geralmente desconsiderado apesar de sua efetiva participação em várias atividades geradoras de renda.
- Os conhecimentos e habilidades das mulheres são desqualificados como prendas domésticas.
- As mulheres possuem limitado convívio social e raros momentos de lazer, além de pouco acesso à informação externa.
- As mulheres sofrem várias situações de violência moral e física.

O Polo da Borborema acredita que as desigualdades entre homens e mulheres no interior da agricultura familiar se colocam como obstáculo à construção de um novo modelo de desenvolvimento baseado na Agroecologia. Repudia toda e qualquer violência contra as mulheres.

Para o fortalecimento da participação da mulher na construção de seu projeto para a agricultura na região, o Polo da Borborema:

- Valoriza as práticas tradicionais das mulheres como a gestão do arredor de casa e constrói uma nova percepção sobre a importância desse espaço para o bem-estar, para afirmação da cultura, da segurança alimentar e da economia da família.
- Cria espaços que favoreçam a troca e a partilha de conhecimento entre as mulheres para que elas possam expandir suas capacidades.
- Favorece a participação das mulheres em espaços coletivos e o autoreconhecimento do seu trabalho, promovendo o fortalecimento de sua autoestima.
- Promove a criação de novos canais de acesso a mercados, bem como o incentivo a participação nos fundos rotativos solidários para geração de autonomia.

Viva a vida das mulheres, viva a agroecologia!



### Realização

Sindicato dos  
Trabalhadores Rurais  
de Queimadas - PB



AS-PTA

### Apoio

actoneid



SAAP



**Anexo C. Questões para debate, formação preparatória para a IV Marcha.****Encontro Municipal preparatório à  
IV Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia****1- Debate sobre as desigualdades**

- a. Vídeo A vida de Margarida
- b. Debate
  - O que vocês acharam da vida de Margarida?
  - Vocês acham que a vida de homens e mulheres é igual? Por quê?
  - A riqueza/o dinheiro produzido pela família é apropriado da mesma forma por homens e mulheres? Por quê?
  - Homens e mulheres participaram de forma igual na associação, no sindicato, na igreja, ou junto ao poder público?
  - Será que homens e mulheres acessam de forma igual as políticas públicas?
  - Como essas desigualdades se reproduzem?

**2- Caminhos da superação**

- a. Vídeo Vida Maria
- b. Debate
  - O que acharam da vida Maria?
  - Como o trabalho do sindicato e do Polo a Borborema ajudam a transformar a vida das marias?
  - Como cada uma pode ajudar a quebrar a rotina da vida de outras marias?

**3- Encaminhamentos (trabalho do sindicato, da marcha)**

**Anexo D. Canções para a IV Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.**

**MULHER RENDEIRA**

*Olê mulher rendeira  
Olê mulher rendá  
Tu me ensina a fazer renda  
Que eu te ensino a namorá  
(Refrão)*

*Olê mulher rendeira  
Olê mulher rendá  
Saudade levo comigo  
Soluço vai emborná*

*Olê mulher rendeira  
Olê mulher rendá  
Se você tá me querendo  
Vamo pra Igreja casá*

*Olê mulher rendeira  
Olê mulher rendá  
E depois de nós casado  
Vou pra roça prantá*

**IV Marcha pela vida  
das Mulheres  
e pela Agroecologia**

Realização:



Sindicato dos  
Trabalhadores  
Rurais de Solânea



Apoio:




Co-financiado pela





Prefeitura Municipal  
de Solânea-PB

Secretaria de Estado da Mulher  
e da Diversidade Humana

**IV Marcha pela Vida das  
Mulheres e pela Agroecologia**

Solânea-PB, 08 de março de 2013.



**Canções  
para Marchar**

## PRA MUDAR A SOCIEDADE

*Pra mudar a sociedade  
Do jeito que a gente quer  
Participando sem medo de ser mulher*

*Porque a luta  
Não é só dos companheiros  
Participando sem medo de ser mulher  
Pisando firme  
Sem medir nenhum segredo  
Participando sem medo de ser mulher*

*Pois sem mulher  
A luta vai pela metade  
Participando sem medo de ser mulher  
Fortalecendo os movimentos populares  
Participando sem medo de ser mulher*

*Na aliança operária e camponesa  
Participando sem medo de ser mulher  
Pois a vitória vai ser nossa com certeza  
Participando sem medo de ser mulher.*



## BAIÃO DAS COMUNIDADES

*Somos gente nova, vivendo a união  
Somos mulheres sementes da nova nação, e  
ê...*

*Somos gente nova, vivendo amor  
Somos comunidades povo o senhor, e ê...*

*Vou convidar minhas irmãs trabalhadoras,  
Operárias, lavradoras, biscaieiras e outras  
mais  
E juntas vamos celebrar a confiança  
Nessa lua e esperança de te a terra, pão e  
paz, e ê...*

*Vou convida Oneide, Rosa, Ana Maria  
A mulher que é noite e dia, luta e faz nascer o  
amor  
E reunidos no altar da liberdade, vamos  
cantar de verdade  
Vamos pisar a dor, e ê...*

*Desempregadas, pescadoras, deprezadas  
E as marginalizadas, venham todas se ajuntar  
A nossa marcha pra nova sociedade, quem  
nos ama de verdade  
Pode vir que tem lugar, e ê...*



## EU QUERO SER

*Não sou escrava, nem sou objeto  
Para fazer de mim o que bem quer  
Não tenho dono, não sou propriedade  
Eu quero liberdade, me deixa ser mulher.*

*Eu quero ser, me deixa ser  
O que eu mereço  
Eu quero ser quem sou, eu tenho meu  
valor  
E este não tem preço (Refrão)*

*Eu quero ser amiga e companheira  
Quero sentir a força do amor  
Quero viver como tenho direito  
Não quero preconceito  
Me deixa ser quem sou (Refrão)*

*Eu quero ter uma vida decente  
Quero ser gente, foi Deus que assim me  
quis  
Quero viver buscando meus direitos  
Fazendo diferente, me deixa ser feliz  
(Refrão)*

